

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO  
CENTRO DE TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO – CETREDE  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ESTRATÉGIA E GESTÃO EMPRESARIAL

**PLANO REAL COMO PONTO DE INFLEXÃO :**  
Análise comparativa dos principais indicadores econômico-sociais no período de  
1984 até 2003

FRANCISCO WAGNER DE QUEIROZ ALMEIDA JUNIOR

FORTALEZA – CE  
2008

FRANCISCO WAGNER DE QUEIROZ ALMEIDA JUNIOR

**PLANO REAL COMO PONTO DE INFLEXÃO :**

Análise comparativa dos principais indicadores econômico-sociais no período de  
1984 até 2003

Monografia apresentada ao curso de Pós-Graduação do Centro de Treinamento e Desenvolvimento - CETREDE vinculado a Universidade Federal do Ceará – UFC como requisito à obtenção do título de Especialista em Estratégia e Gestão Empresarial , orientado pelo Professor Lauro Chaves Neto

FORTALEZA – CE  
2008

A meus Pais, Wagner e Orquídea,

que tanto me ensinaram e ainda continuam a fazê-lo,

A Kátia, esposa amada,

pelo apoio e companhia ao longo da minha caminhada,

A meu filho, Wagner Neto

por me presentear com momentos alegres e me incentivar a lutar  
sempre para conquistar novos objetivos.

## AGRADECIMENTOS

O autor deseja registrar o reconhecimento pela contribuição dedicada das seguintes pessoas :

A minha amada esposa Katia por não ter medido esforços no auxílio de coleta de dados e sempre me dando forças nas horas mais dolorosas.

Prof. Lauro Chaves Neto, pela sua valiosa orientação na área de Economia.

Prof<sup>a</sup> Neide Fernandes, pela importante orientação na área de Metodologia da Pesquisa Científica.

Prof. Júlio Torres e Prof Luiz Gonzaga Rebouças pela grande contribuição para minha vida profissional.

Aos meus amigos do curso, pelos esclarecimentos e contribuições de informações, sem os quais a realização deste se tornaria mais árdua.

Francisco Wagner de Queiroz Almeida Junior

## RESUMO

Essa pesquisa tem o objetivo de verificar e comparar o valor dos principais indicadores econômico-sociais do Brasil no período compreendido entre 1984 até 2003. Exatamente no meio desse período, depois de várias tentativas de implantação de planos de estabilização pelo Governo brasileiro como : Plano Dornelles em 1985, Plano Cruzado 1986, Plano Bresser 1987, Plano Maílson da Nobrega em 1988, Plano Verão em 1989, Plano Collor I em 1990, Plano Collor II em 1991 e Plano Marcílio 1992, foi iniciado a implantação do Plano Real em março de 1994. Ao contrário dos outros planos de estabilização implantados até então, sob o ponto de vista inflacionário, obteve grande sucesso e até hoje, 13 anos após sua implantação, a sociedade brasileira convive com inflação anual abaixo de 2 dígitos. A pesquisa comparou os valores dos indicadores de 10 anos antes do Real com os valores dos mesmos indicadores relativo ao período de 10 anos depois do Real e concluiu que a implantação do Plano Real foi de grande importância para a promoção do crescimento econômico porém, os efeitos verificados nos principais indicadores sociais foram bastante limitados. Como exemplo, a pesquisa cita a queda do nível de investimento na área de segurança e o aumento da quantidade de analfabetos no Brasil. A pesquisa concluiu que a vitória sobre a inflação foi uma ação muito importante e necessária, porém, outras ações devem ser implementadas no campo social visando o aumento contínuo da qualidade de vida dos brasileiros.

Palavras-chave : Economia - Inflação - Indicadores - comparação

## **ABSTRACT**

This research has the objective to verify and to compare the value of the main economic-social indicator of Brazil in the understood period between 1984 up to 2003. Exactly in the way of this period, after some attempts of implantation of plans of stabilization for the Brazilian Government as: Dornelles plan in 1985, Cruzado Plan in 1986, Bresser Plan in 1987, Mailson da Nóbrega Plan in 1988, Summer Plan in 1989, Collor I Plan in 1990, Collor II Plan in 1991 and Marcilio Plan in 1992, was initiated the implantation of the Real Plan in March of 1994. On the contrary of the other implanted plans of stabilization until then, under an inflationary perspective it achieved great success and until today, 13 years after its implementation, the Brazilian society coexists annual inflation below 2 digits. The research compared the values of the indicator of 10 years before the Real with the values of the same indicator relating with the period of 10 years after the Real and concluded that the implantation of the Real Plan was of great importance for the promotion of the growing economic however, the effect verified in the main social indicator sufficiently had been limited. As example, the research cites the fall of the level of investment in the area of security and the increase of the amount of illiterates in Brazil. The research concluded that the victory on the inflation was a important and necessary action, however, other actions must be implemented in the social field aiming at the continuous increase of the quality of life at of the Brazilians.

Word-key: Economy - Inflation - Indicating - comparison

## SUMÁRIO

RESUMO .....	V
LISTA DE GRÁFICO .....	IX
INTRODUÇÃO .....	11

### CAPÍTULO 1 – MARCO TEÓRICO

1.1	Conceito de Inflação .....	13
1.1.1	Contexto Inflacionário .....	13
1.2	Tipos de Inflação .....	19
1.2.1	Inflação de Demanda .....	19
1.2.2	Inflação de Custos .....	20
1.2.3	Inflação Estrutural .....	21
1.2.4	Hiperinflação .....	22
1.2.5	Estagflação .....	22
1.3	Principais conseqüências da inflação .....	23
1.4	Inflação no Brasil.....	25
1.5	Principais índices de inflação no Brasil .....	29
1.5.1	IGP-DI / FGV (Índice Geral de Preços – Disp.Interna) ....	29
1.5.2	IGP-M / FGV (Índice Geral de Preços do Mercado) .....	30
1.5.3	IPC-DI / FGV (Índice de Preços ao Consumidor Disponibilidade Interna) .....	31
1.5.4	INPC - IBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor). 32	
1.5.5	IPCA - IBGE (Índice de Preços ao Consumidor Ampliado). 33	
1.5.6	ICV - Dieese (Índice de Custo de Vida) .....	34
1.5.7	IPC - FIPE (Índice de Custo de Vida) .....	36
1.5.8	Comportamento do Índice de Inflação .....	37
1.6	Principais indicadores Sociais / Financeiros do Brasil .....	39
1.6.1	Crescimento Populacional .....	39
1.6.2	PIB – Produto Interno Bruto .....	44
1.6.2.1	PIB Per capita .....	46
1.6.2.2	Distribuição do PIB por Região .....	46
1.6.3	Taxa de Desemprego .....	49
1.6.4	Taxa de Juros .....	50
1.6.5	Salário mínimo real .....	51

## SUMÁRIO

1.6.6	Taxa de analfabetismo .....	53
1.6.7	Taxa de mortalidade infantil .....	55
1.6.8	Investimento na área de saúde, educação, Infra-estrutura e segurança.....	58
1.6.9	Índice de desenvolvimento Humano .....	67
1.6.9.1	IDH no Brasil .....	68
1.7	Plano Real .....	73

## CAPÍTULO 2 – INFLAÇÃO BRASILEIRA DE 1984 A 2003

2.1	Definições dos períodos a serem analisados .....	80
2.1.1	Período I – 1984 até 1993 .....	80
2.1.2	Período II – 1994 até 2003 .....	82
2.2	Comparações dos índices dos períodos escolhidos .....	83
2.2.1	IGP-DI .....	83
2.2.2	Crescimento da população, evolução do PIB em percentual e evolução do PIC per capita .....	84
2.2.3	Taxa de desemprego , taxa de Juros e evolução do Salário Mínimo .....	86
2.2.4	Taxa de analfabetismo .....	88
2.2.5	Taxa de mortalidade infantil .....	89
2.2.6	Investimentos nas áreas da saúde, educação, Infra-estrutura e segurança .....	90
	CONCLUSÃO .....	92
	BIBLIOGRAFIA .....	94

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Índices de Inflação no Brasil de 1984 até 1994 .....	37
Gráfico 2	Índices de Inflação no Brasil de 1995 até 2003 .....	37
Gráfico 3	Crescimento da população do Brasil de 1980 até 2003 .....	40
Gráfico 4	Crescimento em % da população do Brasil - 1980 até 2003 ...	40
Gráfico 5	Evolução do PIB Brasileiro em % entre os anos de 1984 até 2003 .....	45
Gráfico 5.1	Gráfico 5.1 – Evolução do PIB Brasileiro em R\$ milhões entre os anos de 1984 até 2003 .....	45
Gráfico 6	Evolução do PIB per capita do Brasil entre 1984 até 2003 .....	46
Gráfico 7	Evolução da Tx de Desemprego no Brasil - 1984 até 2003 ...	49
Gráfico 8	Evolução da Tx de Juros anual no Brasil entre 1984 até 2003 .....	50
Gráfico 9	Evolução do Salário Mínimo do Brasil de 1984 até 2003 .....	52
Gráfico 10	Evolução da Tx de Analfabetismo no Brasil - 1986 até 2001...	54
Gráfico 11	Evol. da Tx de Mortalidade Infantil no Brasil 1990 até 2000...	56
Gráfico 12	Evol. da Tx de Mortalidade Infantil no Brasil 1940 até 2000...	56
Gráfico 13	Investimentos Infra-Estrutura-% do PIB entre 1970 e 1998 ....	63
Gráfico 14	Investimentos de Infra-Estrutura-% do PIB - 1970 e 1998 .....	64
Gráfico 15	Evolução do IGP-DI de JUL/84 até JUN/03 .....	83

## LISTAS DE TABELAS

Tabela 1	Conceitos de Griffiths .....	15
Tabela 2	Evolução do índice IGP-DI / FGV .....	29
Tabela 3	Evolução do índice IGP-M .....	30
Tabela 4	Evolução do índice IPC-DI .....	31
Tabela 5	Pesos despesas das pessoas consideradas no calculo do INPC .....	32
Tabela 6	Evolução do índice INPC .....	32
Tabela 7	Pesos despesas das pessoas consideradas no calculo do IPCA .....	33
Tabela 8	Evolução do índice IPCA .....	33
Tabela 9	Evolução do índice ICV .....	35
Tabela 10	Evolução do índice IPC .....	36
Tabela 11	Resumo dos índices de Inflação .....	38
Tabela 12	Participação das Regiões no PIB do Brasil a preços correntes .....	48
Tabela 13	Gasto Público na área da Educação ( 1995 – 2002) .....	61

Tabela 14 Investimentos de Infra-Estrutura (com % do PIB entre ..... 1970 e 1998 .....	66
Tabela 15 Evolução do IDH do Brasil entre 1975 a 2003.....	69
Tabela 16 Resumo do item 9.2 .....	85
Tabela 17 Resumo do item 9.3 .....	86
Tabela 18 Média em milhões de reais dos investimentos realizados no período de 1984 até 2003 .....	91
Tabela 19 Indicadores analisados .....	93

### **LISTAS DE ANEXOS**

ANEXO I Crescimento da População entre os anos de 1980 até 1989 .....	41
ANEXO II Crescimento da População entre os anos de 1990 até 1999 .....	42
ANEXO III Crescimento da População entre os anos de 2000 até 2003 .....	43
ANEXO IV Ranking dos países que de acordo com IDH .....	70

## INTRODUÇÃO

A história econômica do Brasil sempre foi marcada por taxas de inflação em altos patamares. A inflação foi verificada inicialmente com mais intensidade no final do século XIX. Desde então, os governantes, independentes da origem partidária, sempre se preocuparam em estabelecer políticas de combate ao processo inflacionário. De acordo com Alkimar R. Moura, na sua obra PAEG e REAL – dois planos que mudaram a economia brasileira, afirma :

*“A inflação no Brasil tem uma longa história. Cronistas, economistas e historiadores documentaram uma primeira explosão inflacionária no final do século XIX. Sua origem foi uma rápida expansão do crédito, controlada depois por um programa ortodoxo de restrição monetária. No decorrer do século XX, a inflação brasileira ganhou notoriedade, em particular durante a década de 1980. A instabilidade está associada ao desequilíbrio crônico e estrutural do setor público”*

Após várias tentativas de implementação de planos de estabilização, em 1994, durante o Governo de Itamar Franco, foi apresentado para a sociedade brasileira o Plano Real que, sem dúvida nenhuma, conseguiu reduzir a inflação para baixos patamares até os dias atuais, ou seja, ao contrário dos outros planos de estabilização implantados até então, o Plano Real, sob o aspecto inflacionário, resultou em mais de uma década com baixas taxas de inflações.

Diante desse fato, a pesquisa tem o objetivo de coletar, analisar e comparar os valores dos principais indicadores econômico-sociais do Brasil, de 10 anos antes do Real com os valores dos mesmos indicadores relativos os 10 primeiros anos após o Real, pois a pesquisa irá verificar se realmente depois de 10 anos com inflação baixa, os indicadores econômico-financeiros foram influenciados com esse ganho tão pretendido pelos governantes ao longo da história.

As análises serão feitas mediante a simples comparação dos indicadores sem levar em consideração aspectos políticos e aspectos provocados por crises estrangeiras.

Em alguns casos, a pesquisa utilizou o conceito de média aritmética para comparar a performance de um período com o outro período.

O resultado da comparação será de grande importância para a verificação se realmente o grande problema do Brasil será a inflação. Será que somente com o controle inflacionário a economia brasileira voltará a crescer? Será que os investimentos voltarão a ser intensificados com o fortalecimento da economia? Qual o próximo passo a ser dado pelo Brasil? Continuar mantendo a inflação baixa ou além disso, deverá tomar novas ações?

A coleta dos dados será realizada diretamente nos órgãos oficiais via internet, bem como na vasta bibliografia apresentada.

Essa pesquisa foi desenvolvida inicialmente através dos conceitos de inflação bem como as principais conseqüências da alta generalizada dos preços e através da identificação do tipo de inflação verificada antes do Plano Real. Foi desenvolvido um item somente com o Plano Real visando à apresentação das principais características de diferenças com os demais planos implantados até de 1984 a 2003.

Com relação aos indicadores econômico-sociais, a pesquisa individualmente o conceito básico e forma de apuração. No caso específico dos índices de inflação, a pesquisa constatou a existência de vários índices que medem a inflação no Brasil, e em virtude desse fato, a pesquisa escolheu um só índice para servir de base para as comparações e análises pertinentes. A escolha do índice de inflação utilizado foi realizada com base na abrangência, forma e características do cálculo e tempo de utilização.

## 1.1 CONCEITO DE INFLAÇÃO

O conceito de inflação está relacionado sempre a alta contínua e generalizada dos preços, sendo em alguns momentos com mais velocidade e em outros momentos com menos velocidade.

### 1.1.1 CONTEXTO INFLACIONÁRIO

Inicialmente, deve-se analisar o real significado deste termo que é tão utilizado e supostamente conhecido. Tecnicamente pode-se definir inflação, de acordo com Rossetti – 20 Edição – Introdução à economia – 2003, como sendo "alta generalizada dos preços dos bens e serviços, expressos pelo padrão monetário corrente"

Outro conceito de inflação, de acordo com Edward Shapiro - Análise Macroeconômica (1987), "é um nível ascendente de preços".

Já para os economistas Carlos A. Azabache Moran em sua obra : Teor. Evid. Econ., Passo Fundo, março 1993, inflação, afirma :

*“Existem várias definições a respeito da inflação mas a mais simples e clara define a como a elevação contínua do nível de preços, isto é, uma taxa contínua de crescimento dos preços num período determinado. Deve ficar com isto claro que um aumento de preços, por uma única vez, não pode ser considerado inflação. Precisa-se de um aumento contínuo, mesmo que este não seja de igual magnitude ao longo do tempo” (Carlos A. Azabache Moran e Gilson Witte - Teor. Evid. Econ., Passo Fundo, Ano 1, n.1, p. 119-141, março 1993).*

De acordo com o site <http://www.saraivauni.com.br/index>, da editora Saraiva, *“inflação pode ser conceituada como um aumento contínuo e generalizado no nível de preços. Os movimentos inflacionários representam elevações em todos os bens produzidos pela economia e não meramente o aumento de um determinado preço.”*

Conforme o escritor e jornalista *Antonio Luiz Monteiro Coelho da Costa* ,  
“...inflação é um aumento generalizado e persistente dos preços ou, vendo por outro  
ângulo, uma diminuição persistente do poder aquisitivo do dinheiro.”

Esses conceitos referem-se na verdade a variação do preço da moeda corrente em uma economia. Com isso, serão demonstrados os conceitos pertinentes à variação da moeda corrente.

*Não há forma mais sutil nem mais segura de destruir as bases da sociedade do que corromper sua moeda. Esse processo mobiliza, para a destruição, todas as forças ocultas das leis econômicas. As variações do valor da moeda estiveram, por tudo o que envolveu, entre os mais significantes eventos da história econômica do mundo moderno. A inflação e deflação infligiram grandes danos. Retardaram a produção da riqueza e alteraram suas distribuição entre as classes sociais. A deflação tem sido mais danosa ao retardar a produção . Mas a inflação tem sido apoio das duas em seus efeitos sobre a distribuição da riqueza. (JOHN MAYNARD KEYNES – Inflation and deflation)*

A busca pela liquidez em qualquer economia, decorre da variação dos estoques médios de retenção de saldos monetários em poder do público, da velocidade de circulação da moeda e dos graus em que ocorre sua utilização como meios de pagamentos como reserva de valor e como unidade de conta. A preferência da liquidez resulta na plena aceitação ou rejeição da moeda.

*Quando o valor da moeda se altera em relação ao de outros ativos, apreciando-se ou depreciando-se, várias disfunções introduzem-se na ordem econômica e, dependendo de suas intensidades, alcançam à ordem social e a político-institucional. Os efeitos da corrosão da moeda não se limitam à ordem financeira. Vão muito além. Como pondera E. Giannetti da Fonseca, "a moeda estável é uma regra de convivência civilizada . Ela é parte essencial do sistema de pesos e quem dão precisão as transparências às relações humanas." (Rossetti – 20ª Edição – Introdução à economia – 2003).*

A variação do valor da moeda, de acordo com Rossetti – 20ª Edição – Introdução à economia – 2003, decorrem de quatro situações possíveis que são :

- *A inflação – é a categoria predominantemente de variação do valor da moeda. É um fenômeno universal existente em quase todos os países. Corresponde a uma alta generalizada dos preços dos bens e serviços, expressos pelo padrão monetário corrente. A alta, que varia de intensidade de país para país e de época para época, implica desvalorização da moeda em relação aos outros ativos;*
- *A desinflação – é à volta à linha de estabilidade de preços traduzida pela queda dos índices de preços de patamares altos para patamares mais baixos, estabelecendo dessa forma a estabilização e fortalecimento do valor da moeda.*
- *A deflação – é a queda generalizada dos preços de bens e serviços para patamares inferiores aos que vinham sendo correntemente praticados (abaixo da linha da estabilidade). A economia que apresenta deflação continuada, geralmente está associada à estagnação econômica;*
- *A reflação – é à volta à estabilidade da economia como um todo após períodos deflacionários. Durante esse processo, verifica-se a recuperação dos níveis de ociosidade através da expansão dos dispêndios de investimento e de consumo;*

De acordo com B. Griffiths, Brain em Inflação : o preço da prosperidade. São Paulo-1981 , cada um desses termos refere-se a uma ocorrência específica:

Tabela 1 – Conceitos de Griffiths

<b>INFLAÇÃO</b>	<b>é um aumento persistente do nível geral de preços</b>
<b>DESINFLAÇÃO</b>	<b>é a redução ou eliminação da inflação</b>
<b>DEFLAÇÃO</b>	<b>é, caracteristicamente, uma redução ao nível da atividade econômica, acompanhada de queda generalizada dos dispêndios e dos preços</b>
<b>REFLAÇÃO</b>	<b>é o movimento de recuperação de processos inflacionários depressivos</b>

Das quatro situações acima, a inflação é a mais predominante quando se analisa a variação dos preços e do valor da moeda.

O aumento generalizado dos preços é resultante de várias causas. A inflação se manifesta de muitas formas diferenciadas provocando efeitos que invadem as fronteiras convencionais da economia.

Conforme Bresser Pereira em seu livro : *Inflação e Recessão*, com Yoshiaki Nakano (1984) , *“A inflação, quando é intensa e prolongada, modifica as relações estruturais, padrões de comportamento, alteram negativamente as atuações e objetivos das instituições públicas e privadas da economia, interfere drasticamente no desenvolvimento social e intelectual da sociedade”*

*“... é comum a observação de termos como sopro inflacionário, inflação rastejante, inflação acelerada, hiperinflação. Na verdade, o motivo das existências desses termos é a necessidade que os economistas possuem para determinar a velocidade com que os preços dos bens e serviços aumentam. Em paralelo, também é comum a observação de vários tipos de conceitos inerentes às causas da inflação como : inflação de demanda, inflação de custos, inflação mistas, inflação estrutural e inflação inercial.” (Rossetti – 20ª Edição – Introdução à economia – 2003)*

Para todos os tipos de inflação, simples ou combinadas, apresentam um fator em comum : aumento do nível geral de preços resultando na redução da magnitude equivalente do valor da moeda corrente.

Com isso, no conceito de inflação, faz-se necessário a incorporação dos seguintes aspectos básicos definidos por :

- Caráter monetário – inflação é, essencialmente, um fenômeno de natureza monetária, caracterizado pelo aumento dos preços e pelo equivalente depreciação do valor da moeda (Rudiger Dornbusch e Stanley Fischer – *Macroeconomia* – 1941)

- Abrangência – o aumento de preços não se limita a um grupo específico de bens e serviços e sim a todos os produtos. O que difere é a intensidade de cada produto;
- Dinâmica – o aumento dos preços e serviços é verificado dentro de um processo dinâmico e não em um processo estático de preços em alta;
- Persistência – a inflação é um processo de alta persistente e continuado dos preços e serviços

Com isso, seguem alguns conceitos de inflação :

Para Edward Shapiro – *Inflação é elevação persistente e apreciável nos níveis de preços;*

Segundo Lauro Chaves Neto, “*Inflação é aumento contínuo e generalizado no nível geral de preços durante um determinado período*”;

De acordo com o jornalista Antonio Luiz Monteiro Coelho da Costa, inflação é um aumento generalizado e persistente dos preços ou, vendo por outro ângulo, uma diminuição persistente do poder aquisitivo do dinheiro.

A inflação é usualmente conceituada como um aumento contínuo e generalizado no nível geral de preços, que resulta em perda ininterrupta do poder aquisitivo da moeda. Altas esporádicas e localizadas em alguns preços, portanto, não podem ser qualificadas como um processo inflacionário (<http://www.portalbrasil.eti.br>).

Condição econômica através da qual o preço das mercadorias de consumo aumenta, diminuindo o poder de compra (<http://www.migfx.ch>);

Aumento geral dos preços por todo o país ((<http://tilz.tearfund.org>))

Por inflação entende-se a subida generalizada e sustentada dos preços (<http://alea-estp.ine.pt/html/pmf/html/inflacao.html>);

De acordo com ROSSETTI - Inflação é a categoria predominante de instabilidade : sinaliza-se por altas persistentes de preços.

Em economia, inflação é a queda do valor de mercado ou poder de compra do dinheiro. Isso é equivalente ao aumento no nível geral de preços. Inflação é o oposto de deflação. Inflação zero, ou muito baixa, é uma situação chamada de estabilidade de preços. [[O Globo]], 03.08.2006, Caderno "Economia", pág. 27 (ref. inflação no período 1998-2006;

## **1.2 TIPOS DE INFLAÇÃO**

Existem basicamente quatro grupos distintos de inflação. Na verdade, geralmente, um desses quatro grupos é mais preponderante em uma determinada economia, entretanto, dificilmente existirá somente um tipo de inflação na economia. Os tipos de inflação também mantêm certa relação com a estrutura de mercado (oligopolista, monopolista, monopsonista, etc.) onde esteja ocorrendo. De acordo com Carlos A. Azabache Moran, os tipos de inflação se classificam portanto em:

- a) Inflação de Demanda;
- b) Inflação de Custos;
- c) Inflação Estrutural;
- d) Hiperinflação;
- e) Estagflação.

### **1.2.1 INFLAÇÃO DE DEMANDA**

Conforme Edward Shapiro, um ramo principal da teoria da inflação apresenta-se em termos da demanda excessiva generalizada, algumas vezes descrita de forma bem ampla como “dinheiro demais em busca de muitos poucos bens”. A inflação de demanda surge em virtude basicamente da diferença entre a quantidade ofertada e a quantidade demandada que sempre é maior do que a quantidade ofertada, causando dessa forma um aumento dos preços em função de certo patamar de demanda reprimida.

Essa situação força quase sempre vem seguida da necessidade do Governo emitir moeda (aumentando a base monetária) e automaticamente cria na população, a idéia do aumento do poder aquisitivo.

Esse aumento do poder aquisitivo é falso, pois nova moeda quando chega na economia, já está com valor menor do que aquele que esta deveria representar.

A inflação de demanda resulta da alta capacidade de dispêndio, assimétrica em relação à baixa capacidade de produção. A procura exagerada empurra os

preços para cima, dando origem a um espiral de alta, tanto mais intensa quanto menor for à capacidade ociosa da economia.

### **1.2.2 INFLAÇÃO DE CUSTOS**

Segundo ROSSETTI , este tipo de inflação se caracteriza basicamente por uma majoração exógena de determinados componentes do produto (aumento exagerado dos custos dos fatores de produção de bens e serviços) , tais como matéria-prima, salários, impostos, combustíveis, etc. Nestes casos o comportamento da demanda não é um fator muito determinante do preço final das mercadorias.

Geralmente a inflação de custos está bastante associada a estruturas de mercado oligopolizados (setor automobilístico e setor de cervejas) onde a disputa por segmentos de mercado não é feita através dos preços. Com uma significativa elevação dos custos de produção, os preços finais das mercadorias, conseqüentemente ficarão fixados num patamar mais elevado, independentemente do nível de demanda no segmento de mercado.

O que muitas empresas ou particularmente revendedoras fazem para sobreviver durante determinadas crises é promover certas ofertas ou promoções, entretanto sem baixar os preços, que são conseqüência direta dos custos de fabricação, montagem, distribuição e comercialização. Obviamente, mesmo neste tipo de mercado oligopolizado, a questão da elasticidade deve ser considerada. Todo empresário trabalha com certa margem de lucro ou como também é denominada "mark-up". Esta margem de lucro pode representar nesses momentos de esfriamento do mercado uma importante "arma estratégica" para se manter no mercado.

A magnitude desse tipo de inflação e a dinâmica de sua propagação dependem dos fatores abaixo :

- Estrutura competitiva dos mercados de bens e serviços afetados pelo movimento de alta e seus custos de produção;
- Capacidade dos agentes econômicos em absorver e repassar expansões de custo no preço final;

- Taxa global de ociosidade do setor real da economia;

### **1.2.3 INFLAÇÃO ESTRUTURAL**

Segundo Carlos A. Azabache Moran , a inflação estrutural está estreitamente relacionada com a ineficiência de serviços fornecidos pela infra-estrutura de uma determinada economia. Essa ineficiência, obviamente eleva desnecessariamente os custos dos serviços prestados pelo governo, acarretando dessa maneira uma majoração dos custos de produção e em seguida o aumento dos preços das mercadorias no mercado.

Fica claro perceber que se as estradas de um determinado país estão em péssimo estado de conservação, conseqüentemente os custos de transporte e distribuição ficarão mais elevados. Se os portos são ineficientes, as exportações acabarão ficando mais caras e o produto ficará pouco competitivo no mercado internacional.

Assim como esses exemplos, uma série de outros podem ser dados como forma de explicar, embora não justificar, de que forma a infra-estrutura de uma economia ou mesmo de um segmento de mercado poderá influenciar o nível de inflação e a estrutura de preços das atividades desse setor. Geralmente em economias em desenvolvimento como é o caso do Brasil, onde o processo tecnológico ainda é dependente e muitas vezes obsoletam, isso evidentemente provoca elevação nos custos de produção, distribuição, comercialização, com conseqüência direta para a formação dos preços de mercado nas diversas instâncias do comércio.

A inflação inercial não é mais um tipo de inflação e sim uma certa conseqüência "natural" de todo processo inflacionário. Esta inércia inflacionária pode ser entendida como se fosse um efeito de manutenção da taxa inflacionária. Entre todos os agentes de determinado segmento de mercado ou até mesmo da economia como um todo existe um efeito psicológico tendendo ao repasse das expectativas de

inflação do momento para os preços de seus produtos. Isso provoca a manutenção da taxa de inflação em um determinado patamar ou até mesmo um crescimento acentuado tendendo para a hiperinflação.

#### **1.2.4 HIPERINFLAÇÃO**

Conforme Bresser Pereira, hiperinflação quando os preços aumentam tanto e tão rápido que todos gastam o dinheiro assim que o recebem. Essa velocidade no consumo se dá devido ao temor de que o dinheiro perca seu valor. A partir daí, a confiança da população na estabilidade da moeda é destruída e busca-se investir em moedas estrangeiras, ouro, imóveis. Nos anos 20, a Alemanha chegou a registrar o caso mais famoso de hiperinflação do mundo: 1 trilhão por cento entre agosto de 1922 e novembro de 1923. No Brasil, a hiperinflação registrada foi mais amena, mesmo assim, chegou a bater os 80% em um único mês (março de 1990).

É tido também como um descontrole geral de preços. Segundo alguns conceitos, a hiperinflação se caracteriza quando a taxa mensal de inflação atinge 50%.

#### **1.2.5 ESTAGFLAÇÃO**

Situação econômica caracterizada pela conjunção de uma tendência à estagnação ou recessão seguida de inflação.

### 1.3 PRINCIPAIS CONSEQUÊNCIAS DA INFLAÇÃO

Os danos causados na economia pela inflação variam com a intensidade e com a velocidade do processo de alta dos preços de bens e serviços. Quanto maior a velocidade de aumento dos preços, maior a intensidade da inflação.

De acordo com Rossetti, quando se verifica em uma economia uma inflação rastejante ou uma hiperinflação, os efeitos acontecem e são danosos. No caso da inflação rastejante, onde o processo de alta dos preços ocorre lentamente, os efeitos são assimiláveis, porém no caso da hiperinflação, onde o processo de alta ocorre com maior velocidade, os efeitos são basicamente os demonstrados abaixo :

- Destruição da moeda – existe uma destruição da capacidade da moeda corrente servir como reserva de valor. Com isso, ocorre uma degradação da utilidade da moeda como meio de pagamento fazendo com que a moeda não sirva nem como unidade de conta. Todos esses pontos negativos são decorrentes do aumento da oferta monetária e em paralelo do aumento da velocidade da alta dos preços;
- Destruição da estrutura lógica do sistema de trocas – com inflação alta, os agentes econômicos perdem a referência e o desejo de acumular riquezas financeiras. Isso acontece quando fica impossível determinar e manter preços;
- Destruição de suprimentos nas cadeias de produção ;
- Regressão das atividades produtivas à linha de subsistência;
- Queda vertiginosa no nível de emprego nas etapas finais do processo – nesse momento é verificado desemprego generalizado acompanhado de aumento de procura por ativos reais;
- Possível ruptura do tecido social – especulação acima do trabalho honesto;
- Possível ruptura político-institucional – radicalizações quanto ao emprego de meios de controle;

Entre a inflação rastejante e a hiperinflação, existem várias situações intermediárias que variam de caso a caso. Além do aumento contínuo das taxas de variação de preços e da corrosão da moeda, existem outros efeitos danosos demonstrados a seguir :

- Sobre setor financeiro – baixa retenção de ativos monetários conhecidos como desmonetização; aumento da velocidade de circulação da moeda; aumento pela procura por ganhos especulativos não operacionais; baixo prazo nas operações financeiras bancárias; redução da capacidade de desenvolvimento do mercado financeiro nacional e conseqüente migração para mercados externos;
- Sobre o setor real – desestimulação da capacidade produtiva, queda nos níveis de formação do capital fixo; surgimento do imposto inflacionário, destruição do papel orientados do mercado.
- Sobre as condições e atitudes sociais – conflitos entre as classes sociais; baixíssima distribuição de renda; penaliza muito mais as classes mais pobres.

## 1.4 INFLAÇÃO NO BRASIL

Até o final da década de 70, o bloco dos países desenvolvidos, liderados pelos Estados Unidos, vinha apresentando uma característica em comum em suas economias : inflação controlada com tendência de queda, enquanto que no bloco dos países subdesenvolvidos, vinha apresentando justamente o contrário : inflação sem controle com tendência de alta (Fonte: Ministério do Planejamento e Orçamento e Gestão – site [http://www.planejamento.gov.br/assuntos\\_internacionais](http://www.planejamento.gov.br/assuntos_internacionais)).

A partir do início dos anos 80, surgiu no mercado mundial, um novo conceito envolvendo a classificação da situação de alguns países quanto à força da sua economia: países em desenvolvimento, posteriormente chamados de países com economia “emergentes”.

Segundo Carlos Almeida de Andrade, em publicação de artigo na edição de 04 de Outubro de 2006 no jornal de Notícias de Lisboa, ele conceituou economia emergente como :

*“A definição de economia "emergente" não é muito exacta. Ela surgiu no início dos anos 80, pela mão do Banco Mundial, para descrever economias com um rendimento per capita médio ou baixo e que se encontravam num processo de transição entre estados de desenvolvimento, sobretudo através de reformas nas suas políticas económicas ou nas suas instituições”*

Desde então, o termo “economia emergente” tem sido utilizado, sobretudo, para designar economias asiáticas (como a China ou a Índia), economias da Europa Central e do Leste (como a Polónia, a Turquia ou a Rússia) e economias da América Latina (como o Brasil, o México e a Argentina) dentre outros.

A constatação empírica levou a pressupor que o bloco dos países formados por economias consideradas como “emergentes” apresentavam duas características em comum : um grande potencial a nível de mercado e uma inflação alta e descontrolada.

Esse paradoxo resultou em um desafio para os órgãos mundiais e economistas da época : como as economias emergentes poderiam crescer e se

desenvolver com inflações altas, sem investimento e sem proporcionar constante melhora na qualidade de vida da sociedade?

A resposta para esse desafio os economistas buscam até hoje, porém, a primeira ação, sob o ponto de vista econômico, foi à implementação de uma estratégia forte visando o combate à inflação.

A economia brasileira sempre apresentou uma característica de altos níveis de preço. Ao longo da história do Brasil, foi registrado mais períodos de inflação alta do que períodos com inflação rastejante. De 1938 até 1993, somente durante o triênio 1947 a 1949, a alta geral dos preços, expressa por índices anuais acumulados, foi inferior a dois dígitos. Após a implementação do Plano Real até hoje, a inflação anual encontra-se em patamares aceitáveis.

Seguem abaixo os períodos inflacionários do Brasil mais importantes de acordo com Jose Mathias Pereira, Paulo Brito e Carlos A. Azabache Moran:

- 1946 até 1958 – período caracterizado com inflação de crédito e inflação estrutural - aumento da industrialização e criação de várias instituições bancárias ocasionando a mudança dos meios de pagamento. Ocorreram várias emissões primárias de moeda . Aumento da pressão do setor real sobre o setor financeiro;
- 1959 até 1963 - período caracterizado com inflação predominantemente fiscal – período caracterizado principalmente por união das pressões por crédito com as pressões fiscais resultando em um aumento exagerado do déficit de caixa do governo que resultou fortemente no aumento da expansão da oferta monetária. Diante desse contexto, foi verificado um processo inflacionário muito mais complexo do que os períodos verificados até então;
- 1964 até 1967 - período caracterizado com aplicação de controles ortodoxos – controle forte do governo em 1964. A oferta monetária foi contida. O sistema financeiro e estrutura tributária foram reformulados. Com várias medidas impopulares, o Governo conseguiu conter a demanda agregada e os custos da oferta. A inflação caiu do patamar de 80% ao ano para 20% ao ano;
- 1968 até 1979 - período caracterizado com inflação reprimida em virtude do crescimento da economia em torno de 9% ao ano (“milagre

econômico") acompanhado com contenção do processo inflacionário onde os meios de pagamentos cresceram duas vezes mais que os preços. Período caracterizado também pelas pressões inflacionárias resultante da primeira crise do petróleo que resultou no aumento exagerado dos custos de origem externa elevando simultaneamente o déficit do governo que necessitou cada vez mais de emissões primárias da moeda. Em paralelo a todas essas características, esse período desenvolveu a indexação da economia de maneira forte;

- 1980 até 1985 - período caracterizado com instalação de movimentos inerciais e pela elevação ainda mais dos preços a patamares em torno de 300% ao ano (3 dígitos). Com essa velocidade dos preços jamais verificada antes, foi instalado de vez no país a cultura dos reajustes (indexação da economia). Foram criados até indexadores contratuais. Essa situação durou até 1986, quando o Governo implementou a primeira tentativa heterodoxa de combate à inflação através do Plano Cruzado;
- 1986 até 1994 - período caracterizado pela implantação dos choques heterodoxos – com ações do tipo : criação de nova moeda, extinção da indexação, congelamento de preço e fixação de taxa de câmbio, o governo implantou em 28/02/1986, Plano Cruzado que, temporariamente, reduziu a inflação a níveis próximo a zero, quebrando dessa maneira o imperialismo do processo inercial de inflação. Dentre outros objetivos, visava inicialmente à promoção da estabilização da economia brasileira via combate à inflação. Na ocasião, 1.000 cruzeiros passavam a valer 1,00 cruzados (Decreto-lei nº. 2.283, de 27/02/1986). Em virtude do congelamento de preço e da desindexação, ocorreu o processo de monetização da economia. Período marcado por elevação exagerada da demanda resultando no surgimento de mais um componente na economia : o ágio. Esse componente sinalizava a existência de inflação reprimida. O Governo não conseguiu controlar a situação e no segundo semestre de 87, a inflação bateu o "record" jamais visto antes : inflação anual prevista de 4 dígitos; Desesperado, o Governo lançou novos planos e pacotes. Em 16/01/1989, a denominação da moeda mudou para Cruzado Novo e mais uma vez a denominação da moeda foi alterada. Na ocasião, 1.000 cruzados passavam a valer 1,00 cruzados novos (Medida Provisória nº. 32, de 15/01/1989, convertida em Lei nº. 7.730, de 31/01/1989) . Em 1990 o Governo lançou o Plano Collor que dentre outras ações, houve até confiscos de ativos financeiros visando à redução imediata da quantidade de moeda existente na economia . Infelizmente a velocidade de aumento dos preços era muito superior ao sucesso das ações e assim foi verificada no país uma hiperinflação aberta. Durante a transição dos anos 80 para os anos 90, a economia brasileira apresentou uma inflação tão alta, que era considerada por muitos economistas como sendo um período com hiperinflação descontrolada;
- 1994 – 2004 – período marcado pela implantação do Plano Real que representou a volta da ortodoxia e estabilidade econômica – a implantação do Plano Real foi o mais bem-sucedido programa de

estabilização de preços do país. Iniciou com uma regeneração da moeda gradativamente acompanhada com um conjunto que visavam à estabilização dos preços em reais. As principais medidas foram : recuperação do controle da oferta monetária, forte restrição da liquidez, sustentação de câmbio valorizado e flexível com a implantação de bandas fixadas e controladas pelo Banco Central e pela ampla abertura da economia . Definitivamente, o Plano Real transformou a inflação brasileira anual para abaixo de dois dígitos até hoje.

## 1.5 PRINCIPAIS ÍNDICES DE INFLAÇÃO NO BRASIL

### 1.5.1 IGP-DI / FGV (Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna)

O IGP-DI/FGV é calculado mensalmente pela FGV. Foi instituído em 1944 com a finalidade de medir o comportamento de preços em geral da economia brasileira. É uma média aritmética, ponderada dos seguintes índices:

- **IPA** que é o Índice de Preços no Atacado e mede a variação de preços no mercado atacadista. O IPA ponderada em 60% o IGP-DI/FGV.
- **IPC** que é o Índice de Preços ao Consumidor e mede a variação de preços entre as famílias que percebem renda de 1 a 33 salários mínimos nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. O IPC pondera em 30% o IGP-DI/FGV.
- **INCC** que é o Índice Nacional da Construção Civil e mede a variação de preços no setor da construção civil, considerando no caso tanto materiais como também a mão de obra empregada no setor. O INCC pondera em 10% o IGP-DI/FGV.

DI ou Disponibilidade Interna é a consideração das variações de preços que afetam diretamente as atividades econômicas localizadas no território brasileiro. Não se considera as variações de preços dos produtos exportados que é considerado somente no caso da variação no aspecto de Oferta Global.

Tabela 2 – Evolução do índice IGP-DI / FGV

IGP-DI / FGV (Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna)													
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	ACUMULADO
1984	9,81	12,26	9,95	8,94	8,86	9,25	10,32	10,62	10,51	12,58	9,88	10,53	223,81%
1985	12,64	10,16	12,71	7,22	7,78	7,84	8,92	14	9,13	9,05	14,95	13,2	235,13%
1986	17,79	14,98	5,52	-0,58	0,32	0,53	0,63	1,33	1,09	1,39	2,46	7,56	65,04%
1987	12,04	14,11	15	20,08	27,58	25,87	9,33	4,5	8,02	11,15	14,46	15,89	415,87%
1988	19,14	17,65	18,16	20,33	19,51	20,83	21,54	22,89	25,76	27,58	27,97	28,89	1037,53%
1989	36,56	11,8	4,23	5,17	12,76	26,76	37,88	36,48	38,92	39,7	44,27	49,39	1782,85%
1990	71,9	71,68	81,32	11,33	9,07	9,02	12,98	12,93	11,72	14,16	17,45	16,46	1476,71%
1991	19,93	21,11	7,25	8,74	6,52	9,86	12,83	15,49	16,19	25,85	25,76	22,14	480,17%
1992	26,84	24,79	20,7	18,54	22,45	21,42	21,69	25,54	27,37	24,94	24,22	23,7	1157,84%
1993	28,73	26,51	27,81	28,22	32,27	30,72	31,96	33,53	36,99	35,14	36,96	36,22	2708,39%
1994	42,19	42,41	44,83	42,46	40,95	46,58	5,47	3,34	1,55	2,55	2,47	0,57	909,67%
1995	1,36	1,15	1,81	2,3	0,4	2,62	2,24	1,29	-1,08	0,23	1,33	0,27	14,77%
1996	1,79	0,76	0,22	0,7	1,68	1,22	1,09	0	0,13	0,22	0,28	0,88	9,33%
1997	1,58	0,42	1,16	0,59	0,3	0,7	0,09	-0,04	0,59	0,34	0,83	0,69	7,48%
1998	0,88	0,02	0,23	-0,13	0,23	0,28	-0,38	-0,17	-0,02	-0,03	-0,18	0,98	1,71%
1999	1,15	4,44	1,98	0,03	-0,34	1,02	1,59	1,45	1,47	1,89	2,53	1,23	19,99%
2000	1,02	0,19	0,18	0,13	0,67	0,93	2,26	1,82	0,69	0,37	0,39	0,76	9,80%
2001	0,49	0,34	0,8	1,13	0,44	1,46	1,62	0,9	0,38	1,45	0,76	0,18	10,40%
2002	0,19	0,18	0,11	0,7	1,11	1,74	2,05	2,36	2,64	4,21	5,84	2,7	26,41%
2003	2,17	1,59	1,66	0,41	-0,67	-0,7	-0,2	0,62	1,05	0,44	0,48	0,6	7,67%

Fonte : <http://www.portalbrasil.net/igp.htm> (29/01/2008)

## 1.5.2 IGP-M / FGV (Índice Geral de Preços do Mercado)

O IGP-M/FGV é calculado mensalmente pela FGV e é divulgado no final de cada mês de referência. Quando foi concebido teve como princípio ser um indicador para balizar as correções de alguns títulos emitidos pelo Tesouro Nacional e Depósitos Bancários com renda pós fixadas acima de um ano. Posteriormente passou a ser o índice utilizado para a correção de contratos de aluguel e como indexador de algumas tarifas como energia elétrica.

O IGP-M/FGV analisa as mesmas variações de preços consideradas no IGP-DI/FGV, ou seja, o Índice de Preços por Atacado (IPA), que tem peso de 60% do índice, o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), que tem peso de 30% e o Índice Nacional de Custo de Construção (INCC), representando 10% do IGP-M.

O que difere o IGP-M/FGV e o IGP-DI/FGV é que as variações de preços consideradas pelo IGP-M/FGV referem ao período do dia vinte e um do mês anterior ao dia vinte do mês de referência e o IGP-DI/FGV refere-se a período do dia um ao dia trinta do mês em referência. A cada dez dias a FGV divulga as variações prévias que comporão o índice referente ao período completo analisado.

Atualmente o IGP-M é o índice utilizado para balizar os aumentos da energia elétrica e dos contratos de aluguéis.

Tabela 3 – Evolução do índice IGP-M

IGP-M (Índice Geral de Preços de Mercado)													
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	ACUMULADO
1989	-	-	-	-	-	19,68	35,91	36,91	39,92	40,64	40,48	47,13	805,76%
1990	61,46	81,29	83,95	28,35	5,93	9,94	12,01	13,62	12,8	12,97	16,86	18	1699,87%
1991	17,7	21,02	9,19	7,81	7,48	8,48	13,22	15,25	14,93	22,63	25,62	23,63	458,38%
1992	23,56	27,86	21,39	19,94	20,43	23,61	21,84	24,63	25,27	26,76	23,43	25,08	1174,67%
1993	25,83	28,42	26,25	28,83	29,7	31,49	31,25	31,79	35,28	35,04	36,15	38,32	2567,34%
1994	39,07	40,78	45,71	40,91	42,58	45,21	4,33	3,94	1,75	1,82	2,85	0,84	869,74%
1995	0,92	1,39	1,12	2,1	0,58	2,46	1,82	2,2	-0,71	0,52	1,2	0,71	15,23%
1996	1,73	0,97	0,4	0,32	1,55	1,02	1,35	0,28	0,1	0,19	0,2	0,73	9,18%
1997	1,77	0,43	1,15	0,68	0,21	0,74	0,09	0,09	0,48	0,37	0,64	0,84	7,73%
1998	0,96	0,18	0,19	0,13	0,14	0,38	-0,17	-0,16	-0,08	0,08	-0,32	0,45	1,78%
1999	0,84	3,61	2,83	0,71	-0,29	0,36	1,55	1,56	1,45	1,7	2,39	1,81	20,10%
2000	1,24	0,35	0,15	0,23	0,31	0,85	1,57	2,39	1,16	0,38	0,29	0,63	9,95%
2001	0,62	0,23	0,56	1	0,86	0,98	1,48	1,38	0,31	1,18	1,1	0,22	10,37%
2002	0,36	0,06	0,09	0,56	0,83	1,54	1,95	2,32	2,4	3,87	5,19	3,75	25,30%
2003	2,33	2,28	1,53	0,92	-0,26	-1	-0,42	0,38	1,18	0,38	0,49	0,61	8,69%

Fonte : <http://www.portalbrasil.net/igp.htm> (29/01/2008)

### 1.5.3 IPC-DI / FGV (Índice de Preços ao Consumidor- Disponibilidade Interna)

O IPC-DI/FGV é calculado mensalmente pela Fundação Getúlio Vargas - FGV Dados e mede a variação dos preços no varejo.

A coleta de dados ocorre nas cidades de S.Paulo e Rio de Janeiro dentre as famílias que tem uma renda de 1 a 33 salários mínimos. Representa 30 % do IGP-DI e é medido entre os dias 01 e 30 de cada mês, sendo divulgado, em média, 20 dias após.

A Lei nr. 9.711/98 determinou, que para cálculo dos reajustes dos benefícios mantidos pela Previdência Social, deveria ser utilizada a correção monetária pela aplicação da variação acumulada do IPC-DI/FGV, em substituição ao IPC-r (vide RESP 216119/SP, processo 1999/0045652-1 do STJ, de 21.03.2000).

Tabela 4 – Evolução do índice IPC-DI

IPC-DI / FGV (Índice de Preços ao Consumidor- Disponibilidade Interna)													
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	ACUMULADO
1984	9,91	10,47	9,68	8,5	9,25	9,84	10,6	9,88	10,24	10,68	8,82	10,34	208,70%
1985	13,32	12,16	10,49	6,66	7,35	10,64	12,39	12,86	9,18	8,43	12,7	15,77	248,55%
1986	15,7	12,65	7,77	1,1	0,8	0,61	0,59	0,88	0,94	1,01	2,12	7,46	63,52%
1987	14,3	14,46	13,51	16,32	30,7	27,16	9,21	6,14	9,09	10,57	14	16,32	432,31%
1988	21,16	17,89	18,88	19,69	18,58	20,33	20,87	21,74	25,16	26,53	27,7	28,23	1006,42%
1989	39,09	13,1	5,79	5,36	13,26	28	33,87	33,39	34,08	38,65	45,48	51,47	1759,56%
1990	72,84	67,52	80,75	17,24	9,63	12,75	14,71	12,86	13,12	14,04	16,74	18,87	1657,70%
1991	20,32	21,53	6,6	8,62	7,05	11,72	13,31	15,49	16,87	24	25,36	23,8	495,92%
1992	25,7	23,89	20,86	23,1	23,12	23,11	20,45	24,48	26,13	26,61	22,74	24,75	1187,52%
1993	30,08	28,41	25,71	30,46	29,94	32,82	30,74	36,69	35,48	35,75	37,32	38,26	2850,21%
1994	42,67	41,98	43,47	45,57	43,77	49,1	8,1	2,6	1,46	2,65	3,11	1,11	992,10%
1995	1,63	1,97	2,74	2,9	2,21	4,39	2,63	0,74	0,67	0,63	1,25	1,57	25,91%
1996	2,7	1,46	0,43	1,31	2,08	1,57	0,76	0,01	-0,35	0,18	0,25	0,44	11,34%
1997	1,85	0,53	0,63	0,8	0,39	1,3	0,24	-0,27	0,17	0,29	0,53	0,56	7,23%
1998	1,26	0,14	0,33	0,23	0,14	0,41	-0,25	-0,52	-0,17	0,2	-0,19	0,09	1,67%
1999	0,64	1,41	0,95	0,52	0,008	0,65	1,2	0,48	0,19	0,92	1,12	0,6	9,11%
2000	1,01	0,05	0,51	0,25	0,4	-0,01	1,91	0,86	0,04	0,02	0,4	0,62	6,21%
2001	0,64	0,4	0,56	0,86	0,41	0,52	1,36	0,54	0,12	0,71	0,85	0,7	7,94%
2002	0,79	0,14	0,42	0,71	0,28	0,55	1,03	0,76	0,66	1,14	3,14	1,94	12,15%
2003	2,32	1,37	1,06	1,12	0,69	-0,16	0,34	0,13	0,76	0,21	0,33	0,43	8,92%

Fonte : <http://www.portalbrasil.net/igp.htm> (29/01/2008)

### 1.5.4 INPC - IBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor)

O INPC/IBGE foi criado com o objetivo de orientar os reajustes de salários dos trabalhadores. Calculado pelo IBGE entre os dias 1º e 30 de cada mês. Compõe-se do cruzamento de dois parâmetros: a pesquisa de preços de nove regiões de produção econômica, cruzada com a pesquisa de orçamento familiar (POF), que abrange famílias com renda de um a oito salários mínimos. As regiões e ponderações são as seguintes: São Paulo, 28,46%; Rio de Janeiro, 12,52%; Belo Horizonte, 11,36%; Salvador, 9,10%; Porto Alegre, 7,83%; Recife, 7,10%; Brasília, 6,92%; Fortaleza, 5,61%; Belém, 4,20%.

Tabela 5 – Pesos despesas das pessoas consideradas no cálculo do INPC

A ponderação das despesas das pessoas para se verificar a variação dos custos foi definida do seguinte modo:	
Tipo de Gasto	Peso % do Gasto
Alimentação	33,10
Despesas pessoais	13,36
Vestuário	13,16
Habitação	12,53
Transportes e comunicação	11,44
Artigos de residência	8,85
Saúde e cuidados pessoais	7,56
<b>Total</b>	<b>100,00</b>

O INPC/IBGE mede a variação dos custos dos gastos conforme acima descrito no período do primeiro ao último dia de cada mês de referência. No período do dia onze ao dia vinte do mês seguinte o IBGE divulga as variações.

Tabela 6 - Evolução do índice INPC

INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) - IBGE													
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	ACUMULADO
1990	68,19	73,99	82,18	14,67	7,31	11,64	12,62	12,18	14,26	14,43	16,92	19,14	1585,18%
1991	20,95	20,2	11,79	5,01	6,68	10,83	12,14	15,62	15,62	21,08	26,48	24,15	475,11%
1992	25,92	24,48	21,62	20,84	24,5	20,85	22,08	22,38	23,98	26,07	22,89	25,58	1149,05%
1993	28,77	24,79	27,58	28,37	26,78	30,37	31,01	33,34	35,63	34,12	36	37,73	2489,11%
1994	41,32	40,57	43,08	42,86	42,73	48,24	7,75	1,85	1,4	2,82	2,96	1,7	929,32%
1995	1,44	1,01	1,62	2,49	2,1	2,18	2,46	1,02	1,17	1,4	1,51	1,65	21,98%
1996	1,46	0,71	0,29	0,93	1,28	1,33	1,2	0,5	0,02	0,38	0,34	0,33	9,12%
1997	0,81	0,45	0,68	0,6	0,11	0,35	0,18	-0,03	0,1	0,29	0,15	0,57	4,34%
1998	0,85	0,54	0,49	0,45	0,72	0,15	-0,28	-0,49	-0,31	0,11	-0,18	0,42	2,49%
1999	0,65	1,29	1,28	0,47	0,05	0,07	0,74	0,55	0,39	0,96	0,94	0,74	8,43%
2000	0,61	0,05	0,13	0,09	-0,05	0,3	1,39	1,21	0,43	0,16	0,29	0,55	5,27%
2001	0,77	0,49	0,48	0,84	0,57	0,6	1,11	0,79	0,44	0,94	1,29	0,74	9,44%
2002	1,07	0,31	0,62	0,68	0,09	0,61	1,15	0,86	0,83	1,57	3,39	2,7	14,74%
2003	2,47	1,46	1,37	1,38	0,99	-0,06	0,04	0,18	0,82	0,39	0,37	0,54	10,38%
2004	0,83	0,39	0,57	0,41	0,4	0,5	0,73	0,5	0,17	0,17	0,44	0,86	6,13%
2005	0,57	0,44	0,73	0,91	0,7	-0,11	0,03	0	0,15	0,58	0,54	0,4	5,05%
2006	0,38	0,23	0,27	0,12	0,13	-0,07	0,11	-0,02	0,16	0,43	0,42	0,62	2,81%
2007	0,49	0,42	0,44	0,26	0,26	0,31	0,32	0,59	0,25	0,3	0,43	0,97	5,15%

Fonte : IBGE e <http://www.portalbrasil.net/igp.htm> (29/01/2008)

### 1.5.5 IPCA - IBGE (Índice de Preços ao Consumidor Ampliado)

IPCA/IBGE é calculado mensalmente pelo IBGE. Foi instituído com a finalidade de corrigir as demonstrações financeiras das companhias abertas. Verifica as variações dos custos com os gastos das pessoas que ganham de um a quarenta salários mínimos nas regiões metropolitanas de Belém, Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo, município de Goiânia e Distrito Federal.

Tabela 7 – Pesos despesas das pessoas consideradas no calculo do IPCA

A ponderação das despesas das pessoas para se verificar a variação dos custos foi definida do seguinte modo	
Tipo de Gasto	Peso % do Gasto
Alimentação	25,21
Transportes e comunicação	18,77
Despesas pessoais	15,68
Vestuário	12,49
Habitação	10,91
Saúde e cuidados pessoais	8,85
Artigos de residência	8,09
<b>Total</b>	<b>100,00</b>

O IPCA/IBGE mede a variação dos custos dos gastos conforme acima descrito no período do primeiro ao último dia de cada mês de referência. No período do dia onze ao dia vinte do mês seguinte o IBGE divulga as variações. Tem por início o mês de Janeiro, do ano de 1980. É o índice oficial do Governo Federal para medição das metas inflacionárias, contratadas com o FMI, a partir de julho/99

Tabela 8 - Evolução do índice IPCA

IPCA ( Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) IBGE													
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	ACUMULADO
1984	9,67	9,5	8,94	9,54	9,05	10,08	9,72	9,35	11,75	10,44	10,53	11,98	215,27%
1985	11,76	10,87	10,16	8,2	7,2	8,49	10,31	12,05	11,12	10,62	13,97	15,07	242,24%
1986	14,37	12,72	4,77	0,78	1,4	1,27	1,71	3,55	1,72	1,9	5,45	11,65	79,65%
1987	13,21	12,64	16,37	19,1	21,45	19,71	9,21	4,87	7,78	11,22	15,08	14,15	363,41%
1988	18,89	15,7	17,6	19,29	17,42	22	21,91	21,59	27,45	25,62	27,94	28,7	980,22%
1989	37,49	16,78	6,82	8,33	17,92	28,65	27,74	33,71	37,56	39,77	47,82	51,5	1.972,91%
1990	67,55	75,73	82,39	15,52	7,59	11,75	12,92	12,88	14,41	14,36	16,81	18,44	1620,96%
1991	20,75	20,72	11,92	4,99	7,43	11,19	12,41	15,63	15,63	20,23	25,21	23,71	472,69%
1992	25,94	24,32	21,4	19,93	24,86	20,21	21,83	22,14	24,63	25,24	22,49	25,24	1119,09%
1993	30,35	24,98	27,26	27,75	27,69	30,07	30,72	32,96	35,69	33,92	35,56	36,84	2477,15%
1994	41,31	40,27	42,75	42,68	44,03	47,43	6,84	1,86	1,53	2,62	2,81	1,71	916,43%
1995	1,7	1,02	1,55	2,43	2,67	2,26	2,36	0,99	0,99	1,41	1,47	1,56	22,41%
1996	1,34	1,03	0,35	1,26	1,22	1,19	1,11	0,44	0,15	0,3	0,32	0,47	9,56%
1997	1,18	0,5	0,51	0,88	0,41	0,54	0,22	-0,02	0,06	0,23	0,17	0,43	5,22%
1998	0,71	0,46	0,34	0,24	0,5	0,02	-0,12	-0,51	-0,22	0,02	-0,12	0,33	1,66%
1999	0,7	1,05	1,1	0,56	0,3	0,19	1,09	0,56	0,31	1,19	0,95	0,6	8,94%
2000	0,62	0,13	0,22	0,42	0,01	0,23	1,61	1,31	0,23	0,14	0,32	0,59	5,97%
2001	0,57	0,46	0,38	0,58	0,41	0,52	1,33	0,7	0,28	0,83	0,71	0,65	7,67%
2002	0,52	0,36	0,6	0,8	0,21	0,42	1,19	0,65	0,72	1,31	3,02	2,1	12,53%
2003	2,25	1,57	1,23	0,97	0,61	-0,15	0,2	0,34	0,78	0,29	0,34	0,52	9,30%

### 1.5.6 ICV - Dieese (Índice de Custo de Vida)

Elaborado pelo DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos, mede a variação do custo de vida das famílias com renda de 1 a 30 salários mínimos do município de São Paulo. O índice é calculado em três extratos distintos:

- Extrato 1 - Famílias com menor renda, 1 a 3 salários mínimos (1/3);
- Extrato 2 - Famílias com renda intermediária, 1 a 5 salários mínimos (1/3);
- Extrato 3 - Famílias de maior poder aquisitivo, 1 a 30 salários mínimos (1/3);

O Índice Geral engloba todas as famílias e o cálculo começou a ser efetuado pelo DIEESE em Janeiro de 1959.

Importante:

Cálculo Retroativo do ICV - DIEESE: Encadeamento da Nova e Antiga Série

Alterações substanciais foram introduzidas na apuração do ICV-DIEESE por duas razões básicas:

a) Devido à mudança, nos hábitos de consumo, detectada na última POF 94/95, que revela uma nova composição na estrutura de gastos da população paulistana, e

b) pela necessidade de potencializar o uso das informações levantadas no sistema de apuração do ICV DIEESE, tais como:

- - Diferentes estratos de renda foram considerados;
- - A agregação dos itens componentes do ICV foi modificada;
- - Os pesos dos produtos e equipamentos de comercialização foram alterados;
- - Métodos diferentes foram utilizados no cálculo dos micro índices.

Em conseqüência, o encadeamento das antigas série do ICV, apurada até junho de 1996, com a nova, introduzidas a partir de julho de 1996, exige análise e cuidados especiais.

Para a compatibilização da nova estrutura de itens do atual ICV, com os componentes da série antiga, foi necessária a adequação dos dados da antiga série com a atual. Alguns itens como seguro-saúde, brinquedos, CDs, salário de empregada doméstica, cujos preços não eram cotados pelo antigo ICV, foram obtidos externamente, por outras fontes de informações como: Cadê, Fipe e

companhias de seguro-saúde. Para o item seguros/convênios, como a amostra obtida era pequena e os reajustes de uma maneira geral eram trimestrais ou mesmo semestrais, para não ocorrerem distorções nos dados mensais, optou-se por calcular uma média móvel trimestral.

No caso de produtos não cotados na antiga estrutura, com comportamento de preços semelhante à de outro bem, adotou-se o relativo de item anteriormente acompanhado, como próximo de comportamento do preço. Assim, para o frango assado, utilizou-se do relativo referente a frango resfriado e do leite tipo A, o do leite tipo B.

Nos itens com pesos relativamente pequenos e sem informação dos relativos de preços, optou-se pela omissão do item no cálculo do índice, rateando-se os pesos no grupo respectivo. Assim, o item "Sacolão" teve seu peso rateado no subgrupo Hortifrutas. Kiwi, ameixa, manga, maracujá tiveram seus pesos rateados no item Frutas.

Tabela 9 - Evolução do índice ICV

ICV (Índice do Custo de Vida)													
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	ACUMULADO
1987	13,09	13,11	12,42	24,35	24,93	23,28	14,04	6,89	5,84	11,24	11,99	12,57	398,28%
1988	15,79	16,89	21,91	19,88	17,14	21,09	20,51	21,67	22,99	27,56	26,2	25,38	921,24%
1989	33,78	18,41	10,22	9,96	16,22	26,5	28,6	36,32	37,07	39,3	46,99	47,34	1946,20%
1990	74,3	77,23	79,68	22,29	11,23	10,56	13,63	13,83	13,74	16,9	16,01	17,07	1849,68%
1991	24,43	19,4	9,99	7,93	8,93	11,3	13,29	13,59	16,2	20,76	25,76	23,64	500,39%
1992	29,38	21,86	24,5	19,75	22,35	22,03	23,57	21,02	22,96	24,28	24,77	22,67	1127,52%
1993	30,33	25,91	27,41	27,61	29,05	28,53	30,21	34,73	35,65	34,79	36,27	38,51	2579,30%
1994	41,5	39,28	41,3	48,08	43,74	49,15	27,19	2,21	0,66	2,98	2,74	0,53	1130,48%
1995	0,92	1,5	3,24	2,69	2,74	2,82	2,81	1,49	0,5	1,47	2,78	1,58	27,44%
1996	2,53	0,31	1,11	0,56	1,76	0,09	2,34	-0,26	0,1	0,32	0,32	0,38	9,93%
1997	2,12	0,46	0,5	1,08	-0,01	0,99	0,55	-0,28	0,11	0,06	0,21	0,18	6,11%
1998	0,7	0,28	0,2	0,19	0,41	0,05	-0,37	-0,89	-0,11	0,21	-0,34	0,15	0,47%
1999	1,38	1,15	0,98	0,11	0,22	0,34	1,19	0,38	0,37	0,93	1,34	0,8	9,57%
2000	1,19	-0,2	0,77	0,29	-0,2	0,15	2,13	1,31	0,41	0	0,34	0,82	7,21%
2001	0,83	0,23	0,48	0,39	0,22	1,53	2,12	0,65	0,6	1,2	0,98	-0,16	9,43%
2002	1,06	0,13	0,23	0,74	0,1	0,6	1,34	0,4	0,95	1,13	3,2	2,39	12,93%
2003	2,92	1,35	1,06	1,39	0,24	-0,27	0,35	-0,15	1,26	0,47	0,26	0,32	9,55%
2004	1,46	-0,18	0,47	0,06	0,43	1,12	1,21	0,69	0,29	0,53	0,83	0,54	7,69%
2005	0,91	0,32	0,81	0,5	0,39	-0,17	-0,17	0	0,72	0,57	0,38	0,19	4,54%
2006	0,72	0,12	0,52	-0,06	-0,37	-0,21	-0,14	0,32	0,39	0,27	0,33	0,65	2,56%
2007	0,95	0,21	0,25	0,41	0,63	0,15	-0,3	0,4	0,3	0,33	0,28	1,09	4,79%

Fonte : IBGE e <http://www.portalbrasil.net/igp.htm> (29/01/2008)

### 1.5.7 IPC - FIPE (Índice de Custo de Vida)

O IPC/FIPE é calculado mensalmente pela USP/FIPE. O IPC/FIPE mede a variação de preços para o consumidor na cidade de São Paulo com base nos gastos de quem ganha de um a vinte salários mínimos. Os grupos de despesas estão compostos de acordo com o POF (Pesquisas de Orçamentos Familiares) em constante atualização. A estrutura de ponderação atual é restrita a assinantes e pode ser verificada no portal da FIPE <http://www.fipe.com.br> após a assinatura semestral. De maneira geral a ponderação é similar ao INPC/IBGE e IPCA/IBGE.

O período de pesquisa das variações de preços ocorre a partir do primeiro ao último dia de cada mês. A publicação dos índices ocorre normalmente no período de dez a vinte do mês subsequente. A FIPE divulga também as variações de preços das últimas quatro semanas imediatamente anteriores. Deste modo este índice "evita" sustos e indica tendências fortes das variações de preços principalmente da camada de renda da população analisada. A FIPE divulga o IPC desde Fevereiro de 1939.

O índice de Preços ao Consumidor do Município de São Paulo é o mais tradicional indicador da evolução do custo de vida das famílias paulistanas e um dos mais antigos do Brasil. Começou a ser calculado em janeiro de 1939 pela Divisão de Estatística e Documentação da Prefeitura do Município de São Paulo. Em 1968, a responsabilidade do cálculo foi transferida para o Instituto de Pesquisas Econômicas da USP e, posteriormente em 1973, com a criação da FIPE, para esta instituição.

Tabela 10 - Evolução do índice IPC

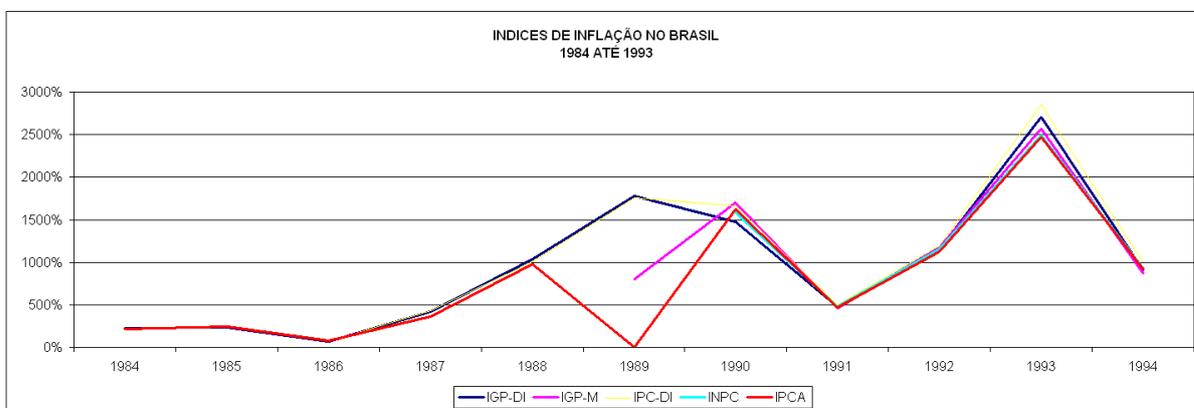
IPC (Índice de Preço ao Consumidor) - FIPE													
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	ACUMULADO
1990	74,53	70,16	79,11	20,19	8,53	11,7	11,31	11,83	13,13	15,83	18,56	16,03	1.639,08
1991	21,02	20,54	7,48	7,19	5,76	9,78	11,3	14,42	16,21	25,17	25,39	23,25	458,61
1992	25,89	21,57	21,74	22,73	22,53	22,45	21,1	23,16	24,41	26,46	21,89	25,29	1.129,45
1993	27,42	25,1	25,16	28,74	29,14	30,53	30,89	33,97	34,12	35,23	35,84	38,52	2.490,99
1994	40,3	38,19	41,94	46,22	45,1	50,75	30,75	1,95	0,82	3,17	3,02	1,25	1.172,96
1995	0,8	1,32	1,92	2,64	1,97	2,66	3,72	1,43	0,74	1,48	1,17	1,21	23,17
1996	1,82	0,4	0,23	1,62	1,34	1,41	1,31	0,34	0,07	0,58	0,34	0,17	10,04
1997	1,23	0,01	0,21	0,64	0,55	1,42	0,11	-0,76	0,01	0,22	0,53	0,57	4,83
1998	0,24	-0,16	-0,23	0,62	0,52	0,19	-0,77	-1	-0,66	0,02	-0,44	-0,12	-1,79
1999	0,5	1,41	0,56	0,47	-0,37	-0,08	1,09	0,74	0,91	1,13	1,48	0,49	8,64
2000	0,57	-0,23	0,23	0,09	0,03	0,18	1,4	1,55	0,27	0,01	-0,05	0,26	4,38
2001	0,38	0,11	0,51	0,61	0,17	0,85	1,21	1,15	0,32	0,74	0,61	0,25	7,12
2002	0,57	0,26	0,07	0,06	0,06	0,31	0,67	1,01	0,76	1,28	2,65	1,83	9,92
2003	2,19	1,61	0,67	0,57	0,31	-0,16	-0,08	0,63	0,84	0,63	0,27	0,42	8,17
2004	0,65	0,19	0,12	0,29	0,57	0,92	0,59	0,99	0,21	0,62	0,56	0,67	6,56
2005	0,56	0,36	0,79	0,83	0,35	-0,2	0,3	-0,2	0,44	0,63	0,29	0,29	4,53
2006	0,5	-0,03	0,14	0,01	-0,22	-0,31	0,21	0,12	0,25	0,39	0,42	1,04	2,54
2007	0,66	0,33	0,11	0,33	0,36	0,55	0,27	0,07	0,24	0,08	0,47	0,82	4,37

Fonte : IBGE e <http://www.portalbrasil.net/igp.htm> (29/01/2008)

### 1.5.8 – COMPORTAMENTO DO ÍNDICE DE INFLAÇÃO – IGP-DI / FGV

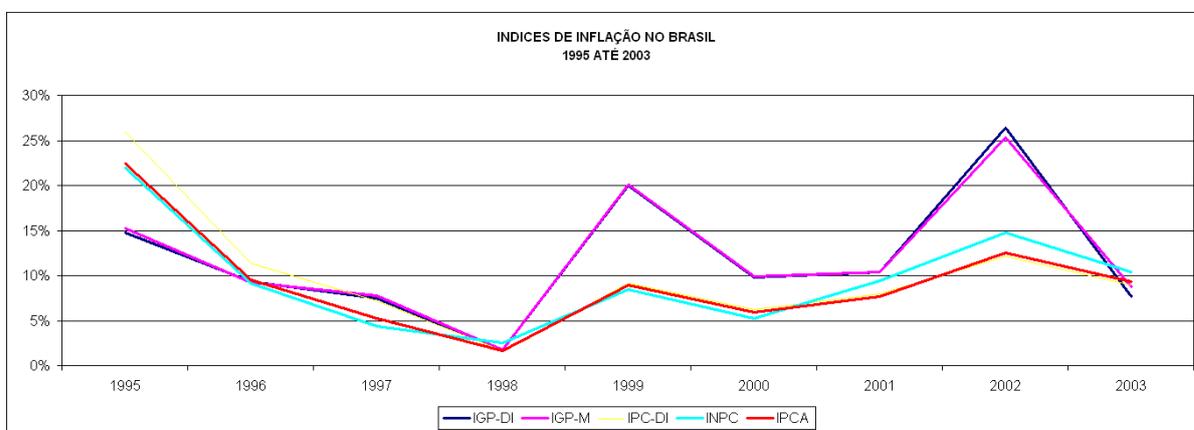
Diante de vários índices demonstrados anteriormente, o índice de inflação escolhido para melhor demonstrar a evolução dos preços no Brasil por esse trabalho foi o **IGP-DI / FGV (Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna)** por se tratar de uma ponderação de três índices importantes da economia (IPA, IPC e INCC) e também porque tem a finalidade de medir o comportamento de preços em geral da economia brasileira desde 1944.

Gráfico 1 – Índices de Inflação no Brasil de 1984 até 1994



Fonte : <http://www.portalbrasil.net/igp.htm> (29/01/2008)

Gráfico 2 - Índices de Inflação no Brasil de 1995 até 2003



Fonte : <http://www.portalbrasil.net/igp.htm> (29/01/2008)

Tabela 11 – Resumo dos índices de Inflação

COLETA NO MÊS	LOCAL	ORÇAMENTO FAMILIAR (Salário Mínimo)	CÁLCULO INICIADO EM :	QUEM CALCULA	UTILIZADO EM :	
IGP-DI	1 a 31	10 REGIÕES	Média dos índices : IPA, IPC, INCC	jan/44	FGV	Mede o comportamento de preços em geral da economia brasileira
IGP-M	21 a 20	10 REGIÕES	1 a 33 SM	jun/89	FGV	Atualmente o IGP-M é o índice utilizado para balizar os aumentos da energia elétrica e dos contratos de aluguéis.
IPCA	1 a 31	11 REGIÕES	1 a 40 SM	jan/80	IBGE	Índice oficial do Governo Federal, é o termômetro para medição das metas inflacionárias, contratadas com o FMI, a partir de julho/99. O IPCA/IBGE verifica as variações dos custos com os gastos das pessoas que ganham de um a quarenta salários mínimos nas regiões metropolitanas de Belém, Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo e municípios. Ver Quadro 1 abaixo :
INPC	1 a 31	11 REGIÕES	1 a 8 SM	abr/79	IBGE	O INPC/IBGE foi criado com o objetivo de orientar os reajustes de salários dos trabalhadores. Ver Quadro 2 abaixo .
IPC - FIPE	1 a 31	Cidade de São Paulo	1 a 20 SM	fev/39 (ver Quadro III)	FIPE	O índice de Preços ao Consumidor do Município de São Paulo é o mais tradicional indicador da evolução do custo de vida das famílias paulistanas e um dos mais antigos do Brasil

Fonte : <http://www.portalbrasil.net/indices.htm>

## **1.6 PRINCIPAIS INDICADORES SOCIAIS / FINANCEIRO DO BRASIL**

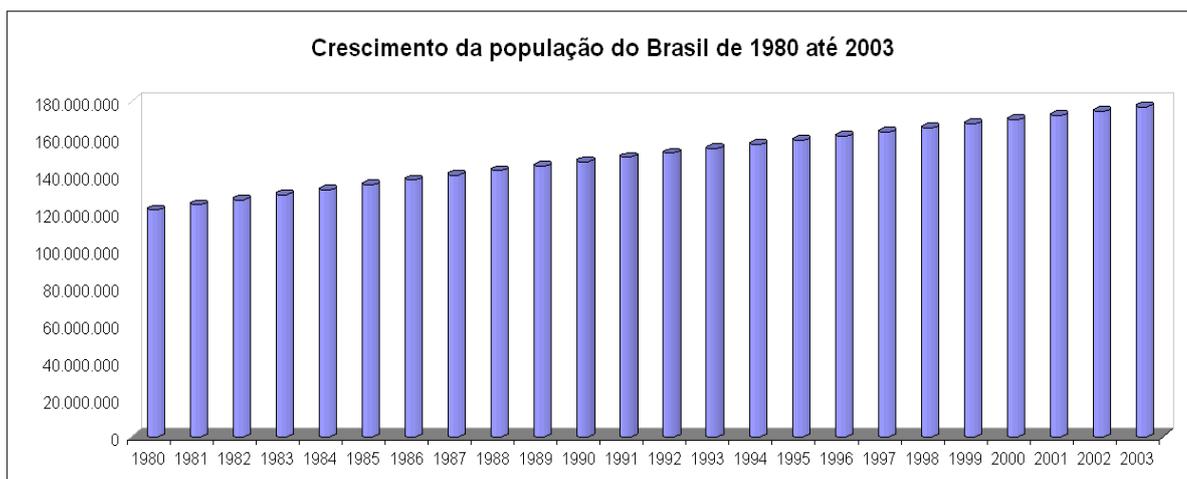
### **1.6.1 Crescimento Populacional**

Os censos populacionais produzem informações imprescindíveis para a definição de políticas públicas e a tomada de decisões de investimento, sejam eles provenientes da iniciativa privada ou de qualquer nível de governo, e constituem a única fonte de referência sobre a situação de vida da população nos municípios e em seus recortes internos, como distritos, bairros e localidades, rurais ou urbanas, cujas realidades dependem de seus resultados para serem conhecidas e terem seus dados atualizados.

A realização de um levantamento como o Censo Demográfico 2000 representa o desafio mais importante para um instituto de estatística, sobretudo em um país de dimensões continentais como o Brasil, com 8 514 215,3 km<sup>2</sup>, composto por 27 Unidades da Federação e 5 507 municípios existentes na data de referência da pesquisa, abrangendo um total de 54 265 618 de domicílios pesquisados.

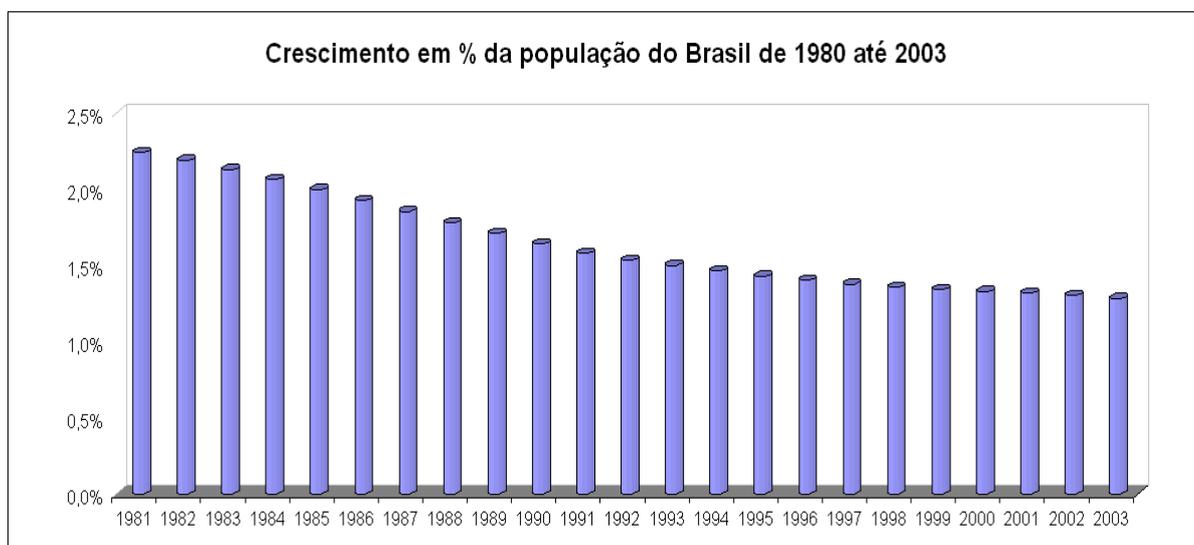
Para garantir a confiabilidade de seus resultados e alcançar os melhores níveis de qualidade e transparência em todas as etapas de execução do Censo 2000, foram utilizadas modernas tecnologias, como o mapeamento digital dos municípios com mais de 25 mil habitantes, escaneamento e leitura ótica dos questionários, controles gerencial e operacional via Internet, entre outras inovações tecnológicas que possibilitaram aos usuários dos dados censitários e à sociedade, em geral, o acompanhamento de cada etapa da operação e o acesso aos resultados em curto prazo, por meio das mais modernas mídias de comunicação e disseminação de informações.

Gráfico 3 – Crescimento da população do Brasil de 1980 até 2003 (Qde);



Fonte : <http://www.ibge.gov.br> (29/01/2008)

Gráfico 4 – Crescimento em % da população do Brasil de 1980 até 2003;



Fonte : <http://www.ibge.gov.br> (29/01/2008)

## ANEXO I – Crescimento da População entre os anos de 1980 até 1989

Estimativas Populacionais com data de referência em 01 de julho dos respectivos anos e Taxas Médias Geométricas de Crescimento Anual (%)

1980-1991 => TENDÊNCIA CENSOS 1980 E 1991

1992-2010 => TENDÊNCIA CENSOS 1991- 2000

	julho-80	julho-81	julho-82	julho-83	julho-84	julho-85	julho-86	julho-87	julho-88	julho-89
<b>Brasil</b>	121.611.375	124.340.289	127.065.457	129.774.285	132.457.926	135.105.916	137.709.651	140.263.693	142.763.545	145.206.942
<b>Região Norte</b>	6.939.007	7.273.602	7.607.743	7.939.876	8.268.922	8.593.598	8.912.847	9.226.003	9.532.514	9.832.105
Rondônia	551.228	614.159	677.005	739.473	801.361	862.426	922.471	981.370	1.039.020	1.095.367
Acre	312.218	323.636	335.039	346.373	357.602	368.681	379.576	390.262	400.722	410.946
Amazonas	1.493.204	1.559.228	1.625.162	1.690.700	1.755.629	1.819.696	1.882.692	1.944.485	2.004.967	2.064.084
Roraima	92.138	105.715	119.273	132.750	146.101	159.276	172.230	184.937	197.374	209.530
Pará	3.548.407	3.700.107	3.851.600	4.002.184	4.151.367	4.298.569	4.443.311	4.585.290	4.724.257	4.860.086
Amapá	185.959	197.154	208.334	219.446	230.456	241.319	252.000	262.478	272.733	282.757
Tocantins	755.853	773.603	791.330	808.950	826.406	843.631	860.567	877.181	893.441	909.335
<b>Região Nordeste</b>	35.532.921	36.286.699	37.039.442	37.787.673	38.528.947	39.260.372	39.979.574	40.685.050	41.375.557	42.050.471
Maranhão	4.083.962	4.175.556	4.267.024	4.357.943	4.448.018	4.536.895	4.624.288	4.710.012	4.793.918	4.875.928
Piauí	2.180.568	2.224.029	2.267.431	2.310.573	2.353.314	2.395.487	2.436.955	2.477.632	2.517.445	2.556.360
Ceará	5.389.363	5.495.135	5.600.760	5.705.753	5.809.769	5.912.404	6.013.323	6.112.316	6.209.209	6.303.914
Rio Grande do Norte	1.946.683	1.997.430	2.048.108	2.098.481	2.148.387	2.197.629	2.246.048	2.293.543	2.340.031	2.385.469
Paraíba	2.810.581	2.852.848	2.895.057	2.937.014	2.978.580	3.019.593	3.059.922	3.099.481	3.138.200	3.176.045
Pernambuco	6.235.587	6.332.157	6.428.594	6.524.453	6.619.421	6.713.127	6.805.267	6.895.649	6.984.113	7.070.579
Alagoas	2.032.425	2.084.557	2.136.617	2.188.365	2.239.631	2.290.217	2.339.957	2.388.748	2.436.503	2.483.181
Sergipe	1.173.102	1.207.602	1.242.056	1.276.303	1.310.231	1.343.709	1.376.627	1.408.917	1.440.522	1.471.413
Bahia	9.680.650	9.917.385	10.153.795	10.388.788	10.621.596	10.851.311	11.077.187	11.298.752	11.515.616	11.727.582
<b>Região Sudeste</b>	52.766.074	53.845.594	54.923.629	55.995.203	57.056.812	58.104.316	59.134.316	60.144.656	61.133.563	62.100.132
Minas Gerais	13.600.258	13.832.183	14.063.789	14.294.007	14.522.084	14.747.131	14.968.417	15.185.480	15.397.937	15.605.596
Espirito Santo	2.077.466	2.134.086	2.190.629	2.246.833	2.302.514	2.357.456	2.411.479	2.464.472	2.516.339	2.567.036
Rio de Janeiro	11.433.678	11.582.389	11.730.895	11.878.511	12.024.755	12.169.055	12.310.944	12.450.125	12.586.353	12.719.505
São Paulo	25.654.672	26.296.936	26.938.316	27.575.852	28.207.459	28.830.674	29.443.476	30.044.579	30.632.934	31.207.995
<b>Região Sul</b>	19.321.652	19.625.531	19.928.993	20.230.636	20.529.473	20.824.341	21.114.280	21.398.688	21.677.059	21.949.145
Paraná	7.706.212	7.786.572	7.866.823	7.946.592	8.025.619	8.103.597	8.180.271	8.255.483	8.329.098	8.401.051
Santa Catarina	3.713.636	3.803.289	3.892.818	3.981.812	4.069.977	4.156.972	4.242.512	4.326.420	4.408.547	4.488.820
Rio Grande do Sul	7.901.804	8.035.670	8.169.352	8.302.232	8.433.877	8.563.772	8.691.497	8.816.785	8.939.414	9.059.274
<b>Região Centro-Oeste</b>	7.051.721	7.308.863	7.565.650	7.820.897	8.073.772	8.323.289	8.568.634	8.809.296	9.044.852	9.275.089
Mato Grosso do Sul	1.408.084	1.448.377	1.488.614	1.528.610	1.568.235	1.607.333	1.645.777	1.683.488	1.720.398	1.756.475
Mato Grosso	1.222.001	1.309.151	1.396.181	1.482.689	1.568.393	1.652.959	1.736.111	1.817.676	1.897.510	1.975.542
Goias	3.204.932	3.293.028	3.381.003	3.468.450	3.555.084	3.640.568	3.724.623	3.807.073	3.887.774	3.966.653
Distrito Federal	1.216.704	1.258.307	1.299.852	1.341.148	1.382.060	1.422.429	1.462.123	1.501.059	1.539.170	1.576.419

Fonte : <http://www.ibge.gov.br> (29/01/2008)

## ANEXO II – Crescimento da População entre os anos de 1990 até 1999

Estimativas Populacionais com data de referência em 01 de julho dos respectivos anos e Taxas Médias Geométricas de Crescimento Anual (%)

1980-1991 => TENDÊNCIA CENSOS 1980 E 1991  
1992-2010 => TENDÊNCIA CENSOS 1991- 2000

	julho-90	julho-91	julho-92	julho-93	julho-94	julho-95	julho-96	julho-97	julho-98	julho-99
<b>Brasil</b>	147.593.859	149.926.149	152.226.988	154.512.692	156.775.230	159.016.334	161.247.046	163.470.521	165.687.517	167.909.738
<b>Região Norte</b>	10.124.770	10.410.736	10.705.377	10.990.934	11.273.597	11.553.582	11.832.272	12.110.055	12.387.028	12.664.654
Rondônia	1.150.412	1.204.197	1.209.827	1.215.372	1.239.707	1.263.812	1.287.804	1.311.719	1.335.564	1.359.465
Acre	420.933	430.692	450.819	464.499	478.268	491.906	505.481	519.013	532.504	546.028
Amazonas	2.121.834	2.178.262	2.271.668	2.340.586	2.410.442	2.479.636	2.548.510	2.617.160	2.685.610	2.754.221
Roraima	221.406	233.009	242.869	253.324	263.843	274.263	284.635	294.973	305.280	315.612
Pará	4.992.775	5.122.427	5.225.175	5.365.728	5.488.069	5.609.251	5.729.872	5.850.101	5.969.979	6.090.141
Amapá	292.549	302.117	333.635	352.181	370.660	388.964	407.184	425.343	443.451	461.600
Tocantins	924.861	940.032	975.871	999.244	1.022.608	1.045.750	1.068.786	1.091.746	1.114.640	1.137.587
<b>Região Nordeste</b>	42.709.782	43.354.006	43.730.537	44.252.288	44.768.755	45.280.329	45.789.530	46.297.081	46.803.149	47.310.413
Maranhão	4.956.043	5.034.325	5.099.825	5.171.581	5.242.609	5.312.965	5.382.995	5.452.797	5.522.396	5.592.159
Piauí	2.594.375	2.631.520	2.643.536	2.669.517	2.695.235	2.720.710	2.746.066	2.771.341	2.796.541	2.821.801
Ceará	6.396.429	6.486.827	6.616.815	6.722.676	6.827.464	6.931.260	7.034.574	7.137.553	7.240.232	7.343.153
Rio Grande do Norte	2.429.856	2.473.227	2.500.495	2.536.433	2.572.007	2.607.244	2.642.317	2.677.277	2.712.135	2.747.074
Paraíba	3.213.015	3.249.139	3.258.180	3.282.327	3.306.231	3.329.907	3.353.474	3.376.965	3.400.386	3.423.864
Pernambuco	7.155.046	7.237.581	7.313.713	7.392.360	7.470.211	7.547.323	7.624.079	7.700.585	7.776.868	7.853.332
Alagoas	2.528.779	2.573.333	2.586.639	2.617.334	2.647.718	2.677.815	2.707.772	2.737.632	2.767.404	2.797.247
Sergipe	1.501.590	1.531.077	1.560.671	1.589.782	1.618.599	1.647.142	1.675.553	1.703.872	1.732.108	1.760.411
Bahia	11.934.649	12.136.977	12.150.663	12.270.278	12.388.681	12.505.963	12.622.700	12.739.059	12.855.079	12.971.372
<b>Região Sudeste</b>	63.044.362	63.966.982	65.014.456	65.976.749	66.929.285	67.872.798	68.811.934	69.748.024	70.681.391	71.616.953
Minas Gerais	15.808.455	16.006.672	16.248.264	16.462.008	16.673.585	16.883.157	17.091.758	17.299.682	17.507.000	17.714.807
Espirito Santo	2.616.561	2.664.952	2.717.381	2.766.790	2.815.698	2.864.143	2.912.364	2.960.428	3.008.352	3.056.389
Rio de Janeiro	12.849.579	12.976.675	13.180.032	13.337.586	13.493.542	13.648.021	13.801.784	13.955.048	14.107.866	14.261.044
São Paulo	31.769.767	32.318.683	32.868.779	33.410.365	33.946.460	34.477.477	35.006.028	35.532.866	36.058.173	36.584.713
<b>Região Sul</b>	22.214.941	22.474.653	22.829.613	23.125.924	23.419.233	23.709.763	23.998.945	24.287.190	24.574.594	24.862.676
Paraná	8.471.340	8.540.021	8.710.809	8.821.717	8.931.502	9.040.246	9.148.486	9.256.375	9.363.950	9.471.778
Santa Catarina	4.567.238	4.643.860	4.733.466	4.814.489	4.894.691	4.974.133	5.053.206	5.132.024	5.210.611	5.289.384
Rio Grande do Sul	9.176.363	9.290.772	9.385.338	9.489.718	9.593.040	9.695.384	9.797.253	9.898.791	10.000.033	10.101.514
<b>Região Centro-Oeste</b>	9.500.004	9.719.772	9.947.005	10.166.797	10.384.360	10.599.862	10.814.365	11.028.171	11.241.355	11.455.042
Mato Grosso do Sul	1.791.718	1.826.155	1.850.350	1.879.962	1.909.274	1.938.308	1.967.207	1.996.012	2.024.734	2.053.523
Mato Grosso	2.051.770	2.126.253	2.139.411	2.186.881	2.233.869	2.280.413	2.326.741	2.372.918	2.418.961	2.465.113
Goias	4.043.708	4.119.000	4.250.335	4.348.268	4.445.208	4.541.229	4.636.806	4.732.072	4.827.061	4.922.274
Distrito Federal	1.612.808	1.648.364	1.706.909	1.751.686	1.796.009	1.839.912	1.883.611	1.927.169	1.970.599	2.014.132

Fonte : <http://www.ibge.gov.br> (29/01/2008)

## ANEXO III – Crescimento da População entre os anos de 2000 até 2003

Estimativas Populacionais com data de referência em 01 de julho dos respectivos anos e Taxas Médias Geométricas de Crescimento Anual (%)

1980-1991 => TENDÊNCIA CENSOS 1980 E 1991

1992-2010 => TENDÊNCIA CENSOS 1991- 2000

	julho-00	julho-01	julho-02	julho-03
<b>Brasil</b>	170.143.121	172.385.826	174.632.960	176.876.443
<b>Região Norte</b>	12.943.674	13.223.859	13.504.599	13.784.881
Rondônia	1.383.486	1.407.608	1.431.777	1.455.907
Acre	559.619	573.267	586.942	600.595
Amazonas	2.823.177	2.892.420	2.961.801	3.031.068
Roraima	325.996	336.423	346.871	357.302
Pará	6.210.905	6.332.174	6.453.683	6.574.993
Amapá	479.841	498.158	516.511	534.835
Tocantins	1.160.650	1.183.809	1.207.014	1.230.181
<b>Região Nordeste</b>	47.820.226	48.332.163	48.845.112	49.357.231
Maranhão	5.662.273	5.732.679	5.803.224	5.873.655
Piauí	2.847.188	2.872.680	2.898.223	2.923.725
Ceará	7.446.591	7.550.461	7.654.535	7.758.441
Rio Grande do Norte	2.782.190	2.817.452	2.852.784	2.888.058
Paraíba	3.447.459	3.471.152	3.494.893	3.518.595
Pernambuco	7.930.179	8.007.347	8.084.667	8.161.862
Alagoas	2.827.240	2.857.358	2.887.535	2.917.664
Sergipe	1.788.856	1.817.419	1.846.039	1.874.613
Bahia	13.088.250	13.205.615	13.323.212	13.440.618
<b>Região Sudeste</b>	72.557.215	73.501.405	74.447.456	75.391.969
Minas Gerais	17.923.658	18.133.380	18.343.517	18.553.312
Espirito Santo	3.104.667	3.153.147	3.201.722	3.250.219
Rio de Janeiro	14.414.991	14.569.580	14.724.475	14.879.118
São Paulo	37.113.899	37.645.298	38.177.742	38.709.320
<b>Região Sul</b>	25.152.204	25.442.941	25.734.253	26.025.091
Paraná	9.580.147	9.688.969	9.798.006	9.906.866
Santa Catarina	5.368.552	5.448.051	5.527.707	5.607.233
Rio Grande do Sul	10.203.505	10.305.921	10.408.540	10.510.992
<b>Região Centro-Oeste</b>	11.669.802	11.885.458	12.101.540	12.317.271
Mato Grosso do Sul	2.082.457	2.111.512	2.140.624	2.169.688
Mato Grosso	2.511.496	2.558.073	2.604.742	2.651.335
Goiás	5.017.965	5.114.055	5.210.335	5.306.459
Distrito Federal	2.057.884	2.101.818	2.145.839	2.189.789

Fonte: <http://www.ibge.gov.br> (29/01/2008)

## 1.6.2 PIB – PRODUTO INTERNO BRUTO

PIB representa a soma (em valores financeiros) de toda produção econômica de uma determinada região ou parcela da sociedade (qual seja, países, estados, cidades), durante um determinado período de tempo (mês, trimestre, ano e etc.). Trata-se da principal medida usada para avaliar o tamanho de uma economia para compará-la a outras economias.

Para calcular o PIB, somam-se o consumo (C), com o investimento (I), os gastos governamentais (G) e as exportações (X) do país durante um ano e subtraem-se as importações (M).

De acordo com o site <http://www.ipib.com.br/oquee.asp>,

*“No âmbito do setor público, este indicador é usado, regularmente, como referencial na formulação e acompanhamento dos planos e programas governamentais e/ou previsão de efeitos de políticas econômicas globais e setoriais. O PIB é também amplamente utilizado por entidades privadas, estudiosos da realidade econômica e/ou elaboradores de projetos, análises e cenários prospectivos.*

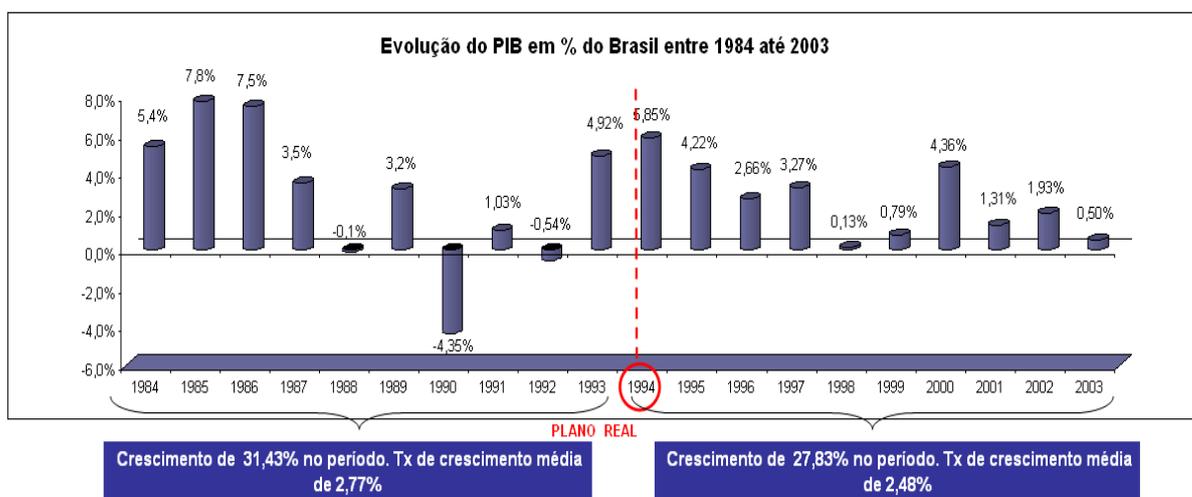
*A variação anual do Produto Interno Bruto é adotada, indistintamente, como o principal indicador para medir o desempenho econômico de um País, Região ou Unidade Federativa. Sua taxa de crescimento é obtida pela comparação entre tudo o que se produziu em um ano com o total do ano anterior: taxas positivas indicam que a economia está em crescimento; nulas, estagnação; e negativas, recessão.*

*As metodologias de avaliação do PIB procuram formas de correlações físicas (quantificações), mas sempre são expressas em valores monetários para facilitar análises e*

comparações. Por esta razão, os dados do PIB brasileiro são geralmente colocados em dólares ou reais”.

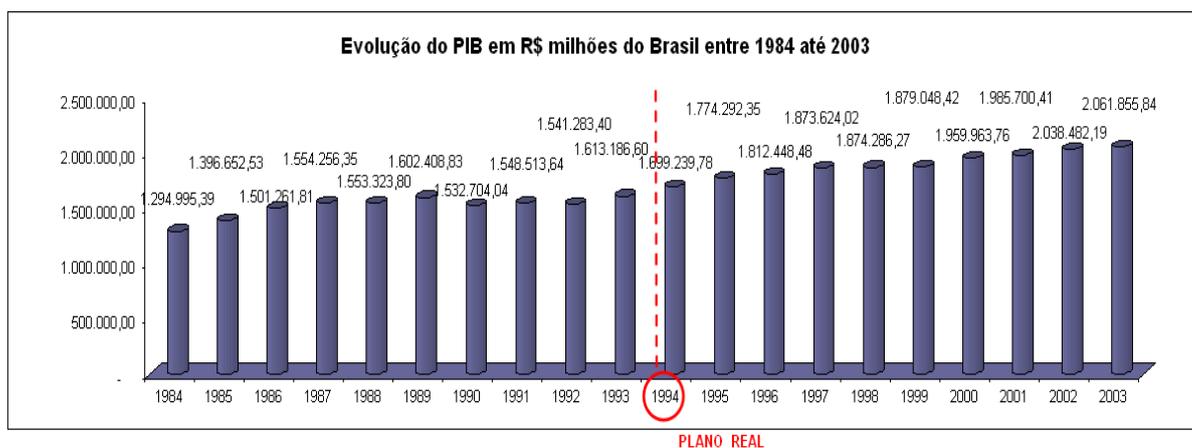
A tabela a seguir mostra a evolução do PIB do Brasil (1984 até 2005) em valor e percentual (evolução do PIB atual com o PIB do ano anterior).

Gráfico 5 – Evolução do PIB Brasileiro em % entre os anos de 1984 até 2003



Fonte : IBGE

Gráfico 5.1 – Evolução do PIB Brasileiro em R\$ milhões entre os anos de 1984 até 2003



PIB (preços 2006)

Periodicidade: Anual

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)

Unidade: R\$ de 2006(milhões)

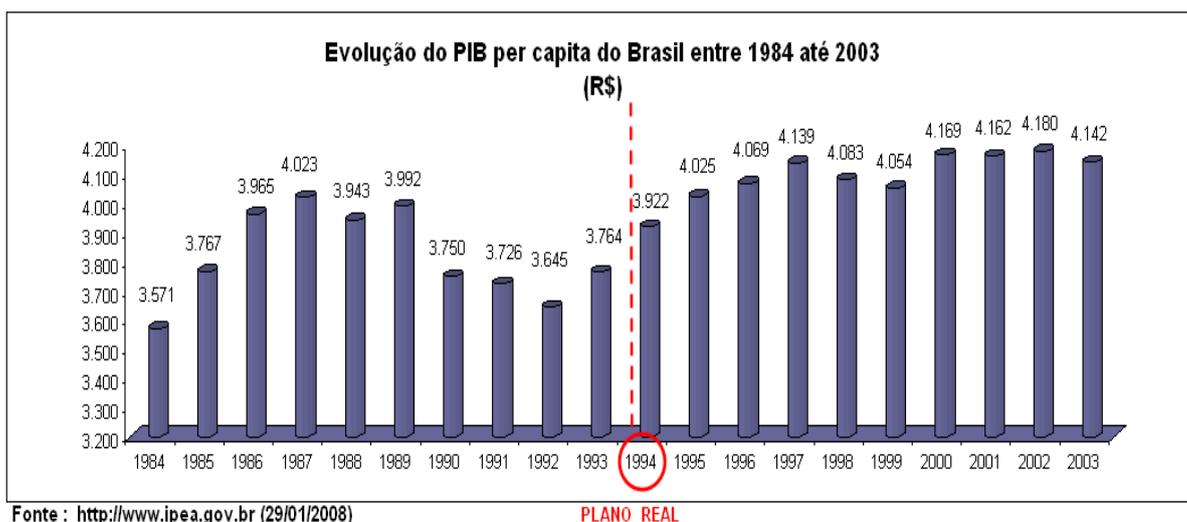
Comentário: Elaboração IPEA. Série estimada a partir do valor do PIB nominal de 2006 (Contas Nacionais Referência 2000) e a taxa de variação real do PIB anual (IBGE). Para 2006: resultados preliminares estimados a partir das Contas Nacionais Trimestrais Referência 2000.

Atualizado em: 12 de dezembro de 2007

### 1.6.2.1 PIB Per capita

Quantia em reais que cada habitante receberia caso o PIB fosse dividido igualmente entre toda a população. A fonte utilizada é o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Gráfico 6 Evolução do PIB per capita do Brasil entre 1984 até 2003



### 1.6.2.2 Distribuição do PIB por Região

De acordo com IBGE (<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/>), na região Nordeste, a maior parte da renda dos municípios é gerada pelo setor de Serviços, embora Bahia e Maranhão se destaquem também na agropecuária, o primeiro com a produção de soja e algodão e o segundo com arroz, soja e gado bovino. Os municípios litorâneos de alguns estados nordestinos têm ainda renda expressiva vinda do setor industrial de extração de petróleo.

Na região Centro-Oeste, o peso da agropecuária é acentuado, em razão do cultivo da soja e da criação de gado em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul,

embora em Goiás certos municípios, como Minaçu e Niquelândia, tenham forte presença da indústria extrativa mineral. Destaca-se também o setor de serviços, representado pela dimensão que a administração pública tem no Distrito Federal.

No Sul, a agropecuária é forte, com produção de arroz, milho, soja, fruticultura e erva-mate, além de bovinos no Rio Grande do Sul e suínos e aves em Santa Catarina. O Vale do Itajaí e o eixo Chapecó-Seara-Concórdia, em SC, assim como o eixo Porto Alegre - Caxias do Sul apresentam perfil industrial.

Na região Norte, o estado do Pará é o de maior diversidade de fontes de renda, com a criação de gado em São Félix do Xingu; produção de alumínio em Barcarena; usina hidrelétrica em Tucuruí e extração mineral no complexo de Carajás, município de Parauapebas. Em Rondônia, o forte é a agropecuária, nos municípios ao longo da rodovia Cuiabá-Porto Velho e nos estados do Acre, Amapá, Roraima, Tocantins e Amazonas predomina o setor de Serviços, devido, sobretudo, ao peso da Administração Pública.

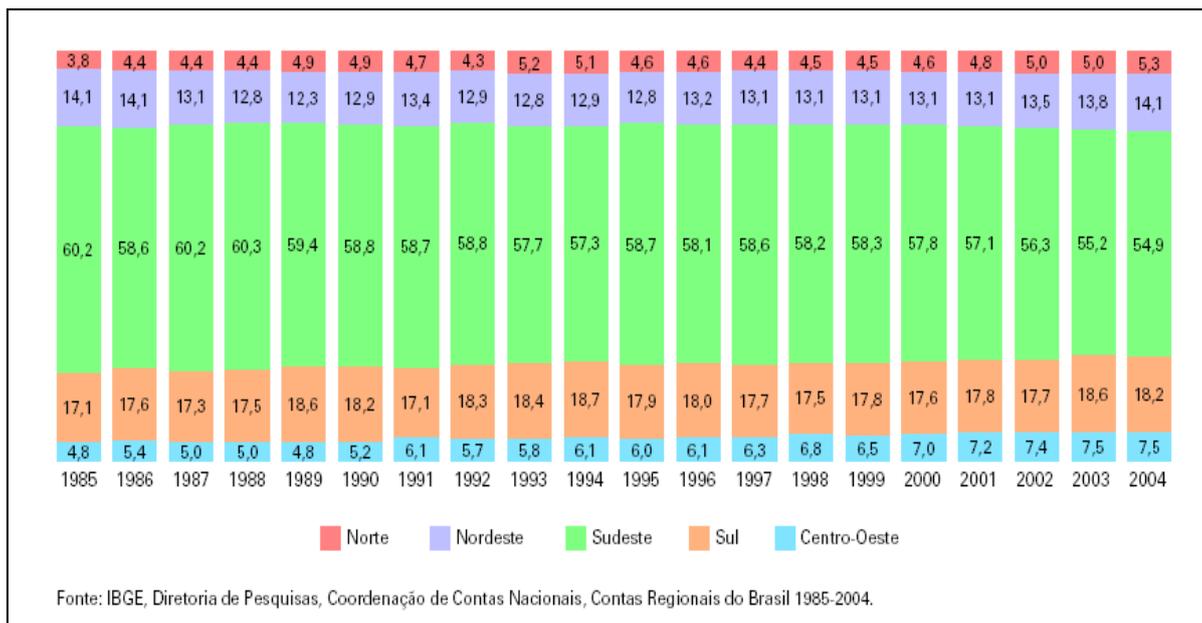
O estado do Amazonas é um pouco mais diversificado, com as indústrias da Zona Franca, em Manaus, e petrolífera em Coari.

No Sudeste, existem áreas com perfil agropecuário marcante, como a do noroeste do estado de São Paulo, onde predomina o cultivo da laranja, e outras marcadamente industriais, como as regiões do sudeste do estado de São Paulo, no eixo São Paulo- Campinas- Rio Claro e do Vale do Paraíba, que abrange também o estado do Rio de Janeiro e onde é claro ainda o peso da indústria extrativa nos municípios do litoral norte fluminense.

Em Minas, há uma importante área industrial no entorno de Belo Horizonte e ao sul, na região de Santa Rita do Sapucaí, que se destaca na área eletrônica, assim como na de serviços, que abrange Pouso Alegre, Poços de Caldas e

Varginha. No triângulo Mineiro, mais dinâmico na agropecuária, é forte a presença de indústrias alimentícias, com grandes atacadistas. No Espírito Santo, indústrias siderúrgicas e alimentícias estão localizadas no entorno de Vitória, indústrias de papel e celulose em Aracruz e de beneficiamento de minério de ferro em Anchieta.

Tabela 12 Participação das Regiões no PIB do Brasil a preços correntes.



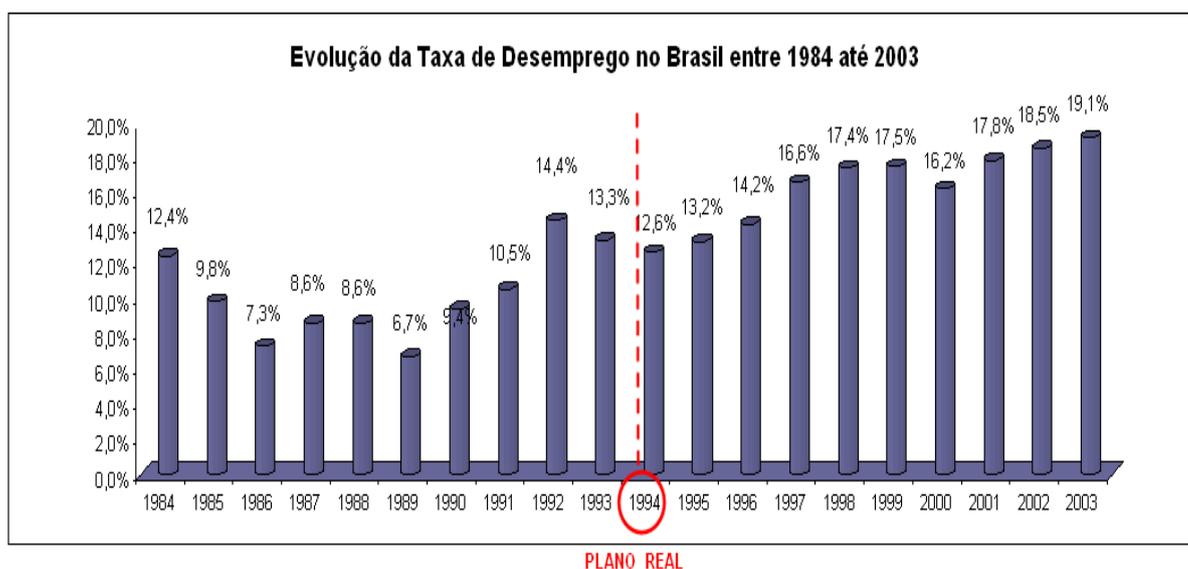
### 1.6.3 TAXA DE DESEMPREGO

De acordo com IBGE, taxa de desemprego aberto ou Taxa de desocupação corresponde à percentagem das pessoas desocupadas, em relação às pessoas economicamente ativas.

População Economicamente Ativa (PEA) - É composta pelas pessoas de 10 a 65 anos de idade que foram classificadas como ocupadas ou desocupadas na semana de referência da pesquisa.

Empregado - pessoa que trabalha para empregador, cumprindo jornada de trabalho e recebendo remuneração em dinheiro, mercadorias, produtos ou somente em benefícios (moradia, alimentação, roupas, etc.), inclusive a que presta serviço militar obrigatório, sacerdote, ministro de igreja, pastor, rabino, frade, freira e outros clérigos (PNAD 1992, 1993, 1995, 1996).

Gráfico 7 – Evolução da Taxa de Desemprego no Brasil entre 1984 até 2003



Fonte : <http://www.ibge.gov.br> (29/01/2008)

#### 1.6.4 - TAXA DE JUROS

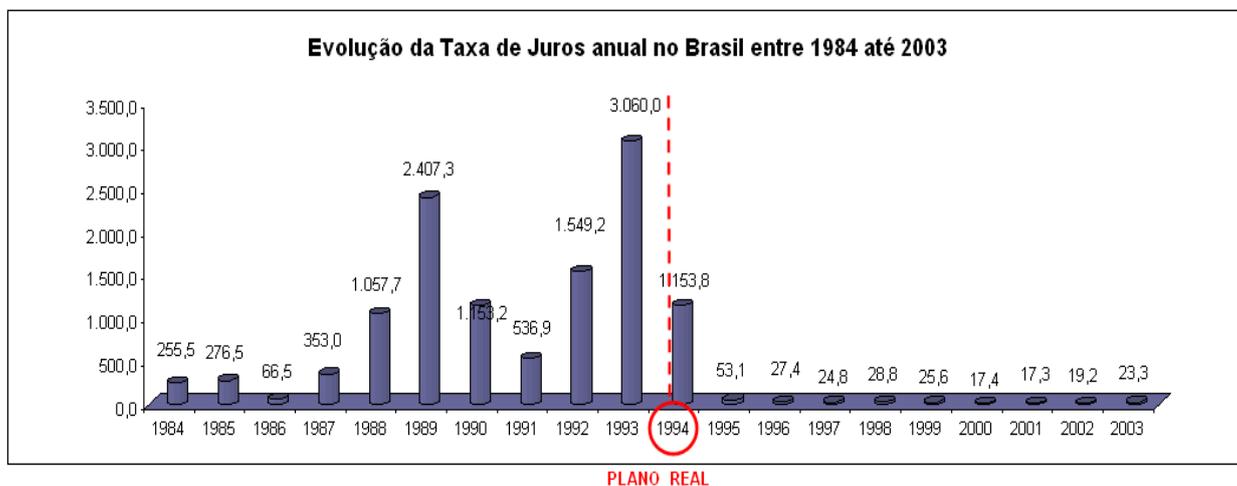
Conceito: Taxa que mede o custo do dinheiro.

O **juro** é a remuneração pelo empréstimo do dinheiro. Ele existe porque a maioria das pessoas prefere o consumo imediato, e está disposta a pagar um preço por isto. Por outro lado, quem for capaz de esperar até possuir a quantia suficiente para adquirir seu desejo, e neste ínterim estiver disposta a emprestar esta quantia a alguém, menos paciente, deve ser recompensado por esta abstinência na proporção do **tempo e risco**, que a operação envolver. O tempo, o risco e a quantidade de dinheiro disponível no mercado para empréstimos definem qual deverá ser a remuneração, mais conhecida como **taxa de juros**.

O governo quando quer diminuir o consumo, tentando com isso conter a inflação, diminui a quantidade de dinheiro disponível no mercado para empréstimos. Assim, a remuneração deste empréstimo fica muito alta para quem paga, desmotivando-o a consumir imediatamente e atraente para quem tem o dinheiro, estimulando-o a poupar.

Na época de inflação alta, quando a caderneta de poupança pagava até 30% ao mês, alguns tinham a falsa impressão de que logo ficariam ricos, com os altos juros pagos pelo banco. O que não percebiam é que, dependendo do desejo de consumo, ele poderia ficar cada vez mais distante, subindo de preço numa proporção maior que os 30% recebidos. A taxa de juros que o banco cobra e paga exclui, além de itens como o risco e o tempo de empréstimo, a expectativa de inflação para período (Professor de Finanças Oswaldo Pessoa – PUC - Rio 1996 – Apostila de Finanças Corporativas no Brasil)

Gráfico 8 – Evolução da Taxa de Juros anual no Brasil entre 1984 até 2003



Fonte : <http://www.bcb.gov.br/> (30/01/2008)

### 1.6.5 SALÁRIO MÍNIMO REAL

Conceito de acordo com site <http://www.portalbrasil.net>, salário mínimo corresponde ao “*valor do piso salarial em todo o território brasileiro para 8 horas de trabalho por dia*”

Conforme dados do site <http://www.portalbrasil.net> :

*“o salário mínimo surgiu no Brasil na década de 30. A Lei nº. 185 de janeiro de 1936 e o Decreto-Lei nº. 399 de abril de 1938 regulamentaram a instituição do salário mínimo, e o Decreto-Lei nº. 2162 de 1º de maio de 1940 fixou os valores do salário mínimo, que passaram a vigorar a partir do mesmo ano.*

*Em dezembro de 1951, o Presidente Getúlio Vargas assinou um Decreto-Lei reajustando os valores do salário mínimo, dando início a um período em que reajustes mais freqüente garantiram a manutenção, e até alguma elevação, do poder de compra do salário mínimo. Da data deste reajuste até outubro de 1961, quando ocorreu o primeiro reajuste do Governo de João Goulart, houve um total de seis reajustes. Neste período, além de os reajustes terem ocorrido em intervalos cada vez menores (o último, de apenas 12 meses), ampliou-se bastante o número de valores distintos para o salário mínimo entre as diversas regiões.*

*A partir de 1983, as diversas políticas salariais associadas aos planos econômicos de estabilização e, principalmente, o crescimento da inflação, levou a significativas perdas no poder de compra do salário mínimo. Entre 1982 e 1990, o valor real do salário mínimo caiu 24%. Deve-se destacar ainda que em maio de 1984 ocorreu a unificação do salário mínimo no país.*

*A partir de 1990, apesar da permanência de altos índices de inflação, as políticas salariais foram capazes de garantir o poder de compra do salário mínimo, que apresentou um crescimento real de 10,6% entre 1990 e 1994, em relação à inflação medida pelo INPC.*

Com a estabilização após o Plano Real, o salário mínimo teve ganhos reais ainda maiores, totalizando 28,3% entre 1994 e 1999. Neste mesmo período, considerando-se a relação do valor do salário mínimo e da cesta básica calculado pelo DIEESE na cidade de São Paulo, o crescimento foi de 56%.

Há duas conclusões importantes a destacar a partir dos dados que mostra a evolução histórica do salário mínimo desde 1940. Em primeiro lugar, ao contrário de manifestações muito corriqueiras de que o poder de compra do salário mínimo seria hoje muito menor que na sua origem, os dados mostram que não houve perda significativa.

Em segundo, foi com a estabilização dos preços a partir de 1994 que se consolidou a mais significativa recuperação do poder de compra do mínimo desde a década de 50.

Gráfico 9 – Evolução do Salário Mínimo do Brasil de 1984 até 2003



Fonte : Fonte : <http://www.ibge.gov.br> (02/02/2008)

### 1.6.6 TAXA DE ANALFABETISMO

De acordo com IBGE, taxa de analfabetismo corresponde ao percentagem das pessoas analfabetas de um grupo etário, em relação ao total de pessoas do mesmo grupo etário. Pessoa analfabeta corresponde à pessoa que não sabe ler e escrever um bilhete simples no idioma que conhece.

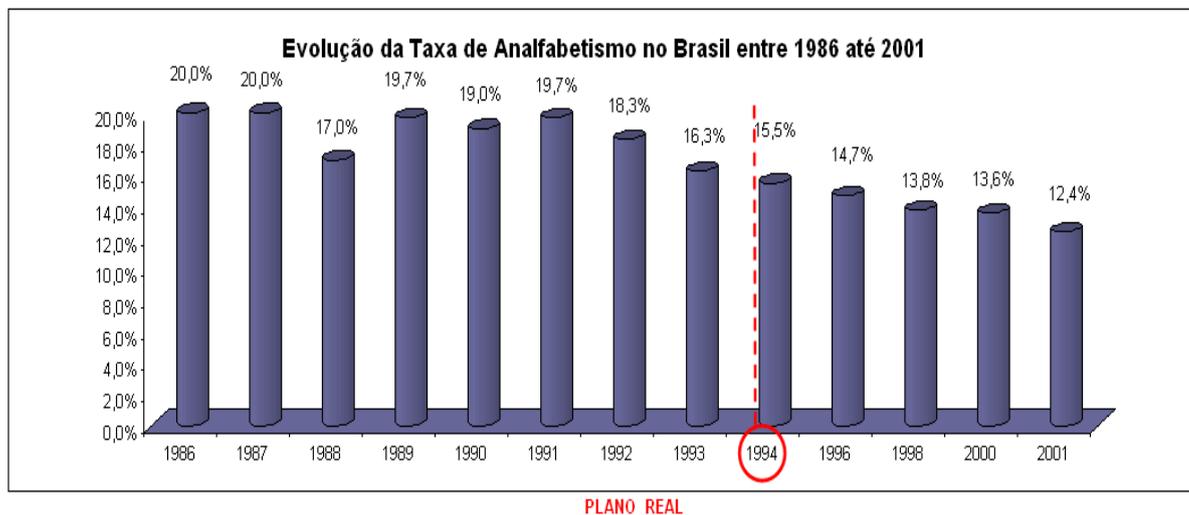
De acordo com site <http://www.ripsa.org.br/>, Taxa de Analfabetismo corresponde ao percentual de pessoas com 15 e mais anos de idade que não sabem ler e escrever pelo menos um bilhete simples, no idioma que conhecem, na população total residente da mesma faixa etária, em determinado espaço geográfico, no ano considerado.

O analfabetismo no Brasil possui uma longa história. José Ricardo Pires de Almeida (2000), em sua obra *História da instrução pública no Brasil (1500-1889)*, escrita em 1889 comenta o fato de que no Brasil Colônia "havia um grande número de negociantes ricos que não sabiam ler". Prova disto é que, no Império, admitia-se o voto do analfabeto, desde que, é claro, este possuísse bens e títulos. O autor relata outro fato que também ajuda a entender as causas deste fenômeno e que ainda hoje se encontra presente: os baixos salários dos professores, que impediam a contratação de pessoal qualificado e levavam ao "afastamento natural das pessoas inteligentes de uma função mal remunerada e que não encontra na opinião pública a consideração a que tem direito".

Observa-se que a taxa de analfabetismo na população de 15 anos ou mais caiu ininterruptamente ao longo do século, saindo de um patamar de 65,3% em 1900 para chegar a 13,6% em 2000. Contudo, não basta só à queda da taxa de analfabetismo, é fundamental também a sua redução em números absolutos. E neste aspecto há muito ainda a ser feito. Como dado positivo, temos o fato de que, finalmente, na década de 80, conseguimos reverter o crescimento constante até então verificado no número de analfabetos e, como dado negativo, o de que, em 2000, havia um número maior de analfabetos do que aquele existente em 1960 e quase duas vezes e meia o que havia no início do século 20. Como do ponto de vista da mobilização dos recursos o que interessa é o número absoluto de analfabetos, percebe-se a grande tarefa que temos pela frente, facilitada, é

claro, pelo fato de a riqueza social produzida hoje pelo Brasil ser muito maior que a de 1960 ou a do início do século.

Gráfico 10 – Evolução da Taxa de Analfabetismo no Brasil de 1986 até 2001



Fonte : Fonte : <http://www.ibge.gov.br> (02/02/2008)

### 1.6.7 TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL

De acordo com IBGE, taxa de mortalidade corresponde ao número de pessoas que morrem por 1000 habitantes durante 1 ano. A taxa de mortalidade total no Brasil apresentou um grande declínio de 1950 a 1970, e desde então vem caindo em pequenas proporções.

Também de acordo com IBGE, taxa de mortalidade infantil corresponde ao número de crianças menores de 1 ano de idade que morrem por 1000 nascidos vivos durante o período de 1 ano, ou seja, freqüência com que ocorrem os óbitos infantis (menores de um ano) em uma população, em relação ao número de nascidos vivos em determinado ano civil.

De acordo com o site <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/idb2000/fqc01.htm>, taxa de mortalidade infantil corresponde ao número de óbitos de menores de um ano de idade, por mil nascidos vivos, em determinado espaço geográfico, no ano considerado. A mortalidade infantil compreende a soma dos óbitos ocorridos nos períodos *neonatal precoce* (0-6 dias de vida), *neonatal tardio* (7-27 dias) e *pós-neonatal* (28 dias e mais).

A taxa de mortalidade estima o risco de um nascido vivo morrer durante o seu primeiro ano de vida. As taxas de mortalidade infantil são geralmente classificadas em *altas* (50 ou mais), *médias* (20-49) e *baixas* (menos de 20), em função da proximidade ou distância de valores já alcançados em sociedades mais desenvolvidas .

Esses parâmetros devem ser periodicamente ajustados às mudanças verificadas no perfil epidemiológico. Altas taxas de mortalidade infantil refletem, de maneira geral, baixos níveis de saúde, de desenvolvimento socioeconômico e de condições de vida. Taxas reduzidas também podem encobrir más condições de vida em segmentos sociais específicos.

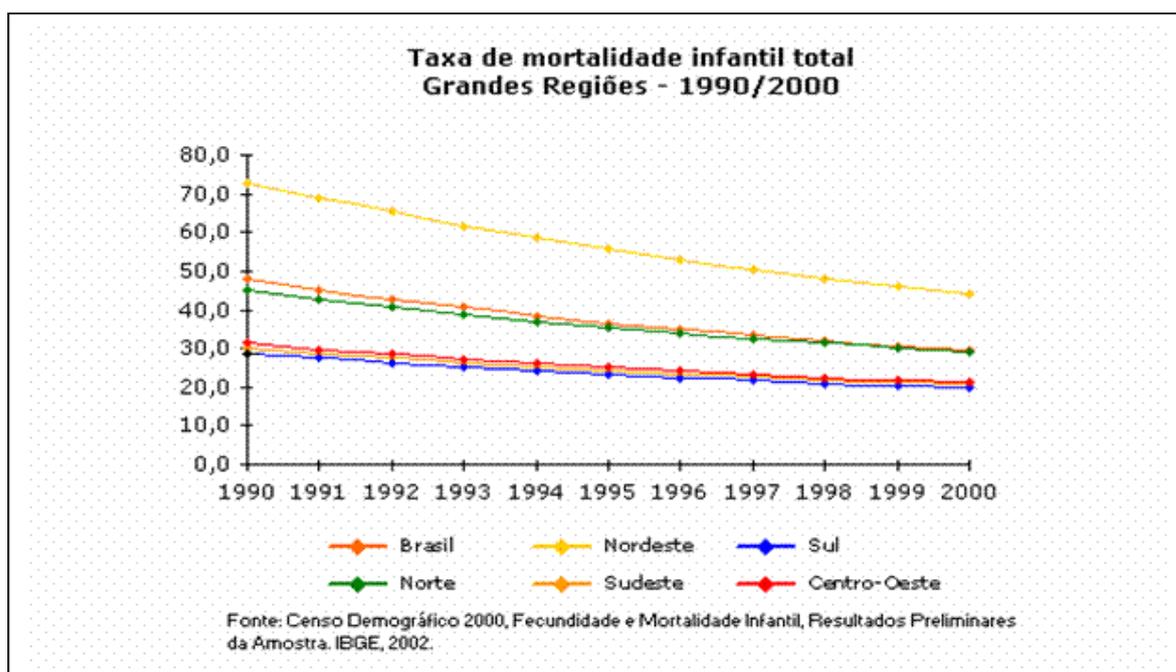
A mortalidade vem declinando no Brasil, resultado de diversas políticas de saúde pública implantadas no País. Primeiramente, a partir do segundo quinquênio da década de 1940, com o advento dos antibióticos no combate as enfermidade infecto-contagiosas.

Mais recentemente, diversas ações (não somente partidas das esferas governamentais) foram introduzidas com o propósito de reduzir a mortalidade infantil no Brasil: campanhas de vacinação em massa, atenção ao pré-natal, aleitamento materno, agentes comunitários de saúde, entre outras.

A mortalidade infantil no Brasil, em torno de 27 óbitos de menores de 1 ano para cada mil nascidos vivos, em 2003, ainda é alta, considerando-se a taxa correspondente dos países do cone sul, por exemplo. Entretanto a queda é inegável, tendo em vista que, por volta de 1970 a taxa estava próxima de 100 por mil nascidos vivos.

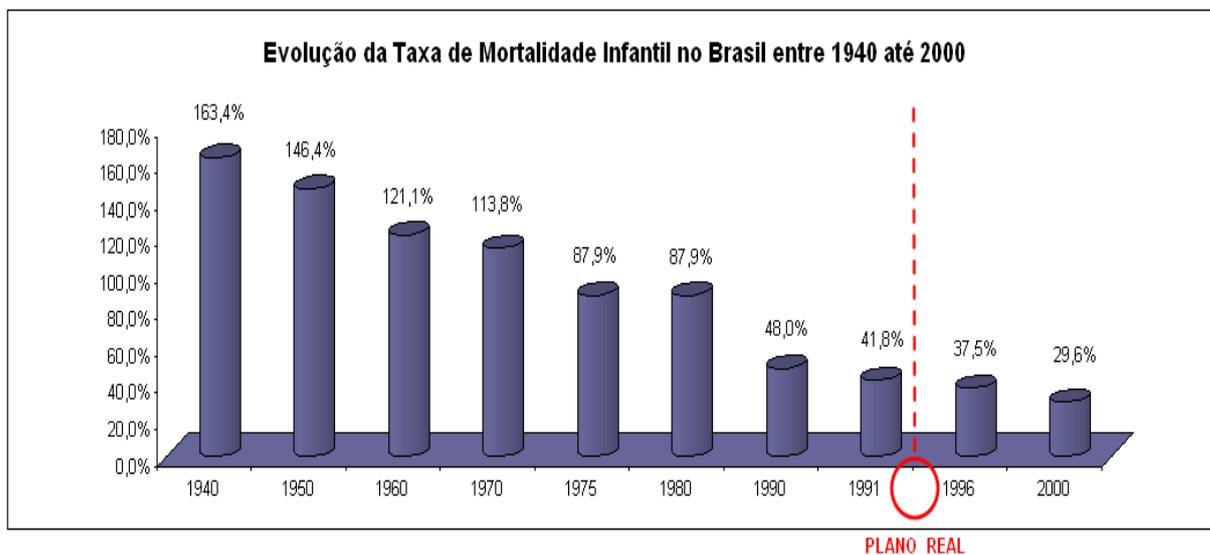
O gráfico abaixo demonstra esse declínio, pois em 1990, registravam-se 48 óbitos por mil nascidos vivos no Brasil e, e em 2000, registravam-se apenas 29,6.

Gráfico 11 – Evolução da Taxa de Mortalidade Infantil no Brasil de 1990 até 2000



O gráfico abaixo demonstra a queda dessa taxa desde 1940.

Gráfico 12 – Evolução da Taxa de Mortalidade Infantil no Brasil de 1940 até 2000



Fonte : Fonte : <http://www.ibge.gov.br> (02/02/2008)

### **1.6.8 INVESTIMENTO NA ÁREA DA SAÚDE, EDUCAÇÃO, INFRAESTRUTURA E SEGURANÇA,**

A seguir, a pesquisa irá demonstrar as principais informações coletadas de cada área mencionada.

#### **SAÚDE**

Os investimentos realizados no Brasil decorrente da implantação de ações de Saúde Pública têm o objetivo de promover a redução das enfermidades, o aumento do controle das doenças endêmicas e parasitárias, melhorar a vigilância à saúde e conseqüentemente melhorar a qualidade de vida da sociedade brasileira.

O passo muito importante foi a promulgação da Constituição de 1988 que resultou, dentre outros acontecimentos, na criação do Sistema Único de Saúde – SUS mediante a implementação da Lei da Saúde (19/09/1990).

A criação do SUS promoveu a descentralização e democratização da gestão , provocando mudanças profundas na Saúde Pública brasileira. A mudança inicial foi o aprimoramento do sistema de informação da saúde.

O SUS está entre os maiores sistemas públicos de saúde do mundo, sendo o único a garantir assistência integral e totalmente gratuita para a totalidade da população, inclusive para os portadores do vírus HIV , sintomáticos ou não, aos pacientes renais crônicos e aos pacientes com câncer. A rede ambulatorial do SUS é constituída por cerca de 70.000 mil unidades, sendo realizadas em média mais de 400 milhões de atendimento ao ano.

As ações de saúde do SUS se estendem para a atenção básica que inclui os programas de suprimentos de carência nutricionais e bolsa alimentação, farmácia básica, vacinas, saúde da família e combates às endemias e para aos atendimentos de média e alta complexidade, que incluem as internações e tratamentos feitos em rede de hospitais próprios e conveniados.

Conforme dados do Ministério da Saúde, só no âmbito Governo Federal, são despendidos recursos na ordem de 14 bilhões por ano para custeio dos atendimentos ambulatoriais de média a alta complexidade e hospitalares, além de cerca de R\$ 5,1 bilhões com a “atenção básica” . Além disso, segundo Ministério da Saúde, R\$ 6,4 bilhões são investimentos em outras ações e serviços de saúde, onde pode se citar aquisição de medicamentos, modernização de unidades de saúde, saneamento básico, profissionalização de profissionais do setor, além de diversos programas específicos, tais como AIDS, prevenção de câncer cérvico-uterino, vigilância sanitária, saúde indígena e outros. Além dos serviços da dívida, que somados alcançam R\$ 23,5 bilhões que acrescidos dos investimentos com a folha de pagamentos dos profissionais da área, além dos inativos e pensionistas totalizam mais de R\$ 26 bilhões em 2001.

## **EDUCAÇÃO**

O desenvolvimento de um país está diretamente relacionado com o grau de educação do seu povo. O Governo tem a obrigação de garantir educação para seu povo, pois somente dessa maneira os seres humanos poderão ser considerados realmente livres e conscientes para escolheres melhor seus representantes na política e juntos promoverem o aumento contínuo da melhora da qualidade de vida via o principio da “Mão Invisível” definida pelo economista clássico Adam Smith (1723-1790) como sendo “as ações de indivíduos agindo em seu próprio interesse , ao se somarem, formariam uma ***mão invisível*** que conduziriam a economia pelo bom caminha do crescimento e da estabilidade”

Uma das dificuldades em se avaliarem os impactos de investimentos em educação advém do fato de que estes não apenas influenciam as condições de vida daqueles que se educam (efeitos privados da educação), mas também geram uma série de externalidades sobre o bem-estar daqueles que os rodeiam.

Além disso, os efeitos destes investimentos são não só variados, como possuem várias dimensões. Por um lado, podem ser concretizados via melhoria

na qualidade ou na quantidade da educação. Por outro, podem-se diferenciar os investimentos em educação de acordo com o nível em que ocorrem, podendo estar relacionados a uma melhoria na educação fundamental, secundária, superior ou técnica.

Uma questão importante é conhecermos o grau de performance do investimento realizado, pois a cada dia que passa, é noticiado através da mídia brasileira, a existência de desvios das verbas destinadas à educação para outros projetos e até desvios sob a forma de fraude.

De acordo com Paulo Brito em sua obra Planos Econômicos e Políticas Econômicas Básicas de 2004, ele afirma: “que o país tem investido em educação é mais do 3,7% do PIB, taxa superior a Coréia do Sul, que é de 3,6%, e à da Espanha, 3,2%. Logo, a problemática é que no país se gasta mal para educar um povo. Dados do Banco Mundial revelam que, de US\$ 10.000,00 destinados à educação brasileira, somente 20% chegam às salas de aula e cerca de 80% ficam em atividades-meio ou são desviados”.

De acordo com artigo publicado e, 30/09/2005 no site <http://www.universia.com.br/noticia>, dizia que a questão central da educação brasileira não é a falta de recursos. O país gasta bastante dinheiro em educação, em torno de 5,5% do PIB. Por exemplo, mais do que o Japão e Itália (4,8%) e o Chile (4,3%). O problema é que ele gasta errado. Por um lado, concentra os gastos no ensino superior, onde os retornos dos investimentos são em geral menores. O gasto aluno/ano no ensino superior é algo em torno de 12 e 10 vezes maior do que, respectivamente, nos ensinos fundamental e médio. Em contraste, nos Estados Unidos esses números são somente 3 e 2,4. Por outro lado, gasta com quem não precisa. Estimativas mostram que cerca de 80% das despesas públicas com ensino superior atingem os 20% mais ricos da população, ao passo que somente 3% dos mesmos se destinam aos 60% mais pobres da população. O nível educacional da população adulta de um país é o resultado de décadas de investimento em educação.

Em 1990, segunda dados do Ministério da Educação, vistos pela internet, quase 3,0 milhões de crianças, entre 7 a 14 anos, estavam fora da escola. Essa informação é simplesmente drástica, pois o foco principal dos investimentos deve ser exatamente nessa idade, pois é nesse período é o início de tudo. Desde o século XX vários países investiram no ensino básico a exemplo da Europa, Japão e EUA e hoje todos são considerados desenvolvidos.

Em relação aos recursos disponíveis, não é verdade que se gaste muito pouco com educação no Brasil. A Constituição Federal determina que, da receita de impostos, a União aplique pelo menos 18% em educação e os estados e municípios não menos de 25%. De modo geral, esta determinação tem sido respeitada e é inclusive responsável pelo aumento dos recursos para a educação que ocorreu a partir de 1989. Em 1990 o montante atingiu a quase 20 bilhões de dólares. Em termos de percentuais do Produto Interno Bruto, o valor mais baixo nos anos recentes ocorreu em 1988, quando mal ultrapassou 3%. Após a vigência da nova Constituição, ele subiu substancialmente, atingindo, em 1990, a 4,21% do PIB, o que demonstra claramente a importância da vinculação constitucional dos percentuais da receita de impostos para a educação como instrumento para aumentar os investimentos públicos nesta área.

A seguir apresentaremos os valores investidos no Brasil e faremos uma relação com os valores do PIB do mesmo ano.

Tabela 13 – Gasto Público na área da Educação (1995 – 2002)

Gasto público na *área de educação* e gasto público social (1995-2002)

Ano	Gasto público na <i>área de educação</i>				Gasto público social (em % PIB) (c)	(a/b)	(a/c)	(b/c)
	Educação básica		Total					
	(R\$ milhões)	(em % PIB) (a)	(R\$ milhões)	(em % PIB) (b)				
1995	20.116	3,11	25.199	3,90	20,73	80%	15%	19%
1996	24.420	3,14	29.670	3,81	20,90	82%	15%	18%
1997	24.897	2,86	32.502	3,73	21,34	77%	13%	17%
1998	30.868	3,38	38.745	4,24	22,01	80%	15%	19%
1999	32.629	3,35	41.475	4,26	22,32	79%	15%	19%
2000	36.969	3,36	46.990	4,27	22,59	79%	15%	19%
2001	40.676	3,39	51.584	4,30	22,91	78%	15%	19%
2002	45.765	3,39	57.943	4,30	22,90	79%	15%	19%

Fonte: Almeida (2001), IPEA/DISOC, IBGE/MP, INEP/MEC.

## INFRAESTRUTURA

De acordo com os técnicos de planejamento e pesquisa da Coordenação Geral de Finanças Públicas do IPEA Bolívar Pego Filho, José Oswaldo Cândido Júnior e pelo Coordenador Geral de Finanças Públicas do IPEA, de 1995 a 1999, Francisco Pereira através da publicação de texto para discussão 680, eles afirmaram : “Não há crescimento econômico sustentável sem a existência de infra-estrutura eficiente e eficaz, que atende a objetivos diversos: viabiliza o produto potencial; integra toda a população à economia nacional, por meio de modais de transportes e sistemas de comunicações eficientes que interliguem, de fato, as regiões do país; e minimiza desperdícios de recursos, ao otimizar sua utilização, entre outros. A infra-estrutura pode ser subdividida em três partes: **1 utilidades públicas; serviços públicos; e outros setores de transportes.** Na primeira parte estão incluídos a energia elétrica, as telecomunicações, os serviços de água, esgoto e gás, e a coleta de lixo. Na segunda, as rodovias e os sistemas de irrigação e drenagem. Na terceira parte, os portos, os serviços de transportes ferroviário urbano e interurbano, o transporte rodoviário urbano, as hidrovias e os aeroportos. Esta última pode ser classificada de infra-estrutura econômica e urbana”.

A partir dos anos 80 até os anos 90, o financiamento para infra-estrutura no Brasil sofreu uma acentuada redução (um declínio duas vezes maior do que na região da América Latina e do Caribe -ALC). A maior parte dessa queda ocorreu durante o período 1986-95, quando houve uma total deterioração do quadro institucional para investimentos públicos nesta área e a elevação das despesas correntes federais impediu os gastos de capital.

O financiamento público para investimento em infra-estrutura, uma peça central do quadro institucional, caiu bruscamente devido a uma série de eventos, que abrangeram o impacto da moratória mexicana de 1982 sobre os níveis de endividamento das empresas estatais; a desvalorização das tarifas, com o objetivo de controlar a inflação; a eliminação de impostos federais incidentes sobre setores específicos; e as novas prioridades de gastos públicos estabelecidas pela Constituição de 1988. As reformas no setor de infra-estrutura

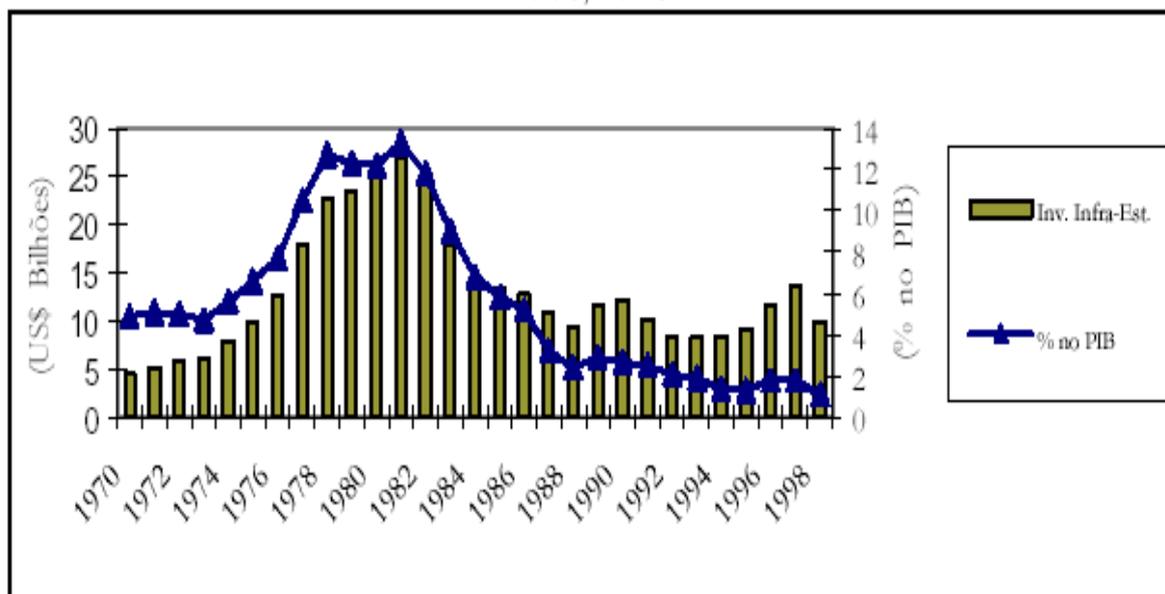
e o ajuste fiscal que se seguiram a esses eventos tiveram em geral relativamente pouco efeito sobre esse declínio.

De acordo o texto nr. 680 dos técnicos do IPEA Bolívar Pego Filho, José Oswaldo Cândido Júnior e do Coordenador Geral de Finanças Públicas do IPEA, de 1995 a 1999, Francisco Pereira, os investimentos em infra-estrutura, por serem um dos principais impulsionadores do crescimento econômico, sempre tiveram, no Brasil, prioridade na alocação dos recursos.

Ao longo dos últimos vinte e nove anos (1970/1998), essa alocação foi sempre comandada pelo Estado e os valores evoluíram, conforme pode ser visto no gráfico a seguir :

Gráfico 13 – Investimentos de Infra-Estrutura (com % do PIB entre 1970 e 1998):

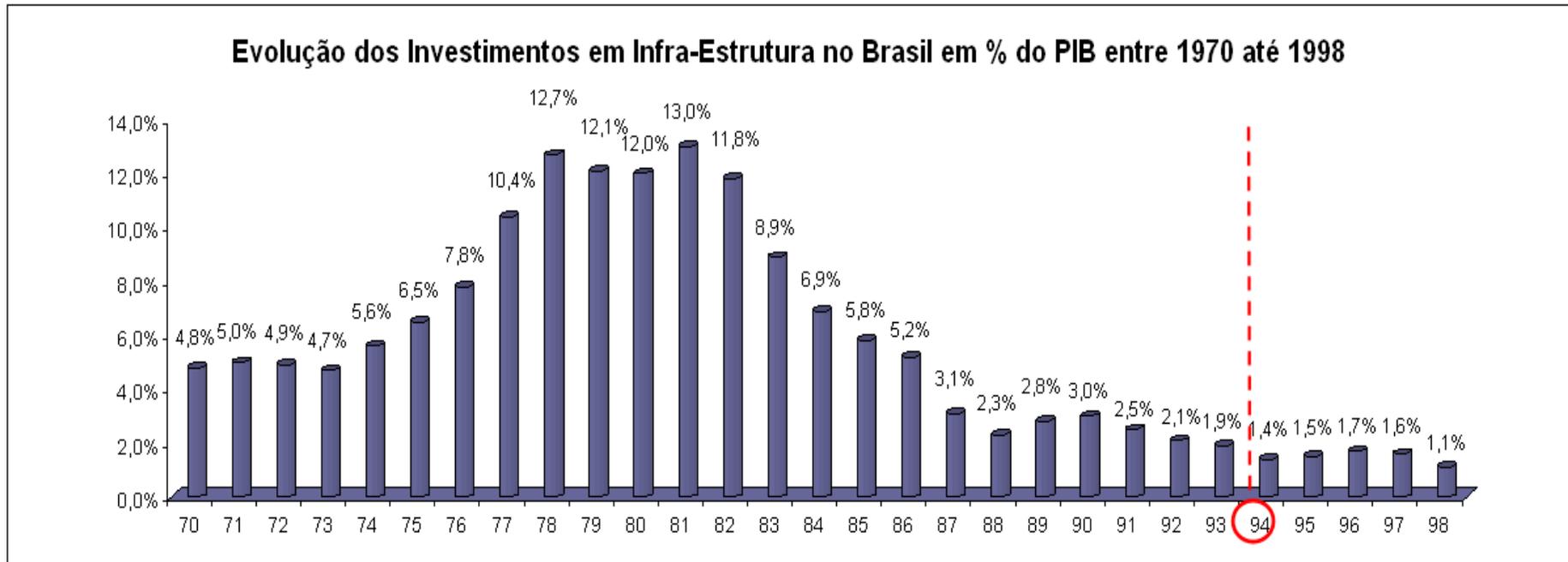
Brasil: Investimentos em Infra-Estrutura e Sua Participação no PIB  
1970/1998



Fonte: FGV/Estatas.

O gráfico a seguir demonstra a evolução do investimento em % do PIB no Brasil entre os anos de 1970 até 1998

Gráfico 14 – Investimentos de Infra-Estrutura (com % do PIB entre 1970 e 1998):



PLANO REAL

Fonte : FGV / Estatais

## SEGURANÇA

O objetivo prioritário dos investimentos na área de segurança é garantir a qualidade de vida dos cidadãos sem violência em todos os sentidos, principalmente quando se refere à criminalidade. Para isso é necessário verificar a legitimidade, eficácia e eficiência das ações públicas na área de segurança.

No período de 1984 até 2003, de acordo com os dados do IBGE, foi verificado que além da explosão da criminalidade (diversos tipos de crime), um dos problemas mais graves da segurança pública no Brasil é a má aplicação do dinheiro destinado ao setor.

Segundo dados do IBGE, entre 1995 e 2005, o conjunto dos investimentos públicos em segurança pública aumentou de R\$ 20 bilhões para R\$ 28 bilhões. Desde os anos 90, os gastos com segurança pública de Estados e municípios, respectivamente, têm aumentado a uma taxa anual de 4,4% e 5,7%. Ainda assim, entre 1980 e 2004, o número de assassinatos cresceu 5,6% ao ano. Mesmo com a leve queda nas taxas de homicídios, verificada recentemente, o Brasil está entre os países mais violentos do planeta (ver gráfico XV). O ritmo de redução tem sido inferior ao registrado em países tradicionalmente mais violentos, como a Colômbia. "As autoridades só falam em aumentar o efetivo ou viaturas, mas esse caminho segue para a exaustão", diz Alexandre Carvalho, do IPEA : "Jogar dinheiro para sufocar a violência não está adiantando. É preciso sentar e entender o que fazer."

Realmente, o maior problema é o desperdício. O combate ao desperdício na área de segurança pública poderia ser mais eficiente se houvesse mais avaliações sobre as ações anticrime, afirma Nancy Cardia, coordenador-adjunta do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (USP). "Os erros só se repetem. Continuamos sem instrumentos para monitorar o

desempenho", afirma a pesquisadora. "Reforçam a força policial, constroem mais presídios, e daí? Parece que não saímos do método da experimentação, na base da tentativa e erro."

Como o objetivo desse trabalho é verificar o grau de investimentos primeiros 10 anos após a implantação do Plano Real, não nos aprofundaremos nessa discussão.

Segue abaixo tabela com os valores gastos pelo Brasil em Segurança Pública em Milhões de Reais em 1996 até 1998.

Tabela 14– Investimentos de Infra-Estrutura (com % do PIB entre 1970 e 1998):

**Despesas do Governo Federal segundo as Funções - Brasil - 1996 - 1998**

Funções	Em Milhões de Reais					
	1996		1997		1998	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Total	167.689	100,00	181.396	100,00	207.689	100,00
Serviços Públicos Gerais	16.394	9,78	10.995	6,06	11.451	5,51
Defesa Nacional	7.836	4,67	8.116	4,47	8.669	4,17
Ordem e Segurança Pública	4.010	2,39	5.216	2,88	6.164	2,97
Atividades Econômicas	7.474	4,46	10.220	5,63	11.537	5,55
Proteção ao Meio Ambiente	574	0,34	510	0,28	734	0,35
Habituação e Urbanismo	490	0,29	751	0,41	497	0,24
Saúde	11.410	6,80	12.999	7,17	11.053	5,32
Educação	5.179	3,09	6.123	3,38	6.380	3,07
Cultura e Desportos	160	0,10	183	0,10	425	0,20
Proteção Social	19.199	11,45	20.541	11,32	19.928	9,60
Previdência do Servidor	16.510	9,85	18.122	9,99	20.938	10,08
Previdência Social Universal	50.477	30,10	57.631	31,77	69.716	33,57
Juros	27.976	16,68	29.990	16,53	40.197	19,35

Fonte - IBGE/Diretoria de Pesquisas - Departamento de Contas Nacionais

O baixo resultado verificados nos investimentos nas áreas da Saúde, Educação, Infra-estrutura e Segurança refletem claramente no comportamento do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH.

### 1.6.9 ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

De acordo com Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD):

*“O objetivo da elaboração do Índice de Desenvolvimento Humano é oferecer um contraponto a outro indicador muito utilizado, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento. Criado por Mahbub ul Haq com a colaboração do economista indiano Amartya Sen, ganhador do Prêmio Nobel de Economia de 1998, o IDH pretende ser uma medida geral, sintética, do desenvolvimento humano. Não abrange todos os aspectos de desenvolvimento e não é uma representação da "felicidade" das pessoas, nem indica "o melhor lugar no mundo para se viver".*

*Além de computar o PIB per capita, depois de corrigi-lo pelo poder de compra da moeda de cada país, o IDH também leva em conta dois outros componentes: a longevidade e a educação. Para aferir a longevidade, o indicador utiliza números de expectativa de vida ao nascer. O item educação é avaliado pelo índice de analfabetismo e pela taxa de matrícula em todos os níveis de ensino. A renda é mensurada pelo PIB per capita, em dólar PPC (paridade do poder de compra, que elimina as diferenças de custo de vida entre os países). Essas três dimensões têm a mesma importância no índice, que varia de zero a um.*

Segundo o site <http://www.sespa.pa.gov.br/>, o IDH :

*“foi criado para medir o nível de desenvolvimento humano dos países a partir de indicadores de educação (alfabetização e taxa de matrícula), longevidade (expectativa de vida ao*

*nascer) e renda (PIB per capita). Seus valores variam de 0 (nenhum desenvolvimento humano) a 1 (desenvolvimento humano total). Países com IDH até 0,499 são considerados de desenvolvimento humano baixo; com índices entre 0,500 e 0,799 são considerados de desenvolvimento humano médio; e com índices maiores que 0,800 são considerados de desenvolvimento humano alto.*

*O Índice de Desenvolvimento Humano também é utilizado para aferir o nível de desenvolvimento humano em municípios, denominando-se IDH-Municipal ou IDH-M e, embora meça os mesmos fenômenos - educação, longevidade e renda, os indicadores levados em conta no são mais adequados para avaliar as condições de núcleos sociais menores (Fonte: [www.undp.org.br](http://www.undp.org.br));*

#### **1.6.9.1 O IDH NO BRASIL**

Segundo o site <http://www.sespa.pa.gov.br/Informa>:

*“ O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em seu relatório divulgado em Dublin (Irlanda), coloca o Brasil na 63ª posição em 2003, atrás de outros latino-americanos como Uruguai, Costa Rica, Chile, Cuba e México, mas na frente de Venezuela, Peru, Paraguai e Equador. A posição é desconfortável, mas mostra um crescimento em relação ao ano passado, quando o País foi classificado como o 73º país no ranking.*

*O Brasil é a nação que mais evoluiu em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano - IDH, desde 1975. Em 28 anos, o país subiu 16 posições e agora ocupa a 63ª (ver gráfico). O avanço não é maior por causa, principalmente, do baixo crescimento da expectativa de vida da população. Ganhou muito em termos de educação e de renda, mas em termos de longevidade (saúde) não progrediu tanto.*

*Os responsáveis pela melhora foram a equiparação do número de meninos e meninas matriculadas na escola, equidade de oportunidades a homens e mulheres e no aumento da expectativa de vida. As estatísticas mostram ainda que os*

*brasileiros têm uma expectativa de vida que chega a 67,8 anos e que a renda per capita passou de R\$ 7.349 para R\$ 7.360.*

*Entretanto, há uma tendência crescente de concentração de renda, que, caso se mantenha, impedirá o país de atingir a meta de redução da pobreza em 50% até 2015. De acordo com o PNUD, 10% dos lares mais ricos do Brasil têm 70 vezes a renda dos 10% mais pobres. Além disto, o País também apresenta grandes desigualdades entre regiões.*

*Conforme as últimas estatísticas disponíveis, o Sul é a única região que, se mantiver as tendências atuais, conseguirá reduzir à metade a proporção de pessoas que vivem abaixo da linha de pobreza até 2015. O relatório também aponta uma queda no nordeste, no centro e no sudeste do País. O Norte é a única região onde a pobreza aumentou, passando de 36% em 1990 para 44% em 2001. "A culpada não é a escassez de recursos, mas uma persistente e alta desigualdade", ressalta o relatório, segundo o qual também houve um retrocesso do índice de desenvolvimento humano dessa região.*

A tabela a seguir apresenta o percentual de evolução do IDH entre 1975 até 2003:

Tabela 15 – Evolução do IDH do Brasil entre 1975 a 2003

Lugar	País	1975	1980	1985	1990	1995	2000	2001	2002	2003
63	Brasil	0,644	0,679	0,692	0,713	0,737	0,757	0,777	0,757	0,792

5,4%	1,9%	3,0%	3,4%	2,7%	2,6%	-2,6%	4,6%
------	------	------	------	------	------	-------	------

PLANO REAL  
1994

Fonte : PNUD

Embora sendo um dos países que mais evoluíram desde 1975, diante do calculo do IDH, após a implantação do Real a evolução anual além de ter caído, no ano de 2002 sofreu uma redução. Em 2002, o Plano Real já estava com 9 anos de implantação. O redução do crescimento e a queda verificada em 2002, a pesquisa constata que foi em virtude da redução de investimentos nas áreas específicas que compõem o IDH.

ANEXO IV – Ranking dos países que de acordo com IDH

Lugar	País	1975	1980	1985	1990	1995	2000	2001	2002	2003
1	Noruega	0,859	0,877	0,888	0,901	0,925	0,942	0,944	0,942	0,963
2	Islândia	0,863	0,885	0,894	0,913	0,918	0,936	0,942	0,936	0,956
3	Austrália	0,844	0,861	0,873	0,888	0,927	0,939	0,939	0,939	0,955
4	Canadá	0,868	0,883	0,906	0,926	0,932	0,94	0,937	0,94	0,949
5	Suécia	0,863	0,872	0,883	0,894	0,925	0,941	0,941	0,941	0,949
6	Luxemburgo	0,831	0,846	0,86	0,884	0,912	0,925	0,93	0,925	0,949
7	Suíça	0,874	0,886	0,892	0,905	0,914	0,928	0,932	0,928	0,947
8	Irlanda	0,818	0,831	0,846	0,87	0,894	0,925	0,93	0,925	0,946
9	Bélgica	0,844	0,861	0,875	0,896	0,927	0,939	0,937	0,939	0,945
10	Estados Unidos	0,863	0,884	0,898	0,914	0,925	0,939	0,937	0,939	0,944
11	Holanda	0,861	0,873	0,888	0,902	0,922	0,935	0,938	0,935	0,943
12	Japão	0,854	0,878	0,893	0,909	0,923	0,933	0,932	0,933	0,943
13	Dinamarca	0,868	0,876	0,883	0,891	0,907	0,926	0,93	0,926	0,941
14	Finlândia	0,836	0,856	0,873	0,896	0,908	0,93	0,93	0,93	0,941
15	Reino Unido	0,841	0,848	0,858	0,878	0,916	0,928	0,93	0,928	0,939
16	França	0,848	0,863	0,875	0,897	0,914	0,928	0,925	0,928	0,938
17	Áustria	0,84	0,854	0,867	0,89	0,909	0,926	0,929	0,926	0,936
18	Itália	0,828	0,846	0,856	0,879	0,897	0,913	0,916	0,917	0,934
19	Nova Zelândia	0,849	0,855	0,866	0,875	0,902	0,917	0,917	0,917	0,933
20	Alemanha	NC	0,859	0,868	0,885	0,907	0,925	0,921	0,925	0,93
21	Espanha	0,819	0,838	0,855	0,876	0,895	0,913	0,918	0,913	0,93
22	Hong Kong (China RAE)	0,756	0,795	0,823	0,859	0,877	0,888	0,889	0,888	0,916
23	Israel	0,79	0,814	0,836	0,855	0,877	0,896	0,905	0,913	0,915
24	Grécia	0,808	0,829	0,845	0,859	0,868	0,885	0,892	0,885	0,912
25	Singapura	0,722	0,755	0,782	0,818	0,857	0,885	0,884	0,885	0,907
26	Eslovênia	NC	NC	NC	0,845	0,852	0,879	0,881	0,879	0,904
27	Portugal	0,737	0,76	0,787	0,819	0,855	0,88	0,896	0,88	0,904
28	Coréia do Sul	0,691	0,732	0,774	0,815	0,852	0,882	0,879	0,882	0,901
29	Chipre	NC	0,801	0,821	0,845	0,866	0,883	0,891	0,883	0,891
30	Barbados	NC	NC	NC	NC	NC	0,871	0,888	0,871	0,878
31	República Tcheca	NC	NC	NC	0,835	0,843	0,849	0,861	0,849	0,874
32	Malta	0,731	0,766	0,793	0,826	0,85	0,875	0,856	0,875	0,867
33	Brunei	NC	NC	NC	NC	NC	0,856	0,872	0,856	0,866
34	Argentina	0,785	0,799	0,805	0,808	0,83	0,844	0,849	0,844	0,863
35	Hungria	0,777	0,793	0,805	0,804	0,809	0,835	0,837	0,835	0,862
36	Polónia	NC	NC	NC	0,792	0,808	0,833	0,841	0,833	0,858
37	Chile	0,702	0,737	0,754	0,782	0,811	0,831	0,831	0,831	0,854
38	Estônia	NC	NC	NC	NC	NC	0,826	0,833	0,826	0,853
39	Lituânia	NC	NC	NC	0,816	0,781	0,808	0,824	0,808	0,852
40	Eslováquia	NC	NC	0,813	0,82	0,817	0,835	0,836	0,835	0,849
41	Emirados Árabes Unidos	NC	NC	NC	NC	NC	0,812	0,816	0,812	0,849
42	Catar	NC	NC	NC	NC	NC	0,803	0,826	0,803	0,849
43	Barém	NC	NC	NC	NC	NC	0,831	0,839	0,831	0,846
44	Croácia	NC	NC	NC	0,797	0,789	0,809	0,818	0,809	0,841
45	Uruguai	0,757	0,777	0,781	0,801	0,815	0,831	0,834	0,831	0,84
46	Costa Rica	0,745	0,769	0,77	0,787	0,805	0,82	0,832	0,82	0,838
47	Letônia	NC	0,79	0,802	0,804	0,763	0,8	0,811	0,8	0,836
48	São Cristovam e Névis	NC	NC	NC	NC	NC	0,814	0,808	0,814	0,834
49	Baamas	NC	0,805	0,817	0,822	0,816	0,826	0,812	0,826	0,832
50	Seichelles	NC	NC	NC	NC	NC	0,811	0,84	0,811	0,821
51	Cuba	NC	NC	NC	NC	NC	0,795	0,806	0,795	0,817
52	México	0,689	0,734	0,752	0,761	0,774	0,796	0,8	0,796	0,814
53	Kwait	0,753	0,773	0,777	0,777	0,812	0,813	0,82	0,813	0,813
54	Bulgária	NC	0,763	0,784	0,786	0,778	0,779	0,795	0,779	0,808
55	Panamá	0,712	0,731	0,745	0,747	0,77	0,787	0,788	0,787	0,804
56	Trinidade e Tobago	0,722	0,755	0,774	0,781	0,787	0,805	0,802	0,805	0,801
57	Líbia	NC	NC	NC	NC	NC	0,773	0,783	0,773	0,799
58	Antigua e Barbuda	NC	NC	NC	NC	NC	0,8	0,798	0,8	0,797
59	Macedônia	NC	NC	NC	NC	NC	0,772	0,784	0,772	0,797
60	Malásia	0,616	0,659	0,693	0,722	0,76	0,782	0,79	0,782	0,796
61	Federação Russa	NC	0,809	0,827	0,824	0,779	0,781	0,779	0,781	0,795
62	Romênia	0,755	0,788	0,794	0,777	0,772	0,775	0,773	0,775	0,792
63	Brasil	0,644	0,679	0,692	0,713	0,737	0,757	0,777	0,757	0,792
64	Maurício	0,63	0,656	0,686	0,723	0,746	0,772	0,779	0,772	0,791
65	Bielorrússia	NC	NC	NC	0,809	0,776	0,788	0,804	0,788	0,788
66	Granada	NC	NC	NC	NC	NC	0,747	0,738	0,747	0,787
67	Colômbia	0,66	0,69	0,704	0,724	0,75	0,772	0,779	0,772	0,785
68	Dominica	NC	NC	NC	NC	NC	0,779	0,776	0,779	0,783
69	Omã	NC	NC	NC	NC	NC	0,751	0,755	0,75	0,781
70	Albânia	NC	0,673	0,691	0,702	0,702	0,733	0,735	0,733	0,78

ANEXO IV – Continuação do Ranking dos países que de acordo com IDH

Lugar	País	1975	1980	1985	1990	1995	2000	2001	2002	2003
71	Tailândia	0,604	0,645	0,676	0,713	0,749	0,762	0,768	0,762	0,778
72	Samoa Ocidental	NC	NC	0,65	0,666	0,689	0,715	0,775	0,715	0,776
73	Santa Lúcia	NC	NC	NC	NC	NC	0,772	0,775	0,772	0,772
74	Venezuela	0,716	0,731	0,738	0,757	0,766	0,77	0,775	0,77	0,772
75	Arábia Saudita	0,587	0,646	0,67	0,706	0,737	0,759	0,769	0,759	0,772
76	Ucrânia	NC	NC	NC	0,795	0,745	0,748	0,766	0,748	0,766
77	Jamaica	0,687	0,69	0,692	0,72	0,736	0,742	0,757	0,742	0,764
78	Peru	0,641	0,669	0,692	0,704	0,73	0,747	0,752	0,747	0,762
79	Cazaquistão	NC	NC	NC	NC	NC	0,75	0,765	0,75	0,761
80	Armênia	NC	NC	NC	0,759	0,715	0,754	0,729	0,754	0,759
81	Líbano	NC	NC	NC	0,68	0,73	0,755	0,752	0,755	0,759
82	Equador	0,627	0,673	0,694	0,705	0,719	0,732	0,731	0,732	0,759
83	Filipinas	0,652	0,684	0,688	0,716	0,733	0,754	0,751	0,751	0,758
84	Suriname	NC	NC	NC	NC	NC	0,756	0,762	0,756	0,755
85	São Vicente e Granadinas	NC	NC	NC	NC	NC	0,733	0,755	0,733	0,755
86	Paraguai	0,665	0,699	0,705	0,717	0,735	0,74	0,751	0,74	0,755
87	China	0,523	0,554	0,591	0,625	0,681	0,726	0,721	0,726	0,755
88	Belize	NC	0,71	0,718	0,75	0,772	0,784	0,776	0,784	0,753
89	Jordânia	NC	0,636	0,658	0,677	0,703	0,717	0,743	0,717	0,753
90	Tunísia	0,514	0,566	0,613	0,646	0,682	0,722	0,74	0,722	0,753
91	Fiji	0,66	0,683	0,697	0,723	0,743	0,758	0,754	0,758	0,752
92	Sri Lanka	0,616	0,65	0,676	0,697	0,719	0,741	0,73	0,741	0,751
93	Turquia	0,593	0,617	0,654	0,686	0,717	0,742	0,734	0,742	0,75
94	República Dominicana	0,617	0,646	0,667	0,677	0,698	0,727	0,737	0,727	0,749
95	Maldivas	NC	NC	0,629	0,676	0,707	0,743	0,751	0,743	0,745
96	Turquemenistão	NC	NC	NC	NC	NC	0,741	0,748	0,741	0,738
97	Irã	0,556	0,563	0,607	0,645	0,688	0,721	0,719	0,721	0,736
98	Geórgia	NC	NC	NC	NC	NC	0,748	0,746	0,748	0,732
99	Azerbaijão	NC	NC	NC	NC	NC	0,741	0,744	0,741	0,729
100	El Salvador	0,586	0,586	0,606	0,644	0,682	0,706	0,719	0,706	0,722
101	Argélia	0,501	0,55	0,6	0,639	0,663	0,697	0,704	0,697	0,722
102	Cabo Verde	NC	NC	0,587	0,626	0,678	0,715	0,727	0,715	0,721
103	Síria	0,538	0,58	0,614	0,634	0,665	0,691	0,685	0,691	0,721
104	Guiana	0,676	0,679	0,671	0,68	0,703	0,708	0,74	0,708	0,72
105	Vietname	NC	NC	0,583	0,605	0,649	0,688	0,688	0,688	0,704
106	Quirguistão	NC	NC	NC	NC	NC	0,712	0,727	0,712	0,702
107	Indonésia	0,469	0,53	0,582	0,623	0,664	0,684	0,682	0,684	0,697
108	Usbequistão	NC	NC	NC	0,731	0,714	0,727	0,729	0,727	0,694
109	Nicarágua	0,565	0,576	0,584	0,592	0,615	0,635	0,643	0,635	0,69
110	Bolívia	0,514	0,548	0,573	0,597	0,63	0,653	0,672	0,653	0,687
111	Mongólia	NC	NC	0,65	0,657	0,636	0,655	0,661	0,655	0,679
112	Moldávia	NC	0,72	0,741	0,759	0,704	0,701	0,7	0,701	0,671
113	Honduras	0,518	0,566	0,597	0,615	0,628	0,638	0,667	0,638	0,667
114	Guatemala	0,506	0,543	0,555	0,579	0,609	0,631	0,652	0,631	0,663
115	Vanuatu	NC	NC	NC	NC	NC	0,542	0,568	0,542	0,659
116	Egito	0,435	0,482	0,532	0,574	0,605	0,642	0,648	0,642	0,659
117	África do Sul	0,649	0,663	0,683	0,714	0,724	0,695	0,684	0,695	0,658
118	Guiné Equatorial	NC	NC	0,533	0,553	0,582	0,679	0,664	0,679	0,655
119	Tajiquistão	NC	NC	0,74	0,74	0,669	0,667	0,677	0,667	0,652
120	Gabão	NC	NC	NC	NC	NC	0,637	0,653	0,637	0,635
121	Marrocos	0,429	0,474	0,508	0,54	0,569	0,602	0,606	0,602	0,631
122	Namíbia	NC	NC	NC	NC	0,629	0,61	0,627	0,61	0,627
123	São Tomé e Príncipe	NC	NC	NC	NC	NC	0,632	0,639	0,632	0,604
124	Índia	0,407	0,434	0,473	0,511	0,545	0,577	0,59	0,577	0,602
125	Ilhas Salomão	NC	NC	NC	NC	NC	0,622	0,632	0,622	0,594
126	Mianmar	NC	NC	NC	NC	NC	0,552	0,549	0,552	0,578
127	Cambodja	NC	NC	NC	0,501	0,531	0,543	0,556	0,543	0,571
128	Botswana	0,494	0,556	0,613	0,653	0,62	0,572	0,614	0,572	0,565
129	Comores	NC	0,48	0,498	0,502	0,506	0,511	0,528	0,511	0,547
130	Laos	NC	NC	0,374	0,404	0,445	0,485	0,525	0,485	0,545
131	Butão	NC	NC	NC	NC	NC	0,494	0,511	0,494	0,536
132	Paquistão	0,345	0,372	0,404	0,442	0,473	0,499	0,499	0,499	0,527
133	Nepal	0,289	0,328	0,37	0,416	0,453	0,49	0,499	0,49	0,526
134	Papua Nova-Guiné	0,42	0,441	0,462	0,479	0,519	0,535	0,548	0,535	0,523
135	Gana	0,438	0,468	0,481	0,506	0,525	0,548	0,567	0,548	0,52
136	Bangladesh	0,335	0,353	0,386	0,416	0,445	0,478	0,502	0,478	0,52
137	Congo	0,417	0,467	0,517	0,51	0,511	0,512	0,502	0,512	0,512
138	Togo	0,394	0,443	0,44	0,465	0,476	0,493	0,501	0,493	0,512
139	Sudão	0,346	0,374	0,395	0,419	0,462	0,499	0,503	0,499	0,512
140	Uganda	NC	NC	0,386	0,388	0,404	0,444	0,489	0,444	0,508

ANEXO IV – Continuação do Ranking dos países que de acordo com IDH

Lugar	País	1975	1980	1985	1990	1995	2000	2001	2002	2003
141	Zimbábwe	0,547	0,572	0,621	0,597	0,563	0,551	0,496	0,551	0,505
142	Madagáscar	0,399	0,433	0,427	0,434	0,441	0,469	0,468	0,469	0,499
143	Suazilândia	0,512	0,543	0,569	0,615	0,62	0,577	0,547	0,577	0,498
144	Lesoto	0,478	0,518	0,547	0,574	0,572	0,535	0,51	0,535	0,497
145	Camarões	0,41	0,455	0,505	0,513	0,499	0,512	0,499	0,512	0,497
146	Djibouti	NC	NC	NC	NC	NC	0,445	0,462	0,445	0,495
147	Iêmen	NC	NC	NC	0,399	0,439	0,479	0,47	0,479	0,489
148	Mauritânia	0,337	0,36	0,379	0,39	0,418	0,438	0,454	0,438	0,477
149	Haiti	NC	0,43	0,445	0,447	0,457	0,471	0,467	0,471	0,475
150	Quênia	0,443	0,489	0,512	0,533	0,523	0,513	0,489	0,513	0,474
151	Gâmbia	0,272	NC	NC	NC	0,375	0,405	0,463	0,405	0,47
152	Guiné	NC	NC	NC	NC	NC	0,414	0,425	0,414	0,466
153	Senegal	0,313	0,33	0,356	0,38	0,4	0,431	0,43	0,431	0,458
154	Nigéria	0,328	0,388	0,403	0,425	0,448	0,462	0,463	0,462	0,453
155	Ruanda	0,336	0,38	0,396	0,346	0,335	0,403	0,422	0,403	0,45
156	Angola	NC	NC	NC	NC	NC	0,403	0,377	0,405	0,445
157	Eritreia	NC	NC	NC	NC	0,408	0,421	0,446	0,421	0,444
158	Benim	0,288	0,324	0,35	0,358	0,388	0,42	0,411	0,42	0,431
159	Costa do Marfim	0,369	0,403	0,412	0,415	0,416	0,428	0,396	0,428	0,42
160	Tanzânia	NC	NC	NC	0,422	0,427	0,44	0,4	0,44	0,418
161	Malawi	0,316	0,341	0,354	0,362	0,403	0,4	0,387	0,4	0,404
162	Zâmbia	0,449	0,463	0,48	0,468	0,432	0,433	0,386	0,433	0,394
163	Moçambique	NC	0,302	0,29	0,31	0,313	0,322	0,356	0,322	0,379
164	Burundi	0,28	0,307	0,338	0,344	0,316	0,313	0,337	0,313	0,378
165	Etiópia	NC	NC	0,275	0,297	0,308	0,327	0,359	0,327	0,367
166	República Centro-Africana	0,333	0,351	0,371	0,372	0,369	0,375	0,363	0,375	0,355
167	Guiné-Bissau	0,248	0,253	0,283	0,304	0,331	0,349	0,373	0,349	0,348
168	Chade	0,256	0,257	0,298	0,322	0,335	0,365	0,376	0,365	0,341
169	Mali	0,252	0,279	0,292	0,312	0,346	0,386	0,337	0,386	0,333
170	Burkina-Faso	0,232	0,259	0,282	0,29	0,3	0,325	0,33	0,325	0,317
171	Serra Leoa	NC	NC	NC	NC	NC	0,275	0,275	0,275	0,298
172	Niger	0,234	0,254	0,246	0,256	0,262	0,277	0,292	0,277	0,281

O índice varia de zero (nenhum desenvolvimento humano) até 1 (desenvolvimento humano total), sendo os países classificados deste modo:

- Quando o IDH de um país está entre 0 e 0,499, é considerado baixo.
- Quando o IDH de um país está entre 0,500 e 0,799, é considerado médio.
- Quando o IDH de um país está entre 0,800 e 1, é considerado alto.

## 1.7 PLANO REAL

O Plano Real é um plano de estabilização econômica conduzido sob o governo de Itamar Franco e desenvolvido pela equipe econômica do Ministério da Fazenda, durante a gestão de Fernando Henrique Cardoso, posteriormente eleito presidente em 1994.

No início da implantação do Plano foi denominado pela equipe econômica "Plano Bacha", devido ao nome de seu principal idealizador, o economista Edmar Bacha, por muitos considerado o pai do Plano Real.

Seu objetivo primário era controlar a hiperinflação (aumento dos preços com tamanha velocidade que todos os agentes gastam o dinheiro assim que o recebem), um problema brasileiro crônico. Combinaram-se condições políticas, históricas e econômicas para permitir que o governo brasileiro lançasse, ainda no final de 1993, as bases de um programa de longo prazo. Organizado em etapas, o plano resultaria no fim de quase três décadas de inflação elevada e na substituição da antiga moeda pelo Real, a partir de primeiro de julho de 1994.

Até 1994, a economia brasileira não crescia em virtude de principalmente da carência de investimentos, que não ocorriam em virtude do alto risco do Brasil e também devido ao mercado financeiro que oferecia uma rentabilidade atraente, prejudicando dessa maneira a produção. Sem produção não existe investimento e sem investimento a economia não cresce.

A população brasileira estava cansada de sempre pagar a conta referente a implantações de planos de estabilizações mal sucedidos. O plano Real foi idealizado para ser implantado de forma diferente da regra básica da Teoria Econômica, pois diante das características inflacionárias da nossa economia, qualquer plano de estabilização deveria ser implantado tendo como primeiro passo a redução da produção de bens e serviços por certo período, até que os agentes econômicos adaptem-se à nova realidade de formação de preços e restituírem suas expectativas quanto à Economia. Esta redução temporária da produção é denominada Taxa de

Sacrifício, noção proposta inicialmente por Robert Lucas, e apresentando como consequência o aumento da taxa de desemprego.

Foi no intuito de amenizar as consequências maléficas para a sociedade, ou seja, uma desaceleração da inflação com o menor custo possível para a sociedade que o Plano Real foi idealizado inicialmente com a criação de um índice estável - a URV - que serviu como referencial de preços, até que houvesse condições para que o Cruzeiro Real fosse desmonetizado e substituído pelo Real, que na prática seria a URV monetizada e o novo padrão monetário do meio circulante brasileiro.

De acordo com Paulo Brito e Maria Clara R. M. Prado, o Plano Real foi idealizado dentro das características a seguir :

- Ajuste Fiscal (ortodoxa) - com intenções do Governo seria a formulação de um ajuste fiscal, visando equacionar o desequilíbrio entre a arrecadação de impostos e os gastos públicos (Orçamento da União) . Sem essa contribuição vinda do ajuste fiscal, o plano não atingiria seu objetivo principal que era promoção da estabilidade economia via combate a inflação. Foi criado o Imposto Provisório sobre a Movimentação Financeira (IPMF), imposto de caráter temporário, e o Fundo Social de Emergência (FSE), correspondendo a uma diminuição das transferências da União para Estados e Municípios;
- Desindexação da Economia (heterodoxo) – após várias décadas com inflação alta e recorrente, os agentes econômicos passaram a indexar preços a índices de inflação, criando um círculo vicioso de aumento de preços. A principal ação para eliminar a inércia inflacionária, através da implantação de uma nova unidade de conta, Unidade Real de Valor (URV), como forma de eliminar a memória inflacionária. A URV era definida diariamente através de um cálculo usando como base uma média diária de inflação através de uma cesta de índices inflacionários. O objetivo dessa fase era promover todos os ajustes de preços relativos com a base na URV e eliminação os efeitos de uma provável hiperinflação na moeda velha (o Cruzeiro Real) que havia perdido sua função como meio de pagamento. Todos os preços passaram a ser estabelecidos pela URV;
- Política Monetária Restritiva - o governo tomou diversas medidas para restringir a atividade econômica interna, como aumento da taxa básica

de juros e aumento dos depósitos compulsórios. Nessa fase houve a transformação da URV na moeda oficial : o Real que passou a exercer três funções básicas : meio de pagamento, denominador comum de valor e reserva de valor.

A execução do plano procurava evitar o erro dos demais choques heterodoxos, qual seja, a chamada “febre do consumo” e a grande expansão de crédito. A âncora monetária e âncora cambial foram os instrumentos fundamentais para o controle da inflação.

Com relação a política monetária do Plano Real, Segundo Paulo Brito, em sua obra “Economia Brasileira” de 2004,

*“ ... pode-se verificar a presença de uma abordagem ortodoxa do processo inflacionário, reconhecendo-se que a expansão da oferta de moeda a uma taxa superior à do crescimento da oferta de bens e serviços é uma fonte de inflação. Assim, a equipe econômica procurou antecipar-se aos processos de remonetização e expansão da demanda que ocorreram após a estabilização, fixando limites a para o crescimento da base monetária que se verificou após a introdução da nova moeda, o Real, vinculada ao dólar americano, segundo uma taxa de cambio com limite superior fixo de R\$ 1,00 para US\$ 1,00” .*

O Plano Real foi elaborado com um conjunto de medidas que extrapolam os aspectos puramente monetários, sua atuação foi sobre, além da oferta monetária, mas também sobre outros fatores como indexação de preços, grau de abertura e regularização econômica, taxa de cambio e expectativas, buscando a promoção de mudanças estruturais na economia e remoção das fontes de inflação.

Durante a implantação do Plano Real, o governo adotou uma política de taxas de juros reais bastante elevada visando enfraquecer a ida ao consumo pela sociedade. Além das altas taxas de juros, o governo tomou outras ações similares como ampliação dos depósitos compulsórios junto ao Banco Central.

O êxito da estabilização do Plano Real se deveu a diferenciação com os anteriores, principalmente pelas condições nas quais foi introduzido. No primeiro ano do Real, o combate a inflação foi eficaz, ela se reduziu da casa dos 40-50% ao mês para a ordem de 30% ao ano. O PIB teve crescimento de 5,85 % em 1994. Ocorreu um forte crescimento econômico no primeiro trimestre de 1995 . A indústria cresceu 14% em relação ao trimestre anterior. Em 1995, 1996 e 1997 a inflação veio caindo paulatinamente até chegar a casa de 1 dígito. Em 1988 conviveu-se com inflação civilizada, em torno de 4% ao ano. Contudo, o ritmo de crescimento caiu para 3% ao ano no primeiro governo de FHC.

Os efeitos na economia brasileira foram diversos :

- Efeitos Positivos :
  - *Controle da inflação nunca verificado nos últimos 30 anos segundo dados do IGBE;*
  - *Aumento moderado do investimento em algumas áreas específicas segundo Orçamento da União;*
  - *Desindexação da economia segundo Paulo Brito;*
  - *Sistema de ancora cambial foi utilizada como instrumento de política econômica baseada na definição e controle de “bandas cambiais” pelo Banco Central (câmbio valorizado) segundo Maria Clara R. M. Do Prado;*
  - *Valorização artificial da taxa de câmbio, via utilização de elevadas taxas reais de juros, que vinham sendo praticadas desde 1993 segundo Maria Clara R. M. Do Prado;*
  - *Desaparecimento do imposto inflacionário de acordo com Paulo Brito;*
  - *Com a desaparecimento do imposto inflacionário, a camada mais pobre da população apresentava um poder de compra mais forte (longe do desejado, porém, mais forte do que nos períodos anteriores) de acordo com Paulo Brito;*
  - *Possibilidade dos agentes econômicos de planejarem mais seus gastos e contas com mais segurança conforme Jose Matias Pereira;*
  - *Incremento nas reservas internacionais conforme Maria Clara R. M. Do Prado ;*
  - *Aumento da captação de recursos externos provocados por uma elevada taxa de juros;*

- Efeitos Negativos :
  - *Ajuste fiscal ineficiente conforme Delfim Neto;*
  - *Abertura da economia de forma exagerada resultando na exposição do setor produtivo nacional, provocando dessa maneira aumento de desemprego. A velocidade e a magnitude do processo de abertura, além da aceitação passiva do governo das medidas proteccionistas de países desenvolvidos contra os produtos brasileiros foi definitivamente muito prejudicial a economia brasileira de acordo com Paulo Brito;*
  - *Aumento do desequilíbrio fiscal conforme Delfim Neto;*
  - *Deteriorização das contas do governo, ao ponto de se obter déficit primário em 1998 conforme Delfim Neto;*
  - *Crescimento da dívida pública de acordo com Jose Matias Pereira e Maria Clara R. M. Do Prado;*
  - *Altas taxas de juros de acordo com Delfim Neto; ;*
  - *Implantação do modelo econômico neoliberal de acordo com Maria Clara R. M. Do Prado ;*
  - *Desestatização da economia de acordo com Delfim Neto; ;*
  - *Fortalecimento das Privatização conforme Delfim Neto; ;*
  - *Ausência das reformas da previdência, da reforma tributária e trabalhista conforme Paulo Brito;;*
  - *Elevação da dívida interna conforme Delfim Neto; ;*
  - *Aumento do número de falência das empresas brasileiras (ex.: da indústria têxtil e de brinquedos) conforme dados da PNUD; ;*
  - *Ampliação significativa do déficit externo brasileiro conforme dados do Banco Central do Brasil; ;*
  - *Economia muito instável apresentando uma grande vulnerabilidade das contas externas e das finanças públicas. As crises crise mexicana (1994), asiática (1997), russa (1998), a desvalorização cambial de 1999 e a crise argentina (2001) influenciaram de forma negativa as pretensões do governo no que se refere a metas sociais conforme Delfim Neto;*
  - *Realização do maior empréstimo feito até então pelo Brasil ao FMI no valor de 40 bilhões de dólares. Esses recursos foram utilizados para*

*saldar as dívidas dos investidores externos que estavam aplicados no Brasil, especialmente nos títulos da dívida pública atrelados a taxa de juros Selic, que chegou ao auge de 45% ao ano neste período de acordo com Paulo Brito;*

- *Crescimento da remessa de lucros e importações e o fato de que muitas dessas empresas não contribuem para o crescimento das exportações de acordo com Maria Clara R. M. Do Prado;*
- *Taxação dos servidores inativos de acordo com José Mathias Pereira;*

Mesmo com todos esses pontos negativos, o Plano Real já completou 13 anos e durante esse período a sociedade brasileira vem convivendo com uma inflação considerada aceitável sob o ponto de vista econômico.

Seguem comentários de alguns autores que são a favor e contra o Plano Real. É claramente possível a observação que até para os autores que são considerados críticos do Plano Real, sobre o aspecto de combate a inflação a opinião é a mesma:

*“O Plano Real controlou a inflação com notável rapidez : de quatro dígitos em 1994 caiu para dois dígitos em 1995e para menos de dois dígitos ao ano em 1998. De fato, a ampla popularidade de Fernando Henrique Cardoso obteve em razão do sucesso da estabilização garantiu sua reeleição em 1998” (ALKIMAR R. MOURA – PAEG e REAL – Dois planos que mudaram a economia brasileira-2007);*

*“Em síntese, o Plano Real é, basicamente, um programa de estabilização. Como tal, vem obtendo êxito no combate a inflação. A grande crítica que se faz é que o crescimento do PIB tem sido, em média, 2% ao ano, bem como a dívida pública alcançou 14% ao ano, no período de 1995-2002” (PAULO BRITO – ECONOMIA BRASILEIRA – Planos Econômicos e Políticas Econômicas Básicas -2004)*

*“Para julgar o Plano Real com justiça, é preciso reconhecer que ele realizou brilhantemente sua tarefa, reduzindo a inflação a 9% em 1996, contra uma taxa de mais de 2.000% nos 12 meses que antecederam o início do programa, em 1994. A partir de 1996, no entanto, houve, na minha opinião, uma sucessão de erros na condução da política econômica que não seria próprio comentar aqui” (DELFIN NETO – A REAL HISTÓRIA DO REAL, por Maria Clara R.M. do Prado – 2005)*

*“A criação do Real, na esteira de uma ampla reforma nas instituições monetárias do país, a partir do segundo semestre de 1994, foi o mais bem sucedido programa de estabilização dos preços no Brasil, na segunda metade do século XX. Tratou-se de um processo de regeneração da moeda” (ROSSETTI – Introdução à ECONOMIA – 20 Edição – 2003);*

Para isso, a pesquisa apresentou os principais índices de inflação do Brasil e escolheu o IGP-DI-FGV para servir como parâmetro para o desenvolvimento da pesquisa.

Logo após, serão apresentados os principais indicadores econômico-financeiro-sociais do período de 10 anos antes de 1994 e do período dos 10 primeiros anos após a implantação do Real visando à comparação e verificação se o ganho obtido com a implantação do Plano Real a nível de combate a inflação se refletiu nos indicadores mencionados.

A pesquisa utilizará também conceitos de médias aritméticas e taxas médias visando à simplificação das análises dos períodos escolhidos para a comparação dos dados.

Após a comparação desses índices, será formulada a conclusão final da pesquisa, levando-se em consideração análise pura e simples dos dados coletados. Na conclusão, aspectos relacionados à preferência política não serão considerados.

## **2.1 DEFINIÇÃO DOS PERÍODOS A SEREM ANALISADOS E COMPARADOS**

A pesquisa será dividida em 2 períodos distintos sob o ponto de vista "Inflação". Os períodos escolhidos são :

- ✚ Período I – 1984 até 1993 (dez anos antes do Real);
- ✚ Período II – 1994 até 2003 (dez anos após o Real);

### **2.1.1 PERÍODO I – 1984 até 1993**

Período de 10 anos marcados principalmente pela implantação de 8 planos de estabilização para combater a inflação. Cada plano com suas características distintas, porém com o mesmo objetivo que era de anular a inflação. Os planos apresentavam características de acordo com políticas Ortodoxas e Heterodoxas.

Os planos ortodoxos têm como base a implantação do equilíbrio fiscal para, de imediato, combater a inflação, pois os elaboradores desses planos, acreditavam que para eliminar a inflação seria de fundamental importância a eliminação os déficits fiscais de imediato.

Já os planos heterodoxos valorizam o papel da inércia inflacionária criada por mecanismos de indexação, características verificadas em economia que sofriam de inflação crônica. Para combater e controlar essa situação, seria preciso eliminar a memória inflacionária a partir de um congelamento de preços, por exemplo.

Em 1984, a economia brasileira ainda estava sobre efeito do plano ortodoxo, monitorado pelo Fundo Monetário Internacional – FMI, conhecido como Plano Delfim III, implantado em 1983. Uma das ações desse plano foi a maxidesvalorização da moeda em fevereiro de 1983 dobrou a inflação para 200% ao ano.

Foi diante desse cenário, que a economia do Brasil iniciou o ano de 1985, onde foi implantado o primeiro plano do primeiro período escolhido por essa pesquisa : O plano de estabilização conhecido como Plano Dornelles.

O Plano Dornelles foi parcialmente heterodoxo. Formado por uma política monetária mais apertada ou rígida, usou o congelamento apenas dos preços públicos e de alguns setores oligopolistas. A inflação caiu de 10% ao mês para 7% ao mês, porém, voltou com mais força quando o congelamento foi finalizado.

Veio então o Plano Cruzado em março de 1986. Esse foi um programa heterodoxo baseado no congelamento total de preços da economia. A inflação caiu para zero, provocando um grande aquecimento da demanda de bens e serviços. Mais uma vez a queda da inflação foi momentânea, pois quando o congelamento de preços chegou ao fim, a inflação voltou ainda mais forte.

Diante desse momento inflacionário brasileiro, foi implantado o Plano Bresser em junho de 1987. O Plano Bresser foi elaborado basicamente sobre uma reforma tributária que não ocorreu e conseqüentemente seria mais um plano sem sucesso.

Em janeiro de 1988, foi implantado o Plano Maílson da Nobrega, baseado na tentativa de ajuste fiscal e baseado em um acordo sobre a dívida externa. A inflação de 14% ao mês em dezembro de 1987, subiu moderadamente até atingir 30% ao mês no final de 1988.

Veio então o Plano Verão em janeiro de 1989. Baseado no congelamento de preços, na reforma monetária e altas taxas de juros. Como mais uma vez a reforma fiscal não foi feita, a situação logo ficou incontrolável e mais uma vez o plano não obteve sucesso.

Em março de 1990, veio então o Plano Collor I. Com técnicas e ações econômicas inéditas para a sociedade brasileira, esse plano utilizou a retenção de ativos monetários, congelamento de preços modesto e a implantação de um

arrocho fiscal após alguns meses. Mais uma vez não deu certo. A inflação cedeu no início porém, voltou com mais força em dezembro de 1990.

Diante desse fato, houve a implantação do Plano Collor II em janeiro de 1991. A ação inicial foi o aumento dos impostos com redução temporária da inflação que retornou aos 10% ao mês em junho de 1991. Mais uma vez sem sucesso.

Em 1992, foi implantado o Plano Marcílio. Com medidas ortodoxas, esse plano foi totalmente sem sucesso.

### **2.1.2 PERÍODO II – 1994 até 2003**

Em março de 1994, foi dado início a implantação do Plano Real. Substituiu o congelamento de preços dos programas heterodoxos pela âncora cambial. Teve como princípios : foi um programa preanunciado, introdução de uma nova moeda e a livre conversão de contratos para a moeda nova. O Plano Real contou com uma grande contribuição vinda até mesmo dos outros planos : a redução do desequilíbrio fiscal. Após 13 anos da implantação do Plano Real, a sociedade brasileira vem convivendo com uma inflação anual civilizada, ou seja, inflação anual baixo de 2 dígitos.

A inflação foi durante mais de um século, um problemas crônico da economia brasileira. O governo tentou desesperadamente combatê-la, durante implantação de vários planos sem sucesso.

Hoje, após de 13 anos com inflação baixa, a pesquisa irá comparar o resultado dos indicadores escolhidos dos 10 anos que sucederam o Real com o resultado dos mesmos indicadores dos 10 anos anteriores ao Real. O objetivo dessa comparação é a constatação se houve reflexo nos indicadores do ganho obtido pela vitória na batalha da inflação.

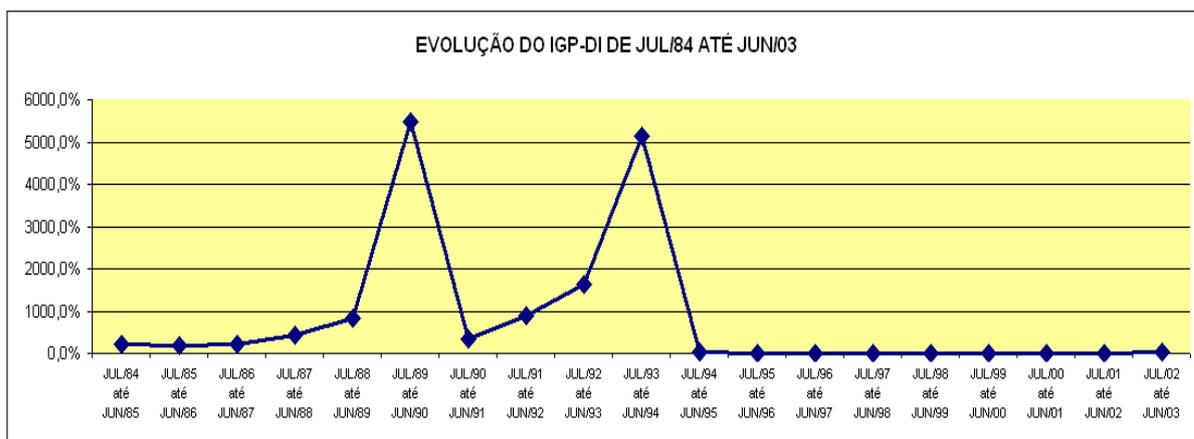
## 2.2 COMPARAÇÕES DOS INDICES DOS PERÍODOS ESCOLHIDOS

### 2.2.1 IGP-DI

É claro e notório que o governo após a implantação do Plano Real, conseguiu derrubar e manter a inflação em patamares civilizados até hoje (13 anos depois da implantação). Esse fato jamais foi visto pelos brasileiros nos últimos 50 anos.

O gráfico a seguir demonstra com clareza a grande queda da inflação ocasionada pela implantação do Plano Real. Como o plano foi implantado em JUL/94, o gráfico a seguir será composto por períodos de 12 meses compreendidos sempre entre os meses de JUL do ano corrente até JUN do ano seguinte :

Gráfico 15 Evolução do IGP-DI de JUL/84 até JUN/03



<http://www.portalbrasil.net/igp.htm>

A implantação do Plano Real em 1994, refletiu para a sociedade a possibilidade de conviver por mais de uma década com inflações em baixos patamares. Esse ganho foi profundo para a população, pois dentre outros efeitos positivos causados na economia como aumento dos investimentos, possibilidade de crescimento, desenvolvimento, aumento de empregos, fortaleceu o poder de compra dos cidadãos possibilitando dessa maneira o aumento da qualidade de vida em todos os aspectos : alimentação, moradia, saúde, educação, lazer, redução de desemprego etc.

## **2.2.2 Crescimento da população, evolução do PIB em percentual e evolução do PIC per capita**

No período de 1984 até 2003, a população do Brasil cresceu 33,53 %, partindo de um total em 1984 de 132.457.926 habitantes para 176.786.443 habitantes em 2003, de acordo com IBGE. Esse crescimento significa que a população brasileira cresceu aproximadamente 1,5% ao ano, ou seja, em 20 anos, existiam mais 44 milhões de brasileiros precisando de cuidados, saúde, educação, segurança etc. Esse total é mais do que a população da Espanha em 2003 que era de 43,4 milhões de pessoas (Relatório anual da ONU de 2007).

Nesse mesmo período, o PIB Brasileiro cresceu 68,01%, de acordo com o site <http://www.ipib.com.br/ranking/pesquisaValEstados.asp>, o que significa um crescimento médio anual de 2,62%.

Nesse período, o PIB per capita apresentou uma média anual de R\$ 3.955,00.

Agora a pesquisa irá separar as informações de acordo com os períodos que estão sendo analisados.

No período de 1984 até 1993, o PIB Brasileiro cresceu 31,43%, de acordo com o site <http://www.ipib.com.br/ranking/pesquisaValEstados.asp>, o que significa um crescimento médio anual de 2,77% (Gráfico 5) Vale registrar que a inflação anual média nesse período, de acordo com o IGP-DI-FGV, foi de 659,59% ao ano (Tabela 1).

O PIB per capita médio ao ano nesse período foi de R\$ 3.815,00.

No período de 1994 até 2003, o PIB Brasileiro cresceu 27,83%, de acordo com o site <http://www.ipib.com.br/ranking/pesquisaValEstados.asp>, o que significa um crescimento médio anual de 2,48% (Gráfico 5), porém, a inflação do mesmo período, de acordo com o IGP-DI-FGV, foi apenas de 39,25% (Tabela 1).

Obs.: No ano da implantação do Real, a inflação do primeiro semestre se comportou em média em torno de 42% ao mês. Após a implantação do Real em Jul/94, a

inflação caiu para em média em torno de 3% ao mês. Mesmo com a queda, a inflação do ano foi de 909,67% (Tabela 1)

O PIB per capita médio ao ano nesse período foi de R\$ 4.095,00.

Tabela 17 – Resumo do item 9.2

Índices	Período I (1984 a 1993)	Período II (1994 a 2003)
Inflação Média (IGP-DI-FGV)	659,59% ao ano	39,25% ao ano
Crescimento do PIB	31,43% no período	27,83% no período
Tx Média de Crescimento do PIB	2,77% ao ano	2,48% ao ano
Pib per capita Médio	US\$ 3.815,00	US\$ 4.095,00
Qde de anos do período	10	10

Diante desses dados, a pesquisa verifica que mesmo com a queda da inflação para patamares aceitáveis, o PIB não foi influenciado, pois cresceu até abaixo da média verificado no período com inflação alta. Claro que o PIB não é influenciado somente pela inflação, porém, nos últimos 50 anos, o governo brasileiro vem, de todas as formas, vinculando o não crescimento a vários problemas, principalmente a inflação crônica em que a economia brasileira vinha convivendo até 1994.

### 2.2.3 Taxa de desemprego , taxa de Juros e evolução do salário mínimo

O desenvolvimento de uma economia depende diretamente do grau de investimento realizado a curto, médio e longo prazo. Com investimento, o setor produtivo se fortalece gerando mais empregos. Ao longo dos tempos, a sociedade brasileira conviveu com grandes taxas de desemprego. O poder de compra da grande maioria da população foi sempre sufocado pelas altas taxas de inflação. O setor produtivo também foi muito sufocado pelas altas taxas de juros. Esse fato ocorreu mesmo após a implantação do Plano Real.

Dentro desse contexto entre altas taxas de juros travando a produção, taxas de inflação corroendo o poder de compra e a economia apresentando uma alta taxa de desemprego, o governo, como já foi mencionado antes, procurou de todas as maneiras resolver o grande problema brasileiro que era a inflação crônica que assolava nossa capacidade de desenvolvimento.

De acordo com o Gráfico 6, a taxa de desemprego após os 10 anos com inflação aceitável foi maior do que os 10 anos antes do Real (período com inflação em altos patamares).

Já as taxas de juros, conforme demonstrado no Gráfico 7, mesmo após a implantação do Plano Real, ainda são consideradas como sendo uma das taxas mais elevadas do planeta. No período de 1984 até 2003, se comportavam bem mais elevadas. Até mesmo para acompanhar os efeitos da inflação da época.

Os salários, conforme Gráfico 8, no período de 1984 até 2003, apresentou uma média em reais de R\$ 214,7. Já para o período de 1994 até 2003, a média era de 230,1, ou seja, apresentou um aumento de apenas 7,17 em 10 anos.

Tabela 17 – Resumo do item 9.3

Índices	Período I (1984 a 1993)	Período II (1994 a 2003)
Taxa média de Desemprego	11,1% ao ano	16,3 % ao ano
Média Taxa de Juros	1.071,6% ao ano	139,1 % ao ano
Média do Salário Mínimo em R\$	R\$ 214,7	R\$ 230,1

Diante desses dados, a pesquisa verifica que mais uma vez o ganho com a queda da inflação para patamares aceitáveis durante 10 anos, não se refletiu fortemente nesses indicadores, com exceção da taxa de juros, que muito embora tenha caído drasticamente, ainda se encontram em patamares elevadíssimo, quando comparamos com as taxas de juros de outros países.

#### **2.2.4 Taxa de analfabetismo**

Quando comparamos o percentual da taxa de analfabetismo de 1986 que era de 20% com o percentual do ano de 2001, que é de 12,4%, conforme Gráfico 9, verificamos que realmente houve uma boa queda, principalmente após 1994 a partir da implantação do Plano Real. Todavia, é necessário o registro que, muito embora o percentual de analfabetos tenha diminuído, infelizmente número absoluto dos analfabetos no Brasil mais do que dobrou se comparamos os anos de 1960 com o ano de 2000.

A pesquisa e verifica claramente a queda do percentual dos analfabetos. Reconhece também que 10 anos, quando se trata de efeitos no grau de escolaridade da população é um tempo muito pequeno, porém, após a implantação do Plano Real, a economia se fortaleceu e garantiu praticamente o mesmo nível de investimento da educação, que diante das situação, a pesquisa registra como fator positivo.

### **2.2.5 Taxa de mortalidade infantil**

Esse indicador social, além de ser bastante importante para o bom desenvolvimento da perpetuação dos brasileiros, realmente caiu muito. Basta compararmos os índices de 1940 que era de 163,4 com o valor correspondente ao ano 2000, que é de 29,6%.

Essa queda foi verificada em todas as regiões, porém, a pesquisa não atribui a implantação do Plano Real, mesmo porque a queda vem ocorrendo ao longo dos 60 anos atrás, porém, reconhece que as ações foram fortalecidas após o Real.

Os 10 anos com baixa inflação, não provocou essa queda, porém, após a implantação do Plano Real, houve um fortalecimento da economia resultando no reforço das ações contra a mortalidade infantil. Basta verificar, conforme o Gráfico 12, que a redução da taxa de 1990 para 1991 foi apenas de 6,20% e após 6 anos do Real, a redução foi o dobro, ou seja, de 12,20% no período de 1991 até 2000.

## **2.2.6 Investimentos nas áreas da saúde, educação, infra-estrutura e segurança**

As áreas da Saúde, Educação, Infra-Estrutura e Segurança, são, sem a menor dúvida, as áreas que o Governo deve priorizar nas suas ações governamentais. Com o fortalecimento dessas áreas, o país tem condições de combater a fome, oferecer mais empregos e garantir a população a contínua melhoria da qualidade de vida. Para qualquer país atingir esse patamar, é necessário que sejam feitos grandes investimentos em cada área. Os investimentos devem ocorrer simultaneamente, pois os ganhos de cada ação nas áreas isoladas, refletem nas outras áreas. Exemplo :

- Investimento em Educação - garante a qualidade intelectual da população que a partir de um grau maior de maturidade intelectual, o povo pode escolher e traçar o próprio caminho em busca de melhoria de qualidade de vida elegendo de forma correta seus representantes político. Um povo educado sabe se cuidar e gasta menos recursos da saúde pública. Um povo educado é um povo qualificado e com certeza será mais rapidamente absorvido pelo setor produtivo, gerando cada vez mais renda;
- Investimentos na Saúde – garante a saúde da população e aumenta a expectativa de vida, fazendo com que a população trabalhe com mais força e qualidade. Um povo saudável é um povo feliz. Um povo feliz é um povo vitorioso.
- Investimento em Infra-Estrutura – investimento dessa espécie, por exemplo, em saneamento básico reflete no combate das doenças. A população, até mesmo sem perceber, se cuidará mais refletindo uma boa saúde pública, que dessa maneira economizará recursos no combate dos efeitos e passará a investir ainda mais nas causas das doenças e aumentará o tão sonhado patamar de investir cada vez mais nas prevenções da saúde pública;
- Investimento na Segurança – garante a paz e a harmonia na sociedade, evitando o aumento do desenvolvimento do crime organizado. O cidadão poderá economizar os recursos gastos com segurança privada em por exemplo em aperfeiçoamento acadêmico com cursos de especialização, mestrados etc. Uma sociedade sem altos níveis criminais, se desenvolve melhor e mais rápido e com mais qualidade.

Esses são pequenos exemplos que os efeitos provocados pelos investimentos em uma área, refletem em outra área, resultando em economias e ganhos para o governo, que utilizará esses recursos em outros setores garantindo dessa maneira a contínua melhoria de vida para a sociedade.

Agora, a pesquisa irá avaliar se os graus de investimento dessas áreas melhoraram após 10 anos sem o grande problema da inflação alta.

Tabela 18 – Média em milhões de reais dos investimentos realizados no período de 1984 até 2003 :

Áreas	Período I (1984 a 1993)	Período II (1994 a 2003)
Saúde	ND	19, 4 bilhões de reais
Educação	3,6 % do PIB	4,1 % do PIB
Infra-Estrutura	2,5 % PIB	1,3 % PIB
Segurança	4,0 % PIB	1,5% PIB

Os dados acima traduzem que o Governo, com exceção do setor da educação, reduziu o valor dos investimentos nessas áreas. Isso significa que os recursos estão sendo utilizados para outros fins. Já o aumento do percentual médio investido na educação, a pesquisa atribui muito mais as conquistas ganhas com a constituição de 1988, que resultou na criação do Sistema Único de Saúde – SUS mediante a implementação da Lei da Saúde (19/09/1990) que vincula e obriga o governo a investir percentual definido em lei na saúde.

Com isso, mais uma vez, os ganhos de 10 anos com inflação baixa não se refletiu nos investimentos nas áreas prioritárias.

## CONCLUSÃO

Baseado nos dados coletados, a pesquisa conclui que a implantação do Plano Real em 1994 foi um grande passo para o desenvolvimento da economia brasileira, pois além de reduzir a inflação crônica verificada na época, manteve os índices inflacionários em patamares considerados civilizados. No aspecto inflacionário, não existe dúvida que o Plano Real foi extremamente vitorioso, porém, ao observar os indicadores sociais expostos nesse trabalho, a pesquisa conclui que mesmo pós 10 anos de baixa inflação, os principais indicadores sociais não foram influenciados positivamente. Alguns até tiveram sua performance reduzida, que é o caso dos investimentos na área de segurança.

O combate à inflação foi apenas o primeiro passo para a promoção do crescimento e desenvolvimento da economia brasileira. O governo ainda tem que implementar a reforma tributária visando o equilíbrio do seu orçamento relativo aos gastos públicos, pois sem essa reforma, todo o ganho que a economia está reconhecendo, vai diretamente para pagamento de juros da dívida interna e externa.

O governo tem, a cada dia, que aprimorar o combate à corrupção e a criminalidade, impedindo que governos paralelos se desenvolvam no Brasil.

Em hipótese alguma, o nível de investimento em áreas prioritárias pode diminuir. Os investimentos têm que no mínimo acompanhar o crescimento do PIB e nunca ficarem abaixo disso.

A inflação, embora tenha sido um grande problema crônico brasileiro, não pode ser considerada como único e nem como o principal problema brasileiro. O principal problema brasileiro foi e continua sendo a educação. Os governantes não podem aceitar que existam mais de 20 milhões de pessoas consideradas analfabetas. Esse número tem que recuar e para isso, o governo tem que investir mais e mais na educação. Um povo sem educação é um povo passivo de ser conduzido por pessoas e políticas ineficientes e incompetentes.

Tabela 19 – Indicadores analisados

INDICADORES	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
PIB em R\$ milhões	1.294.995	1.396.653	1.501.262	1.554.256	1.553.324	1.602.409	1.532.704	1.548.514	1.541.283	1.613.187	1.699.239,8	1.774.292	1.812.448	1.873.624	1.874.286	1.879.048	1.959.964	1.985.700	2.038.482	2.061.856
PIB per capita - US\$	3.571	3.767	3.965	4.023	3.943	3.992	3.750	3.726	3.645	3.764	3.922,3	4.025	4.069	4.139	4.083	4.054	4.169	4.162	4.180	4.142
PIB %	5,4%	7,9%	7,5%	3,5%	-0,1%	3,2%	-4,4%	1,0%	-0,5%	4,9%	5,9%	4,2%	2,7%	3,3%	0,1%	0,8%	4,4%	1,3%	1,9%	0,5%
População	132.457.926	135.105.916	137.709.651	140.263.693	142.763.545	145.206.942	147.593.859	149.926.149	152.226.988	154.512.692	156.775.230	159.016.334	161.247.046	163.470.521	165.687.517	167.909.738	170.143.121	172.385.826	174.632.960	176.876.443
Tx Desemprego	12,4%	9,8%	7,3%	8,6%	8,6%	6,7%	9,4%	10,5%	14,4%	13,3%	12,6%	13,2%	14,2%	16,6%	17,4%	17,5%	16,2%	17,8%	18,5%	19,1%
Vr Salario Mínimo	286,1	304,0	255,8	231,6	237,9	236,2	157,2	129,9	129,3	179,4	178,8	209,4	215,0	220,7	233,3	225,1	237,4	258,6	250,4	272,3
Tx Analfabetismo	ND	ND	20,0%	20,0%	17,0%	19,7%	19,0%	19,7%	18,3%	16,3%	15,5%	ND	14,7%	ND	13,8%	ND	13,6%	12,4%	ND	ND
Tx de Juros	255,5%	276,5%	66,5%	353,0%	1057,7%	2407,3%	1153,2%	536,9%	1549,2%	3060,0%	1153,8%	53,1%	27,4%	24,8%	28,8%	25,6%	17,4%	17,3%	19,2%	23,3%
IDH	ND	0,692	ND	ND	ND	ND	0,713	ND	ND	ND	ND	0,737	ND	ND	ND	ND	0,757	0,777	0,757	0,792
ICV	ND	ND	ND	398,28%	921,24%	1946,20%	1849,68%	500,33%	1127,52%	2579,30%	1130,5%	27,44%	9,93%	6,11%	0,47%	9,57%	7,21%	9,43%	12,93%	9,55%
IGP-DI	224%	235%	65%	416%	1038%	1783%	1477%	480%	1158%	2708%	909,7%	15%	9%	7%	2%	20%	10%	10%	26%	8%
IGP-M	ND	ND	ND	ND	ND	806%	1700%	458%	1175%	2567%	869,7%	15%	9%	8%	2%	20%	10%	10%	25%	9%
IPC-DI	209%	249%	64%	432%	1006%	1760%	1658%	496%	1188%	2650%	992,1%	26%	11%	7%	2%	9%	6%	8%	12%	9%
INPC	ND	ND	ND	ND	ND	ND	1585%	475%	1149%	2489%	929,3%	22%	9%	4%	2%	8%	5%	9%	15%	10%
IPCA	215%	242%	80%	363%	980%	1.972,91%	1621%	473%	1119%	2477%	916,4%	22%	10%	5%	2%	9%	6%	8%	13%	9%
INFLAÇÃO MÉDIA IGP-DI	659,59% AO ANO										39,25% AO ANO									
CRESCIMENTO PIB NO PERÍODO	31,43 % NO PERÍODO										27,83 % NO PERÍODO									
CRESCIMENTO MÉDIO PIB AO ANO	2,77% AO ANO										2,48% AO ANO									
PIB PER CAPITA MÉDIO AO ANO	US\$ 3.815,00										US\$ 4.095,00									
TX MÉDIA DE DESEMPREGO	11,1 % AO ANO										16,3 % AO ANO									
TX MÉDIA DE JUROS	1.071,6 % AO ANO										139,1 % AO ANO									
MÉDIA DO SALÁRIO MÍNIMO	R\$ 214,70										R\$ 230,10									
MÉDIA INVESTIMENTO EDUCAÇÃO	3,6 % DO PIB EM MÉDIA POR ANO										4,1 % DO PIB EM MÉDIA POR ANO									
MÉDIA INVESTIMENTO INFRA-ESTRUTURA	2,5 % DO PIB EM MÉDIA POR ANO										1,3 % DO PIB EM MÉDIA POR ANO									
MÉDIA INVESTIMENTO EDUCAÇÃO	4,0 % DO PIB EM MÉDIA POR ANO										1,5 % DO PIB EM MÉDIA POR ANO									

Fontes : <http://www.portalbrasil.net/igp.htm>  
<http://www.fipe.com.br>  
<http://www.ibge.gov.br>  
[www.ipea.gov.br](http://www.ipea.gov.br)  
<http://www.bcb.gov.br/>  
<http://www.ripsa.org.br/>  
 FGV / Estatais  
<http://www.sespa.pa.gov.br/Informa>

## BIBLIOGRAFIA

Andrade, Carlos Almeida - Economista-chefe do BES – 2006 – DIÁRIO DE NOTÍCIAS – Lisboa;

Pereira, José Maria – Economia brasileira – Governabilidade Políticas de Austeridades. Dimensões Macroeconômicas. Desigualdades Socioeconômicas– São Paulo, Editora Atlas, 2003

Brito, Paulo - Economia brasileira : Planos Econômicos e Políticas Econômicas Básicas. 2ª Edição, São Paulo, Editora Atlas, 2004;

Moura, Alkimar - PAEG e REAL : dois planos que mudaram a economia brasileira / Organizador Alkimar R. Moura – Rio de Janeiro, Editora FGV, 2007;

Fortuna, Eduardo – Mercado Financeiro – Produtos e Serviços . 16ª Edição – Rio de Janeiro Editora Qualitymark, 2005;

Prado, Maria Clara R. M. – A real história do Real – Rio de Janeiro, Editora Record, 2005;

Serra Negra, Carlos Alberto – Manual de trabalhos monográficos de graduação, especialização, mestrado e doutorado/ Carlos Alberto Serra Negra, Elizabete Marinho Serra Negra, 2ª Edição – Editora Atlas – São Paulo, 2002;

STIGLITZ, J.E. A Globalização e seus malefícios. A promessa não cumprida de benefícios globais. São Paulo, Editora Futura, 2002;

Dornbusch, Rudiger: Macroeconomia. 5ª edição - São Paulo: Makron, 1991;

Rossetti, José Paschoal: Introdução à economia. 20ª edição – São Paulo : Atlas, 2003;

SUNDARAM, Jomo K. e BAUDOT, Jacques. Flat World, Big Gaps: Economic Liberalization, Globalization, Poverty and Inequality. Londres: Zed Books, 2007. ISBN 184277834X ;

PORTER, Michael E. Estratégia Competitiva: Técnicas de Análises de indústrias e da concorrência . Rio de Janeiro : Campus, 1989;

ALMEIDA, José Ricardo Pires de. *História da instrução pública no Brasil, 1500-1889*. São Paulo: Ed. da PUC; Brasília: MEC/INEP, 2000. Edição original em francês de 1889;

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Primeira edição de 1970;

GARDELS, Nathan. Globalização produz países ricos com pessoas pobres: Para Stiglitz, a receita para fazer esse processo funcionar é usar o chamado "modelo escandinavo" . Economia & Negócios, O Estado de S. Paulo, 27/09/2006;

Globalização não reduz desigualdade e pobreza no mundo, diz ONU. Agência Efe. In: Mundo, Folha online, 10/02/2007 às 08h50;

BASTOS, Remo B. Globalização, O Império da Miséria. Fortaleza, Editora Vestseller, 2007;

Chaves Neto, Lauro – Economista, Mestre em Administração com pós-graduação em Finanças na FGV e Doutorado em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Barcelona. Foi presidente do Conselho Regional de Economia e do Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças. É consultor e Professor Assistente da UECE;

GARDELS, Nathan. Globalização produz países ricos com pessoas pobres: Para Stiglitz, a receita para fazer esse processo funcionar é usar o chamado "modelo escandinavo" . Economia & Negócios, O Estado de S. Paulo, 27/09/2006;

STIGLITZ, J.E. A Globalização e seus malefícios. A promessa não cumprida de benefícios globais. São Paulo, Editora Futura, 2002;

Bresser, Pereira-A Aceleração da Inflação Inercial - grupo de 2 » LC - Folha de S. Paulo, 1988 - bresserpereira.org.br Padeje 1. A ACELERAÇÃO DA INFLAÇÃO INERCIAL Luiz Carlos Bresser - Pereira In José Marcio Rego, org. (1989) Aceleração Recente da Inflação. ... Citado por 3 - Artigos relacionados - Ver em HTML - Pesquisa na web;

*Carlos A. Azabache Moran* - Economista pela Universidade de Lima-Perú. Mestrando em Economia Pura pela UFRGS-IEPE;

Shapiro, Edward, 1920 – Análise Macroeconômica (por) Edward Shapira, sob responsabilidade editorial de William J. Baumol; tradução de Augusto Reis, revisão técnica Antonio Carlos Coelho Campino e Jose Paschoal Rossetti. 2ª Edição, São Paulo, Editora Atlas, 1985;

*Gilson Witte* -Economista pela Universidade de Passo Fundo, RS;

<http://www.ibge.gov.br> (29/01/2008);

<http://www.portalbrasil.net/indices.htm> (21/11/2006);

<http://www.idv.org.br/Site/Page/Quote.aspx?CC=036f4a8d-3ae9-48b2-9357-ae547191613b> (21/11/2006);

<http://www.idv.org.br/Site/Page/Quote.aspx?CC=367331cc-4e07-4624-954e-2579fadf0ffd> (21/11/2006);

<http://www.bcb.gov.br/> (30/01/2008);

[http://www.planejamento.gov.br/assuntos\\_internacionais/conteudo/publicacoes/euro  
pa\\_centro\\_or.htm](http://www.planejamento.gov.br/assuntos_internacionais/conteudo/publicacoes/euro_pa_centro_or.htm)

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Globaliza%C3%A7%C3%A3o;>